



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

JOSÉ VINICIUS DE MELO SCHEFFER

**TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS-PORTUGUÊS EM MUSEUS DE ARTE
DE FORTALEZA: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**FORTALEZA
2025**

JOSÉ VINICIUS DE MELO SCHEFFER

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS-PORTUGUÊS EM MUSEUS DE ARTE DE
FORTALEZA: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Tradução. Área de Concentração: Processos de Retextualização.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Lucy Pinheiro

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S338t Scheffer, José Vinicius de Melo.

Tradução e interpretação em libras-português em museus de arte de Fortaleza : práticas, desafios e perspectivas / José Vinicius de Melo Scheffer. – 2025.

182 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Kátia Lucy Pinheiro.

1. Estudos da Tradução. 2. Língua Brasileira de Sinais. 3. Tradução e Interpretação em Museus. 4. Acessibilidade Cultural. 5. Museus de Arte. I. Título.

CDD 418.02

JOSE VINICIUS DE MELO SCHEFFER

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS-PORTUGUÊS EM MUSEUS DE ARTE DE
FORTALEZA: PRÁTICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial a obtenção do título de mestre em Tradução. Área de Concentração: Processos de Textualização.

Aprovada em: 28 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kátia Lucy Pinheiro (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Silvana Aguiar dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dra. Natália Schleder Rigo

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

À comunidade surda, cuja presença sustenta e movimenta este trabalho. As amizades surdas, não-surdas e profissionais da tradução que encontrei ao longo da caminhada, pelas partilhas e pelas conversas em Libras — língua que pulsa, afirma e transforma.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de muitas conversas, encontros e interações. Ele se constrói a partir de relações, afetos e colaborações vindas de diferentes tempos e lugares. A cada pessoa que, de alguma forma, esteve presente neste percurso, minha mais sincera gratidão. Vocês potencializaram esta pesquisa. Ainda que muitos nomes não estejam aqui listados, a intensidade da minha gratidão é a mesma a todos. A seguir, menciono algumas pessoas que foram essenciais para que este caminho fosse possível.

À minha mãe de criação, Vilce Silveira, por todo o carinho e dedicação na minha infância, e por ter me mostrado, desde cedo, os caminhos da educação.

À minha mãe, Alzira de Melo, por acompanhar meus desafios, sonhar comigo e torcer por cada uma das minhas vitórias.

À minha irmã Adriana Campani e ao meu sobrinho Henrique Campani, com quem compartilhei anos de moradia e afeto.

Ao meu irmão Fernando Melo, à Maribel de Paula e à pequena Manu, por estarem sempre presentes e torcendo por mim.

Ao meu grande companheiro de vida, Niltemberg Carvalho, com quem partilho sonhos e reflexões, e que é um dos maiores apoiadores deste trabalho. Que nosso caminhar siga lado a lado por muitos anos.

À minha sogra, Dona Sônia, pelo carinho, cuidado e compreensão durante o processo de escrita deste trabalho.

Agradeço a toda minha família – tios, tias, primos e primas – que, mesmo nem sempre estando por perto, fazem parte da construção da minha vida.

Aos amigos de longa data, Nataly Barbosa e Alberto Crespo, com quem dividi lares, festas, conversas e uma amizade que ultrapassa continentes.

Aos amigos que continuam em jornada comigo, especialmente Rafael Escócio, pelas vivências compartilhadas entre estudos, trabalhos, alegrias e as angústias de trabalhar com Arte e Cultura.

À Comunidade Surda, de forma ampla e generosa, a todos e todas com quem tive a honra de estar, trabalhar e aprender ao longo do tempo.

Durante o mestrado, conheci pessoas incríveis que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Minha profunda gratidão à Professora Dra. Kátia Lucy Pimentel, minha orientadora, pelo acompanhamento sensível, ético e comprometido.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Tradução (POET) e aos colegas de turma, pelas trocas e conhecimentos compartilhados.

Aos professores que tive a alegria de conhecer como mestrando do POET: ao Professor Dr. Walter Carlos Costa, pelos ensinamentos sobre metodologia; à Professora Dra. Patrícia Araújo Vieira, pelas sugestões no Seminário de Pesquisa; ao Professor Dr. Diego Azevedo, pelo ensinamento sobre projeto de tradução, orientação em trabalhos sobre terminologias e dedicada na disciplina de Formação de Tradutores; e à Professora Dra. Lilian Pereira, por ao ensinar as teorias e autores clássicos dos Estudos da Tradução na disciplina Teorias da Tradução I.

À Professora Dra. Silvana Aguiar dos Santos, pela potência em seus ensinamentos, especialmente nos debates sobre tradução e interpretação em serviços públicos, e por aceitar participar da banca desta pesquisa com tanta generosidade.

À Professora Dra. Natália Schleder Rigo, também por integrar a banca e oferecer contribuições valiosas na qualificação e defesa, sendo uma referência nos temas de Artes, Libras e Tradução.

A Pinacoteca do Ceará ocupa um lugar central neste trabalho e em minha trajetória profissional. Meus agradecimentos profundos a todas as pessoas que compõem essa instituição, que é, mais do que um espaço de arte, um território de encontros, experimentações e afetos. Desejo que o museu siga sendo um espaço de acessibilidade, resistência e transformação.

À Cris Soares, amiga e profissional que esteve comigo desde o Museu de Arte Contemporânea do Ceará (MAC Ceará) até a Pinacoteca do Ceará, por sua confiança e parceria constantes. Seguimos firmes e resistentes.

À equipe com quem atuei diretamente no museu e que é fundamental para este trabalho: Sté Barros, profissional dedicada e sensível; Samantha Alves, pela qualidade e cuidado; Ian Lucas, sempre atento e participativo; e às estagiárias Eduarda Abreu e Clara Lessa – que nossos caminhos se cruzem novamente.

À equipe de Tradutores e Intérpretes de Libras-português (TILSPs) dos demais equipamentos culturais, que tornam possível a comunicação e o diálogo intercultural com a comunidade surda. Em especial a Mikael Oliveira, por todo o carinho, ajuda e diálogos incansáveis.

Ao educador surdo Weverson Martins, por sua força política, sensibilidade e inteligência ao participar ativamente das ações, lutas e projetos de um futuro mais acessível.

Obrigado por caminharem comigo.

"Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sensibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitem."

(José do Nascimento Junior, p. 12, 2011)

RESUMO

Esta dissertação investiga o escopo da profissão de Tradutores e Intérpretes de Libras-português (TILSPs) em museus de arte da cidade de Fortaleza, Ceará, com ênfase na construção de práticas acessíveis e na garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda. Com base em uma abordagem qualitativa, descritiva e (auto)biográfica, o trabalho parte da experiência profissional do autor em instituições museológicas como o Museu de Arte Contemporânea do Ceará e a Pinacoteca do Ceará, analisando estratégias, desafios e políticas institucionais que envolvem a presença e o papel dos profissionais TILSPs nesses espaços. O estudo está ancorado nos Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais (ETILS), dialogando com conceitos como tradução intermodal, interlingual e intercultural e interpretação. A pesquisa aponta a ausência de regulamentações específicas para a atuação dos TILSPs em museus e evidencia a necessidade de políticas linguísticas estruturadas, formação especializada e institucionalização desses profissionais no setor cultural. O estudo propõe diretrizes para a consolidação de práticas inclusivas e reforça o compromisso dos museus com a diversidade linguística, a cidadania cultural e o acesso equitativo a arte.

Palavras-chave: estudos da tradução; Língua Brasileira de Sinais; tradução e interpretação em museus; acessibilidade cultural; museus de arte.

ABSTRACT

This dissertation investigates the scope of action of Libras-Portuguese Translators and Interpreters (TILSP) in art museums in the city of Fortaleza, Ceará, with an emphasis on Building accessible practices and guaranteeing the linguistic rights of the deaf community. Based on the author's professional experience in museum institutions, such as the Museum of Contemporary Art of Ceará and the Pinacoteca do Ceará, the study, which is qualitative, descriptive, and (auto)biographical in nature, analyzes strategies, challenges, and institutional policies involving the presence and role of professional Portuguese Sign Language translators and interpreters (TILSP) in these spaces. The study is rooted in Sign Language Translation and Interpretation Studies (ETILS), engaging with concepts such as intermodal, interlingual, and intercultural translation, as well as interpretation. The research reveals the absence of specific regulations for the activity of TILSPs in museums and highlights the need for structured language policies, specialized training, and institutionalization of these professionals in the cultural sector. The study proposes guidelines for the consolidation of inclusive practices and reinforces the commitment of museums to linguistic diversity, cultural citizenship, and equitable access to art.

Keywords: translation studies; Brazilian Sign Language; translation and interpreting in museum; cultural accessibility; arts museums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma de atuação dos profissionais TILSPs.	43
Figura 2 – Fotografia de uma grande tela na entrada do Museu de Orsay, Paris.	46
Figura 3 – Captura de tela da plataforma de vídeos do site do <i>Centre Pompidou</i>	47
Figura 4 – Captura de tela do videoguia disponível no site do Museu de Arte Contemporânea da Austrália.	48
Figura 5 – Captura de tela do vídeo em Libras sobre o Acervo - MASP.	50
Figura 6 – Captura de tela do site MuseusBr que apresenta informações de museus no Ceará.	67
Figura 7 – Organizações Sociais vinculadas à Secult Ceará.	70
Figura 8 – Centro Cultural do Cariri - CCC.	74
Figura 9 – Incerteza Viva - Processos Artísticos e Pedagógicos – 32 ^a Bienal de São Paulo	78
Figura 10 – Processo de Tradução do Texto Curatorial da 32 ^a Bienal de São Paulo - Incerteza Viva Itinerância em Fortaleza, Ceará	79
Figura 11 – Sinal em Libras do Museu de Arte Contemporânea do Ceará.	80
Figura 12 – Fórum sobre Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação – 2018. .	83
Figura 13 – Conversa em Libras no MAC Ceará (2018).	84
Figura 14 – Visita Mediada com a Escola de Surdos ao MAC Ceará (2019)	85
Figura 15 – Fachada da entrada da Pinacoteca do Ceará.	88
Figura 16 – Sinal em Libras da Pinacoteca do Ceará.	88
Figura 17 – Ações realizadas na Pinacoteca do Ceará.	92
Figura 18 – Estagiários Surdos em vídeo comemorativo.	94
Figura 19 – Base com o Sinal em Libras do Museu em alto relevo.	96
Figura 20 – Vídeos em Libras da Exposição Siará.	98
Figura 21 – Vídeo Convite em Libras.	99
Figura 22 – Interpretação da entrevista para imprensa realizada na Pinacoteca do Ceará, 2023.	101
Figura 23 – Interpretação do Seminário na Pinacoteca do Ceará, 2023	103
Figura 24 – Fotografia da equipe envolvida na conversa “Arte, Cultura e os Direitos Linguísticos dos Surdos”, 2023.	104
Figura 25 – Ícone Acessível em Libras.	105

Figura 26 – Primeira Reunião do Grupo de Estudos e Prática em Tradução.	107
Figura 27 – Organograma das atuações de Interpretação.	109
Figura 28 – Organograma das atuações de tradução.	110
Figura 29 – Fluxograma da organização do Comitê Gestor de Política Cultural dos Surdos do Ceará.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Equipamentos culturais geridos pelo Instituto Mirante com lotação de TILSPs	73
Tabela 2 – Organograma da lotação dos TILSP nos Equipamentos Culturais	75
Tabela 3 – Reprodução da tabela do edital de seleção pública – nº 03/2022	89
Tabela 4 – Tradução e Interpretação em Museu	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Acordos Coletivos de Trabalho
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODA	Child of Deaf Adults
CREAECE	Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará
DP	Departamento Pessoal
EI	Estudos da Interpretação
ET	Estudos da Tradução
ETILS	Estudos da Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais
FNM	Fórum Nacional de Museus
FVA	Formulário de Visitação Anual
GT	Grupo de Trabalho
IACC	Instituto de Arte e Cultura do Ceará
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus - <i>International Council of Museums</i>
IDM	Instituto Dragão do Mar
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFS	Instituto Filippo Smaldone
ISL	Língua de Sinais Internacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Língua de Sinais Francesa
MAC Ceará	Museu de Arte Contemporânea do Ceará
MAM-SP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MCA	Museu de Arte Contemporânea da Austrália
MIS	Museu da Imagem e do Som
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNEM	Plano Nacional de Educação Museal
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
POET	Programa de Pós-Graduação em Tradução
RH	Recursos Humanos

SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SECULT Ceará	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SEDUC Ceará	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEM/CE	Sistema Estadual de Museus do Ceará
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIEC	Sistema Estadual da Cultura (SIEC)
SME	Secretaria Municipal de Educação
TALS	Tradução Audiovisual em Línguas de Sinais
TILSP	Tradutor e Intérprete de Libras-português
TILSPs	Tradutores e Intérpretes de Libras-português
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa	20
1.2	Objetivos	25
1.2.1	<i>Objetivos Específicos</i>	25
1.3	Trajetórias e motivações	25
1.4	Estrutura da dissertação	28
2	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS EM MU- SEUS	30
2.1	Tradução e interpretação em Museus	30
2.2	Conceitos de Tradução e Interpretação em Língua de Sinais	34
2.2.1	<i>Tradução</i>	37
2.2.1.1	<i>Tradução Intermodal</i>	37
2.2.1.2	<i>Tradução Interlingual</i>	38
2.2.1.3	<i>Tradução Intercultural</i>	39
2.2.2	<i>Interpretação</i>	40
2.3	Atuação no Contexto Artístico-Cultural	41
2.4	Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais e os Museus	45
2.5	Mediação Cultural em Libras em Espaços Museológicos	51
3	PERCURSO METODOLÓGICO	52
3.1	Tipo de Pesquisa	52
3.2	Objetivos	53
3.2.1	<i>Objetivos específicos</i>	53
3.3	Questões de Pesquisa	54
3.4	Aspectos éticos da pesquisa	54
3.5	Instrumentos de coletas de dados	55
3.5.1	<i>Narrativa (auto)biográfica como instrumento de coleta</i>	55
3.5.2	<i>Pesquisa Documental e Análise de Normativas</i>	56
3.6	Pesquisa Bibliográfica	56
3.7	Tratamento e apresentação dos dados	57
3.8	Critérios de Análise	57

3.9	Limitações da pesquisa	58
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	60
4.1	A legislação entrelaçando os museus e o acesso de pessoas surdas	60
4.2	Situando a Secult Ceará e as Organizações Sociais	67
4.2.1	<i>Instituto Dragão do Mar</i>	70
4.2.2	<i>Instituto Mirante de Cultura e Arte</i>	72
4.3	As experiências nos museus	76
4.3.1	<i>Museu de Arte Contemporânea do Ceará</i>	76
4.3.1.1	<i>Criação do Sinal do Museu de Arte Contemporânea do Ceará</i>	79
4.3.1.2	<i>Fórum sobre Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação</i>	80
4.3.1.3	<i>Mês do surdo - Setembro Azul - MAC Ceará</i>	82
4.3.1.4	<i>Visitas Mediadas em Libras</i>	84
4.3.2	<i>Pinacoteca do Ceará</i>	86
4.3.2.1	<i>Criação do Sinal da Pinacoteca do Ceará em Libras</i>	87
4.3.2.2	<i>Chegada das TILSP</i>	87
4.3.2.3	<i>Contratação de um Estagiário Surdo</i>	90
4.3.2.4	<i>Interpretação para Libras nas Reuniões</i>	93
4.3.2.5	<i>Busca de Estagiários para Complementar a Equipe</i>	93
4.3.2.6	<i>Criação de Repositório com Sinais de Arte e Museu</i>	95
4.3.2.7	<i>Tradução dos Textos Curatoriais</i>	97
4.3.2.8	<i>Vídeo-convite em Libras</i>	97
4.3.2.9	<i>Tradução dos Vídeos Produzidos pelo Museu</i>	99
4.3.2.10	<i>Vídeo Tradução na Recepção e na parte Externa do Museu</i>	100
4.3.2.11	<i>Interpretação de Atividades para Imprensa</i>	100
4.3.2.12	<i>Interpretação das Visitas Mediadas</i>	101
4.3.2.13	<i>Tradução das Falas no Auditório</i>	102
4.3.2.14	<i>Uso de Ícone na Comunicação Visual</i>	104
4.3.2.15	<i>Criação do Grupo de Estudos</i>	105
5	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	108
5.1	Escopo de Atuação de TILSP no Museu	108
5.1.1	<i>O direito à memória e o exercício da democracia – por um comitê gestor de política cultural para surdos do Ceará</i>	113

CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	126
ANEXO A – PORTARIA PARA CONSTITUIR COMISSÃO EXECUTIVA PARA COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA MI- NUTA DO PLANO ESTADUAL DE ACESSIBILIDADE CULTURAL	127
ANEXO B – PROPOSTA FORMATIVA PARA GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICA EM TRADUÇÃO CULTURAL	130
ANEXO C – NORMA TÉCNICA Nº 001/2023	134
ANEXO D – REGULAMENTO PESSOAL DO INSTITUTO DRAGÃO DO MAR (REVISÃO 2024)	145
ANEXO E – REGULAMENTO PESSOAL INSTITUTO MIRANTE DE ARTE E CULTURA	162

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os museus brasileiros têm passado por um processo de transformação orientado por políticas de democratização e acessibilidade. Entre os grupos beneficiados por essas mudanças, destaca-se a comunidade surda, especialmente as pessoas que se identificam cultural e linguisticamente com a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O crescente acesso de pessoas surdas aos museus tem provocado reconfigurações significativas nos modos de pensar e praticar a museologia no país, impulsionando uma nova abordagem de museologia social, participativa e inclusiva.

Esse movimento de mudança não é recente. Um marco fundamental nesse percurso foi a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Conselho International de Museus - *International Council of Museums* (ICOM). Esse evento redefiniu os museus latino-americanos como instituições dedicadas ao desenvolvimento social, à valorização dos territórios e à escuta ativa das comunidades. A partir dessa perspectiva, os museus começaram a ser vistos como espaços de diálogo intercultural, aprendizado crítico e participação cidadã. (JUNIOR *et al.*, 2012)

No Brasil, as experiências envolvendo a participação de pessoas surdas em museus começaram a se consolidar de maneira mais intensa a partir dos anos 2000, com destaque para as ações desenvolvidas por instituições culturais situadas no eixo Rio-São Paulo. Iniciativas como a contratação de educadores surdos, falantes de Libras, e de educadores bilíngues, além da realização de visitas mediadas em Libras, marcaram o início de uma nova etapa na educação museal, pautada pela valorização dos direitos linguísticos e pela presença ativa da comunidade surda nos processos educativos. É fundamental ressaltar a existência de pessoas surdas oralizadas que não utilizam a Libras como meio de comunicação, assim como de pessoas surdas falantes de Libras. Esta pesquisa terá como foco o segundo grupo — pessoas surdas falantes de Libras — que são, portanto, usuárias dos serviços de tradução e interpretação em Libras e português. Outras investigações sobre acessibilidade comunicacional voltadas para pessoas surdas que não são usuárias de Libras são igualmente relevantes e podem ser desenvolvidas; no entanto, não constituem o foco deste estudo.

Um exemplo emblemático foi o curso “Aprender para Ensinar”, promovido em 2002 pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), sob a coordenação de Cibele Toledo Lucena e Joana Zatz Mussi. Embora as educadoras não possuíssem conhecimento

prévio sobre Libras ou sobre a comunidade surda, foram desafiadas pela presença recorrente de estudantes surdos que frequentavam o museu. Essa vivência constituiu o ponto de partida para o desenvolvimento de estratégias educativas acessíveis e para a criação de ações formativas voltadas à inclusão (SILVA, 2022). É nesse contexto que se insere a atuação dos TILSPs nos museus. Sua presença tem-se mostrado essencial para garantir a acessibilidade linguística a visitantes surdos e para possibilitar a participação de profissionais surdos nas equipes museológicas. No entanto, a atuação dos TILSPs, em muitos contextos e cidades, ainda se encontra em fase de estruturação, necessitando de políticas públicas específicas, formação contínua e reconhecimento institucional.

A escolha deste tema de pesquisa surgiu da experiência profissional do autor como tradutor, educador e promotor de ações acessíveis em museus de arte em Fortaleza, no estado do Ceará. Ao longo desse percurso, foram identificadas lacunas significativas em relação à acessibilidade comunicacional para pessoas surdas, especialmente no que diz respeito à tradução de textos curoriais, à mediação cultural em Libras e à inclusão institucional de profissionais TILSP nas equipes dos museus.

Compreendemos, portanto, que a garantia do acesso cultural pleno vai além da simples abertura física dos espaços; envolve também a proteção do direito à comunicação, à linguagem e à fruição estética em língua de sinais. Neste trabalho, utilizamos o conceito de “acesso linguístico em línguas de sinais” para nos referirmos às ações que possibilitam a participação de pessoas surdas em contextos museológicos, por meio de estratégias de tradução e interpretação. O conceito de acesso linguístico em língua de sinais é empregado neste estudo porque, nos museus, refere-se à garantia de que as pessoas surdas possam participar das experiências educativas, culturais e comunicativas oferecidas por esses espaços, utilizando sua língua natural — a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isso inclui a presença de profissionais surdos sinalizantes, educadores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras-português, materiais visuais acessíveis e tecnologias que favoreçam a comunicação direta em Libras. O acesso linguístico transcende a simples tradução de conteúdos; trata-se de reconhecer a Libras como um direito linguístico e cultural, assegurando que as pessoas surdas possam compreender e se expressar plenamente durante os processos de mediação com os acervos e atividades museais.

Porém, o conceito de acessibilidade em museus é mais abrangente, englobando diversas formas de eliminar barreiras que dificultam ou impedem a participação de pessoas com deficiência nos espaços e nas experiências culturais. Isso envolve aspectos físicos, como a instalação de rampas e elevadores; sensoriais, como a implementação de audiodescrição para

pessoas cegas e sinalização tátil; e comunicacionais, incluindo legendas e materiais em braille e táteis, entre outros. A acessibilidade visa promover a equidade no acesso a bens culturais, respeitando a diversidade de corpos, formas de percepção e modos de relacionamento com o mundo. A acessibilidade é um processo contínuo, que abrange desde adaptações físicas dos ambientes até a oferta de recursos digitais e comunicacionais. Esse conceito vai além da simples construção de rampas, incluindo também a tradução de conteúdos para Libras, a legendagem e a audiodescrição, entre outros recursos.

Em contextos mais recentes, a acessibilidade se estende às tecnologias digitais. Apesar da expansão global do acesso à internet, pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras ao navegar em sites e aplicativos que não foram projetados de forma inclusiva. A criação de plataformas digitais acessíveis é, portanto, uma prioridade social, considerando que a tecnologia possui grande potencial para promover inclusão, participação e autonomia. É importante distinguir acessibilidade de acesso linguístico: enquanto a acessibilidade trata da criação de condições para participação plena e autônoma de todas as pessoas, o acesso linguístico diz respeito, especificamente, à garantia do direito de comunicar-se e compreender o mundo por meio da própria língua, no caso das comunidades surdas, à línguas de sinais. Assim, oferecer acesso linguístico em Libras é uma dimensão fundamental da acessibilidade comunicacional, mas não se limita a ela. É uma ação que reconhece a centralidade da língua de sinais como ferramenta de comunicação, expressão e pertencimento cultural dentro do espaço museal e da produção de cultura.

Dessa forma, assumimos que o acesso só se concretiza quando garantido por medidas de acessibilidade efetivas — tanto físicas quanto comunicacionais. Isso implica pensar políticas de tradução e políticas linguísticas comprometidas com a diversidade cultural e com os direitos das pessoas surdas, reconhecendo-as como sujeitos plenos de linguagem, cultura e participação social.

1.1 Justificativa

No Brasil, a inserção de pessoas surdas em museus e instituições culturais tem se intensificado especialmente nos últimos anos, com destaque para os grandes centros urbanos do eixo Rio-São Paulo. Nesses contextos, é possível observar experiências significativas de garantia de acesso linguístico, como a contratação de educadores surdos e educadores não-surdos bilíngues (português/Libras), a realização de visitas mediadas em Libras, a atuação de TILSPs,

o uso de recursos visuais e tecnológicos, entre outras estratégias que viabilizam o acesso à informação em Libras e, em alguns casos, também em outras línguas de sinais internacionais, considerando que pessoas surdas de outros países também visitam museus nos grandes centros (FOMIN; CASTILHO, 2019; FIGUEIREDO; FOMIN, 2020). Essas ações representam avanços importantes na construção de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos linguísticos da comunidade surda e ao fortalecimento de políticas linguísticas para surdos no campo dos museus e da cultura. No entanto, é importante observar que essas iniciativas ainda estão concentradas em regiões específicas, sobretudo em algumas capitais, e carecem de maior sistematização e capilaridade no restante do país. A expansão dessas práticas exige o reconhecimento da diversidade dentro da própria comunidade surda e a valorização dos profissionais envolvidos nesses processos. Essa ausência de diretrizes contribui para a precarização do trabalho e para a descontinuidade das ações acessíveis, nesse caso de tradução e interpretação, nos espaços culturais.

Nesse sentido, vale destacar a importância de refletir sobre os termos utilizados para nomear os agentes que atuam nesses espaços. A escolha por expressões como “educadores surdos e educadores não-surdos bilíngues” pode ser mais adequada e sensível, uma vez que reconhece que os educadores surdos também são, muitas vezes, bilíngues — usuários de Libras e do português escrito como segunda língua. Escolhemos pelo uso do termo “não-surdos” em vez de “ouvintes” para designar as pessoas que ouvem e que são pertencentes às comunidades surdas — sinalizantes bilíngues, com maior ou menor fluência em Libras, que compartilham do universo sociocultural surdo. Isso inclui, por exemplo, familiares de pessoas surdas (pais, irmãos, cônjuges), CODAs¹ e profissionais da área, como tradutores, intérpretes e educadores. A escolha pelo termo *não-surdos* visa se distanciar da carga semântica de dominância presente na palavra “ouvinte”, comumente associada à lógica audista e à sociedade majoritária ouvinte. O termo “ouvinte” é empregado para pessoas não sinalizantes e não pertencentes às comunidades surdas — aquelas que desconhecem ou comprehendem muito pouco o universo surdo e que não compartilham de sua perspectiva sociocultural. (RIGO; TAFFAREL, 2020, P. 31)

No campo museológico, a presença dos TILSPs é fundamental não apenas para traduzir conteúdos expositivos, mas para possibilitar experiências sensíveis e cognitivas, viabilizando o pleno exercício dos direitos culturais e estéticos das pessoas surdas. Isso exige, por sua

¹ CODA significa *Child of Deaf Adults* em inglês, ou seja, *Filho de Adultos Surdos* em português. Refere-se a pessoas ouvintes que têm um ou mais pais surdos. Esses indivíduos vivem entre dois mundos, o ouvinte e o surdo, e muitas vezes possuem uma experiência única e rica, com uma forte conexão com a cultura surda, embora também estejam integrados no mundo ouvinte.

vez, formação técnica e linguística específica, sensibilidade e vivência cultural e conhecimento sobre os acervos, artistas e contextos históricos. Ao mesmo tempo, ainda é tímida a produção acadêmica que documente e analise criticamente essa atuação profissional no contexto dos museus brasileiros, sobretudo fora do eixo Rio-São Paulo.

A partir da vivência profissional do pesquisador como educador e Tradutor e Intérprete de Libras-português (TILSP) em museus de Arte do Ceará, emergiram inquietações que impulsionaram esta pesquisa. Dentre elas, destacam-se: como os museus compreendem a importância do direito linguístico das pessoas surdas? Qual é o papel dos TILSPs nos processos educativos e curoriais? De que forma ocorrem os processos de tradução e de interpretação em contextos museológicos? Quais os limites, desafios e potenciais dessa atuação?

Estas questões ganham ainda mais relevância diante do fato de que, em muitos casos, os conteúdos curoriais, os textos de parede, os materiais educativos e os eventos nos museus não são acessíveis para visitantes surdos — seja por ausência de tradução desses conteúdos e textos, seja pela ausência de profissionais que possibilitem a comunicação durante a visitação, ou então pela inadequação dos recursos ofertados. Essa realidade evidencia a urgência de construir políticas de tradução e de acesso linguístico que sejam permanentes, estruturadas e participativas.

A presente pesquisa, portanto, busca contribuir para a documentação, análise e fortalecimento da atuação dos TILSP em museus de Arte, com foco na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Ao fazer isso, pretende colaborar com o avanço das políticas linguísticas e de tradução e com a consolidação do direito à cultura para pessoas surdas no campo museal brasileiro.

A presente pesquisa também apresenta grande relevância em diversas dimensões e contextos, e sua realização se justifica de forma contundente por tratar de um tema atual, necessário e ainda pouco explorado: a garantia de acesso linguístico em Libras nos museus brasileiros. Falar sobre museus acessíveis para pessoas surdas é falar sobre direitos, dignidade, democratização do conhecimento e reconhecimento da diversidade linguística e cultural. A seguir, são apresentadas as principais justificativas para a condução deste estudo, organizadas por dimensões específicas.

Na dimensão educacional, esta pesquisa se justifica por tratar de espaços de educação não formal, como os museus — espaços que são direito de todas as pessoas, incluindo as pessoas surdas falantes de Libras. Os museus, enquanto ambientes educativos, cumprem um papel fundamental na construção do conhecimento, da sensibilidade estética e do pertencimento

cultural. Assim, assegurar o acesso linguístico em Libras a esses espaços significa permitir que pessoas surdas se reconheçam como sujeitos participantes e críticos da cultura. A pesquisa também destaca a importância da difusão dos museus como ambientes enriquecedores para estudantes surdos de todas as idades, incluindo crianças, jovens e adultos da educação básica e da EJA. Deve-se considerar, por exemplo, o marco histórico da visita de uma escola bilíngue ao MAM-SP, no início dos anos 2000, que resultou em transformações significativas na forma como o museu passou a se relacionar com a comunidade surda, promovendo projetos voltados à cultura surda e à formação de educadores surdos (OLIVEIRA, 2015). Além disso, os setores educativos dos museus têm responsabilidade social com a diversidade e a educação humana. Ao se aproximarem das escolas, esses espaços podem se tornar aliados potentes na formação de estudantes surdos — tanto de escolas bilíngues quanto de turmas inclusivas — promovendo vivências significativas com arte, história e cultura. Por fim, esta pesquisa reforça a ideia de que os museus devem ser compreendidos como extensão da escola e como recursos pedagógicos para professores, arte-educadores e demais agentes da educação, sejam eles surdos, não surdos ou ouvintes.

Na dimensão artística, cultural e histórica, a pesquisa contribui para o fortalecimento do direito de acesso aos museus por parte das pessoas surdas, promovendo a valorização da produção e da participação da comunidade surda nesses espaços. Museus acessíveis possibilitam o surgimento e o reconhecimento de artistas surdos, curadores, críticos e pesquisadores da arte que compartilham a experiência visual e linguística da surdez. Além disso, o acesso em Libras permite que pessoas surdas não apenas fruam das obras, mas também se projetem como sujeitos culturais e históricos. Trata-se, portanto, de uma forma de reparação histórica e valorização da dignidade humana, uma vez que pessoas surdas foram, historicamente, excluídas de espaços formais de cultura. O estudo também revela como práticas acessíveis podem ampliar a diversidade estética, epistemológica e comunicacional das instituições museológicas.

Na dimensão política, este estudo tem grande relevância por tratar diretamente dos direitos linguísticos das pessoas surdas. O reconhecimento da Libras como língua de instrução, mediação e expressão nos museus reafirma o compromisso do Estado e das instituições culturais com a equidade no acesso ao patrimônio cultural. Ao evidenciar a necessidade de inclusão de TILSPs e a participação de educadores surdos nesses espaços, a pesquisa contribui para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à cultura e à acessibilidade. Os dados e reflexões aqui apresentados podem subsidiar ações institucionais, normativas e administrativas que visem

à construção de museus mais inclusivos, bem como à valorização do trabalho de profissionais da acessibilidade linguística.

Na dimensão das políticas culturais, esta pesquisa se mostra especialmente relevante ao propor diretrizes e reflexões que podem influenciar a formulação e o aprimoramento de políticas culturais inclusivas. Museus são instituições centrais na difusão e preservação da cultura, e sua acessibilidade linguística deve ser compreendida como um compromisso institucional contínuo. Ao investigar práticas de inclusão voltadas à comunidade surda, este estudo contribui para a consolidação de políticas que reconheçam a diversidade linguística e promovam o protagonismo surdo nos espaços culturais. Além disso, os resultados podem subsidiar editais, programas de formação, iniciativas públicas e privadas que considerem a presença de profissionais surdos e TILSPs como parte indissociável de uma política cultural democrática e acessível.

Na dimensão social e inclusiva, a pesquisa se justifica por sua contribuição na luta por uma sociedade mais justa e equitativa. A presença de TILSPs em museus é indispensável para garantir que pessoas surdas possam acessar as experiências culturais, históricas e artísticas de forma plena. Este estudo identifica barreiras comunicacionais que ainda impedem a participação ativa da comunidade surda e propõe caminhos e estratégias para superá-las. Ao trazer à tona essas discussões, o trabalho contribui para o fortalecimento da cidadania surda e para a efetivação dos direitos culturais de uma população minorizada.

Na dimensão linguística, a pesquisa é relevante porque reconhece e valoriza o protagonismo da comunidade surda dentro dos espaços museológicos. Ao promover a Libras como língua legítima de instrução, mediação e comunicação, o estudo evidencia seu papel fundamental como instrumento de acesso ao conhecimento e à cultura. Este trabalho documenta práticas, interações culturais e linguísticas, bem como metodologias desenvolvidas com, por, de e para pessoas surdas nos museus. Também reconhece a Libras como marcador identitário e cultural e os surdos como agentes de mediação, deslocando-os do lugar de público passivo para o de sujeitos ativos na produção e difusão de saberes nos museus.

No contexto acadêmico, esta pesquisa se justifica por contribuir com um campo ainda emergente de investigação. Durante o percurso investigativo, identificou-se uma escassez de estudos de pós-graduação (mestrado e doutorado) voltados à atuação de TILSPs em museus. A pesquisa, portanto, vem somar aos trabalhos existentes e inaugura a temática no âmbito do POET/Universidade Federal do Ceará (UFC). No estado do Ceará, trata-se de um estudo pioneiro, cuja abordagem pode abrir caminhos para outras investigações relacionadas à acessibilidade

cultural e linguística, à atuação de tradutores e intérpretes de Libras-português em museus e à presença da comunidade surda nos espaços museológicos.

Na dimensão da formação profissional, os resultados desta pesquisa podem ser empregados no desenvolvimento de programas de capacitação e formação continuada de TILSPs e de educadores museais. Ao mapear práticas, identificar desafios e propor estratégias acessíveis, o estudo contribui para a qualificação dos serviços prestados nos museus. Isso impacta diretamente a qualidade da experiência vivida pelas pessoas surdas nesses espaços, além de fortalecer a atuação profissional comprometida com a acessibilidade, os direitos linguísticos e a mediação cultural.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a atuação de tradutores e intérpretes de Libras-português (TILSPs) em museus de Arte do Ceará, com foco na cidade de Fortaleza, observando as modalidades, demandas, estratégias, desafios e recursos da atuação profissional crescente no campo museal. A pesquisa visa também propor diretrizes que contribuam para a institucionalização dessa atividade nos museus, reconhecendo sua importância no contexto das políticas de tradução e direitos linguísticos.

1.2.1 *Objetivos Específicos*

- a) Apresentar os principais conceitos teóricos que fundamentam a tradução e a interpretação em línguas de sinais no contexto museológico;
- b) Descrever o percurso autobiográfico do pesquisador inserido em experiências de tradução e de interpretação em museus de arte;
- c) Destacar o escopo de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-português no museu de Arte do estado do Ceará;
- d) Sugerir diretrizes para a institucionalização e continuidade da presença de TILSPs em espaços museológicos.

1.3 Trajetórias e motivações

Meu encontro com a Libras remonta à infância. Eu estudava em uma escola de abordagem construtivista quando, certa vez, a professora anunciou a visita de pessoas que “não

falavam”, mas também não utilizavam o português. A curiosidade despertada por aquele anúncio me acompanhou por muitos anos.

Na adolescência, enquanto fazia curso de Inglês no centro de Porto Alegre (RS), cidade na qual nasci, costumava observar, durante os trajetos de ônibus, duas pessoas que se comunicavam com “gestos” e sempre sentavam no fundo do coletivo. Percebi que, à medida que o ônibus enchia, elas paravam de conversar em sinais. Embora eu ainda não soubesse que usavam Libras, aquela cena me intrigava: o que estavam dizendo? Por que interrompiam a comunicação? Quem eram?

Foi somente anos depois, já inserido no ambiente artístico da cidade de Fortaleza (CE), que esse interesse se transformou em ação. Durante um curso básico de fotografia, oferecido por um dos programas formativos em cultura, promovidos pela Fábrica de Imagens², entre muitas pessoas que conheci e fiz amizade, teve uma pessoa em específico, um amigo e artista da dança, que futuramente se tornaria tradutor e intérprete de Libras-Português também. Ele me apresentou um curso oferecido pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE). Decidi que iria me inscrever. Mesmo com poucas vagas e uma longa fila, consegui ingressar. Às terças-feiras, comecei meu primeiro curso básico de Libras — uma experiência que formalizou aquilo que, por tanto tempo, havia sido apenas curiosidade.

Esse curso ampliou significativamente minha compreensão sobre a língua e sobre a comunidade surda. Lá fiz amizade com Mariana Costa, que cursava a primeira turma do curso de Licenciatura em Letras-Libras, presencial, na UFC. Com o tempo e na companhia dela na universidade, conheci estudantes surdos e ouvintes do mesmo curso. Em contato com pessoas surdas, percebi que a Libras não era apenas um meio de comunicação, mas a expressão de uma população e uma cultura gigantesca, diversa e complexa — formada por surdos, tradutores, intérpretes, Child of Deaf Adults (CODA), familiares, educadores, pesquisadores, entre outros.

Nessa época, eu cursava Licenciatura em Artes Visuais no Instituto Federal do Ceará (IFCE). No contexto da graduação, comecei a refletir criticamente sobre as interseções entre arte, cultura, Libras e acessibilidade. Embora eu ainda não tivesse acesso a cursos, disciplinas ou eventos culturais com iniciativas voltadas a artistas surdos ou produções em Libras, entre os anos de 2013-2015 no contexto de Fortaleza, sempre desejei aproximar esses temas. Durante minha participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Artes

² Organização não-governamental sediada no bairro da Maraponga, na cidade de Fortaleza (CE), fundada em 1998, com ampla atuação e referência nacional nas áreas de direitos humanos, gênero, sexualidades, interseccionalidades e cultura pelo desenvolvimento de projetos como o CACTO, o Curta o Gênero, o Cineclube de Ponta Cabeça, o Ponto de Cultura Outros Olhares - equidade e diversidade, entre outros.

Visuais, desenvolvi oficinas em escolas públicas, buscando integrar elementos da Libras às práticas pedagógicas, mesmo que indiretamente.

Meu primeiro contato direto com a acessibilidade museal ocorreu durante o estágio no MAC Ceará, sob a orientação de Cris Soares, que era a coordenadora do setor educativo na época. Nesse contexto, fui incentivado a propor mediações acessíveis. Naquele momento, as mediações acessíveis eram compreendidas como visitas mediadas em Libras, oficinas sobre Libras e ações voltadas para a primeira infância. Compreendi que a acessibilidade não poderia ser episódica; ela precisava ser estruturada institucionalmente e envolver pessoas surdas, educadores bilíngues e TILSPs qualificados.

Pouco depois, comecei a lecionar no Instituto Filippo Smaldone (IFS) – Sede Fortaleza, uma instituição filantrópica e pública que estabeleceu parcerias e convênios com a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC Ceará) e outras instituições privadas, visando oferecer atividades pedagógicas para estudantes surdos. Atuei como professor da disciplina de Arte, onde consegui integrar os conceitos das linguagens visuais com a Libras. Também promovi visitas a museus e experiências culturais, tanto sob a perspectiva estética quanto linguística. A relação entre a escola e o museu passou a ser, para mim, eixo estruturante das práticas de ensino de Artes, ações educativas e projetos inspiradores para o futuro.

Ao longo desse percurso, busquei um aprofundamento significativo: viajei para diversas cidades, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, onde ações relacionadas a museus e à comunidade surda se realizam com maior frequência. participei de formações e congressos que abordavam temas relacionados à acessibilidade museal, além de estudar outros aspectos da acessibilidade, como a audiodescrição artística. Para complementar minha formação, finalizei dois cursos: uma especialização em Libras pela Uniasselvi e um curso técnico em tradução e interpretação de Libras-português pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) Ceará.

Na sequência, atuei como TILSP no contexto educacional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em Natal, por cerca de um ano e meio. Em 2022, retornei a Fortaleza para integrar a equipe da Pinacoteca do Ceará, onde assumi a supervisão de acessibilidade. Na Pinacoteca, fui responsável por estruturar um programa transversal que dialogava com todos os setores do museu — da curadoria à infraestrutura — além de coordenar a equipe de TILSPs, composta por profissionais surdos e não surdos.

Esse trabalho concentrou-se na construção de materiais acessíveis, na realização de consultorias em acessibilidade e em ações voltadas para a formação continuada, com ênfase em acessibilidade museal. Nesse contexto, foi possível concretizar a contratação de um estagiário surdo, além de fortalecer a colaboração com instituições formadoras de TILSPs. As experiências adquiridas serão analisadas ao longo desta dissertação.

O ponto de partida desta pesquisa remonta a 2015, quando, ao trabalhar na itinerância da 32^a Bienal de São Paulo — Incerteza Viva, em Fortaleza, percebi a ausência de tradução dos textos curatoriais para Libras. Essa constatação destacou uma lacuna no acesso à informação para pessoas surdas, intensificando meu desejo de atuar na transformação dessa realidade.

Desde então, venho refletindo, estudando e acumulando experiências no campo da tradução e interpretação entre Libras e português, assim como no acesso linguístico em museus. A prática com educadores surdos, a participação em seminários, formações e encontros técnicos contribuíram significativamente para meu desenvolvimento enquanto TILSP, arte-educador e pesquisador. É a partir dessa perspectiva que esta pesquisa se constitui: como um testemunho, análise e proposição de caminhos possíveis para a construção do direito ao acesso linguístico e cultural da comunidade surda nos museus do Ceará.

1.4 Estrutura da dissertação

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, além de elementos pré e pós-textuais. A estrutura foi concebida para apresentar, de maneira gradual, os fundamentos teóricos, o percurso metodológico e as análises resultantes da experiência profissional do pesquisador no campo da tradução e interpretação em museus.

No Capítulo 1, intitulado "Introdução", apresento o contexto, a justificativa e os objetivos da minha pesquisa, acompanhados por uma breve exposição da minha trajetória pessoal e profissional, que embasa a escolha do tema. Busco definir os conceitos de acesso e acessibilidade, enfatizando a importância de assegurar os direitos linguísticos da comunidade surda em ambientes museológicos.

No Capítulo 2, intitulado "Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais em Museus", exploro os principais conceitos e fundamentos teóricos que sustentam o campo da tradução em museus, com ênfase nos ETILS. Apresento, também, definições e distinções entre as atividades de tradução e interpretação, enfatizando as modalidades intermodal, interlingual e intercultural. O papel dos tradutores e intérpretes de Libras-português é contextualizado como

essencial na mediação entre culturas, destacando-se os avanços e desafios da inserção de recursos em Libras nas instituições culturais. Além disso, discuto o conceito de mediação cultural em Libras, inserindo-o no contexto museológico.

Já no Capítulo 3, apresento meu Percurso Metodológico, onde comento os caminhos da pesquisa, fundamentada em uma abordagem qualitativa, descritiva, documental e (auto)biográfica. Descrevo os instrumentos de coleta de dados utilizados, como o diário de campo, a análise documental e a pesquisa bibliográfica, além dos critérios adotados para a organização e análise das informações.

Por fim, no Capítulo 5 "Análise e Discussão dos Dados", apresento os dados coletados durante minha atuação nos museus de arte do Ceará, com especial atenção à Pinacoteca do Ceará e ao Museu de Arte Contemporânea do Ceará. Neste capítulo, analiso as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os avanços verificados na institucionalização da acessibilidade, assim como na atuação dos TILSPs. Além disso, proponho diretrizes para a consolidação de políticas linguísticas e de tradução em espaços culturais.

Em minhas Considerações Finais, retomo os principais achados da pesquisa, discutindo suas contribuições para o campo da acessibilidade museal e dos ETILS. Além disso, indico possíveis direções para investigações futuras.

2 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS EM MUSEUS

Este capítulo tem por objetivo aprofundar a discussão sobre as práticas de tradução e interpretação no contexto museológico, a partir de autores que vêm investigando os museus como espaços de relações linguísticas e culturais. Serão analisadas as concepções de "*tradução em museus*", "*museus como zonas de tradução*" e "*museus como tradução*", considerando suas implicações teóricas. Em seguida, será apresentado o campo dos Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS), com ênfase nos conceitos de tradução intermodal, interlingual e intercultural, bem como nas particularidades da interpretação em línguas de sinais. Tais reflexões visam subsidiar a compreensão do papel dos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILSPs) nos espaços museológicos, destacando os desafios e potencialidades de sua atuação na promoção da acessibilidade e da participação cultural da comunidade surda.

2.1 Tradução e interpretação em Museus

Os museus exercem um papel essencial na preservação da memória cultural, histórica, artística e científica da humanidade, sendo instituições que vão além da mera conservação de acervos, são também espaços de educação, reflexão crítica, produção de conhecimento e construção de identidades. Nesse sentido, a legislação brasileira reforça a importância social e cultural dos museus, ao estabelecer diretrizes que reconhecem sua função pública e seu compromisso com a diversidade de saberes. A Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, apresenta uma definição abrangente que orienta as práticas museológicas no país:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Brasil, 2009)

Essa definição brasileira, inspirada pela definição internacional, já apresenta o conceito de museu como uma base para entendermos *o que é um museu*. No entanto, algumas questões emergem: o museu comunica para quem? Como os museus comunicam? Como interpretam? A serviço de que sociedade os museus estão?

Na versão atualizada do conceito de museu, definida e aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do ICOM em Praga, estabelece-se que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (ICOM Brasil, 2022)

A nova definição aprovada em 2022 pelo ICOM amplia e aprofunda o entendimento tradicional de museu, destaca valores como inclusão, diversidade, sustentabilidade e acessibilidade, além da ênfase na participação comunitária e na ética profissional. Esta reformulação reforça a ideia de museus mais democráticos e sensíveis à pluralidade de seus públicos, incluindo aqueles que utilizam outras formas de comunicação, como as línguas de sinais.

Essa compreensão ampliada do papel dos museus — reconhecida tanto na prática museológica quanto na legislação brasileira — implica também um compromisso ético com a inclusão e a acessibilidade em suas múltiplas dimensões. Nesse contexto, torna-se fundamental considerar as barreiras linguísticas que historicamente excluíram determinados públicos, como as pessoas surdas, dos processos de fruição e participação cultural. A garantia dos direitos linguísticos em línguas de sinais no contexto museológico tem avançado significativamente ao redor do mundo. Museus vêm desenvolvendo ações que visam oferecer experiências culturais mais acessíveis e imersivas para pessoas surdas, promovendo o acesso à arte, à ciência, à cultura e à educação.

A transição dos museus como instituições centradas em objetos para instituições centradas no visitante representa uma mudança paradigmática essencial na museologia contemporânea. Conforme propõe Weil (2012), o que torna um museu relevante não é apenas sua coleção ou sua história, mas o impacto que ele gera nas pessoas a quem serve. Nesse novo horizonte, o museu deixa de ser um espaço de autoridade unidirecional e passa a se constituir como um território de escuta, diálogo e experiência. A tradução e a interpretação, especialmente em contextos multilíngues e multiculturais, como é o caso da Libras-português, ganham um papel fundamental nesse processo, pois são práticas que viabilizam o acesso e a participação plena de diferentes públicos. Ao serem pensadas a partir da perspectiva do visitante, suas línguas, repertórios e modos de perceber o mundo, essas práticas deixam de ser meramente técnicas e assumem uma função estruturante e política, reforçando o compromisso dos museus com a participação das pessoas, a diversidade e a construção coletiva de sentidos.

A partir dessas definições, comprehende-se que os museus não são apenas espaços de preservação e exibição, mas instituições que participam ativamente da formação de conhe-

cimento e da construção de identidades culturais. Nesse contexto, a tradução e a interpretação desempenham um papel central nas relações entre diferentes línguas, culturas e saberes.

Mais recentemente, Neather (2020) propõe que os museus contemporâneos funcionem como verdadeiras zonas de tradução, conceito que amplia o entendimento da tradução para além da simples conversão linguística. Nessa perspectiva, os museus são compreendidos como arenas de negociação cultural, onde diferentes línguas, códigos, valores e perspectivas se encontram, se confrontam e se reorganizam. A tradução, portanto, é tratada como uma prática complexa, que envolve decisões fundamentais sobre quais significados, valores e narrativas serão apresentados a um público diversificado, especialmente em contextos multilíngues e multiculturais.

No nível interlingual, os museus realizam traduções verbais diretas por meio de sinaturalizações bilíngues ou multilíngues, legendas, etiquetas e painéis explicativos. Esses elementos têm como objetivo garantir o acesso linguístico a públicos internacionais ou de diferentes formações culturais. No entanto, destaca-se que esse tipo de tradução não deve ser visto apenas como um procedimento técnico, mas como parte de um processo mais amplo de mediação intercultural, onde escolhas linguísticas carregam também posicionamentos ideológicos e curoriais.

Além da tradução verbal, o autor enfatiza o papel da tradução cultural ou intersemiótica, em que os museus atuam como instituições que “traduzem culturas” ao apresentar formas de vida, memórias, objetos simbólicos e práticas sociais de determinados grupos para visitantes de outras origens. Essa mediação envolve não só a linguagem, mas também decisões curoriais sobre o que mostrar, como mostrar, e sob quais narrativas interpretar os acervos, decisões que inevitavelmente influenciam a forma como essas culturas são percebidas pelo público. O autor também propõe a distinção entre duas dimensões complementares desse processo tradutorio nos museus: “*off-stage*” e “*on-stage*”. No plano *off-stage*, situam-se os procedimentos realizados nos bastidores da curadoria, como o diálogo com comunidades-fonte, a consulta a especialistas e a construção colaborativa dos conteúdos. Já no plano *on-stage*, estão as estratégias adotadas para a visitação multilíngue, como a disposição dos textos nos espaços expositivos, a escolha dos idiomas oferecidos e o design da experiência do visitante estrangeiro (NEATHER, 2020).

Ao entender os museus como zonas de tradução, Neather (2020, p. 307), desloca o foco da tradução como transferência de texto para uma concepção mais ampla, que envolve a interação entre línguas, culturas e modos de ver o mundo. Nesse sentido, museus não apenas exibem objetos, mas constroem discursos que influenciam diretamente as formas de conhecimento.

mento, pertencimento e representação cultural. A tradução, aqui, é uma prática política e cultural, profundamente implicada na construção de identidades e na mediação de sentidos no espaço público.

Nessa perspectiva, traduzir vai além da simples transposição linguística: envolve a adaptação cultural e o engajamento com as comunidades de origem das obras e exposições. Por exemplo, a consulta a grupos indígenas antes da exibição de suas obras, a disponibilização de textos multilíngues ou o uso de mediações intersemióticas. Essa abordagem amplia a concepção tradicional de tradução e reforça o papel do museu como espaço intercultural.

Mertens e Decroupet (2024) afirmam que, ao serem espaços frequentados por públicos diversos, inclusive turistas internacionais, os museus recorrem à tradução interlingual e intersemiótica para tornar acessíveis suas narrativas e acervos. Essa pluralidade de traduções exige estratégias específicas para acomodar diferentes repertórios linguísticos e culturais. Assim, os museus se tornam não apenas lugares onde traduções ocorrem, mas instituições que são elas próprias traduções, museus como traduções, pois constroem significados por meio da combinação de objetos, textos e suportes audiovisuais.

Essa distinção entre *traduções em museu* e *museus como traduções* é apresentada também por Sturge (2014), que propõe pensar os museus como agentes tradutores. Eles reconstroem narrativas e conhecimentos a partir da curadoria, da museografia e das práticas educativas, que envolvem múltiplas mediações linguísticas, culturais e sensoriais. Sturge (2014) propõe compreender os museus, especialmente os etnográficos, como espaços de tradução intercultural, onde culturas são mediadas e representadas para públicos muitas vezes ocidentais. Para ela, a curadoria funciona como uma prática tradutória que transforma objetos, saberes e práticas culturais em narrativas comprehensíveis em outro contexto sociocultural. Essa tradução, porém, não é neutra: ela carrega ideologias, domestica a alteridade e frequentemente reforça visões eurocêntricas, fixando o *outro* como exótico ou inferior. A autora amplia o conceito de tradução para além do textual, incluindo aspectos visuais, espaciais e performativos das exposições. Ela apresenta uma crítica à naturalização da tradução museológica e aponta os riscos éticos de representar culturas de forma unilateral. Como alternativa, defende práticas mais éticas e colaborativas, que envolvam as comunidades representadas, respeitem seus saberes e promovam narrativas multilíngues e multivocais. Nesse sentido, a tradução nos museus não é apenas um recurso linguístico, mas uma forma de construção cultural e política da alteridade. A tradução em museus, portanto, deve ser compreendida como um processo multidimensional: envolve a

relação entre culturas distintas, a adaptação de conteúdo para diferentes públicos e a construção coletiva de sentidos.

Consideramos relevante apresentar alguns autores que discutem a temática da tradução em museus no cenário internacional, ainda que majoritariamente vinculados a contextos de línguas orais e de países do norte global — como América do Norte e Europa — e que se debruçam, sobretudo, sobre pares linguísticos de línguas majoritárias. A escolha por esses estudos se justifica pela sua contribuição teórica e conceitual ao entendimento dos museus como espaços tradutórios, oferecendo subsídios importantes para refletir sobre práticas de mediação linguística e cultural, mesmo que não abordem diretamente as línguas de sinais. Reconhecemos, contudo, a existência de outras produções acadêmicas relevantes em contextos distintos, que, infelizmente, não puderam ser exploradas neste trabalho por limites de escopo e acesso. Como exemplo de ampliação desse debate, destacamos a “*Conferência Internacional Museus como Espaços de Tradução e Transferência Cultural*”¹, realizada na Universidade de Tartu, na Estônia, nos dias 10 e 11 de maio de 2022, reuniu investigações diversas sobre a temática da tradução em contextos museológicos.

Nosso foco de investigação se concentra no par linguístico Libras-português, composto por línguas de modalidades distintas — a Libras, enquanto língua natural de modalidade gestual-visual e minorizada, e o português, enquanto língua oral-auditiva majoritária —, portanto iremos nos subcapítulos seguintes nos aprofundar nos conceitos relacionados à tradução e à interpretação em línguas de sinais, com ênfase na Libras e no português.

2.2 Conceitos de Tradução e Interpretação em Língua de Sinais

O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legítimo de comunicação, expressão e instrução representa um marco fundamental na luta pelos direitos linguísticos da comunidade surda no Brasil. Esse reconhecimento foi oficializado por meio da Lei Federal nº 10.436, de 2002, que estabelece os princípios legais para o uso e a valorização da Libras em diversos contextos sociais:

Art. 1º – É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único – Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo das comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

¹ Disponível em: <https://museumtranslation.ut.ee/>

Essa conquista assegura à comunidade surda e aos falantes da Libras o reconhecimento linguístico e cultural de sua própria língua, bem como o direito de utilizá-la como forma legítima de expressão. Além disso, orienta instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos quanto à obrigatoriedade de atendimento em Libras e à promoção da língua.

O campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais (ETILS) tem sido anunciado, mapeado e aprofundado por diferentes pesquisadores(as) brasileiros(as) ao longo dos últimos anos. Suas origens estão, em grande parte, vinculadas às áreas da Educação, da Linguística e das Letras, mas vêm se deslocando gradativamente para um campo mais específico, dialogando diretamente com os Estudos da Tradução e da Interpretação. Esse movimento não ocorre apenas em termos de enfoque temático e de contexto de produção das pesquisas, mas também se expressa nas fundamentações teóricas adotadas e nas metodologias de investigação empregadas (RODRIGUES; CHRISTMANN, 2023).

Inserida nesse campo interdisciplinar, esta pesquisa busca levantar investigações e contribuições que problematizam práticas, desafios e implicações da mediação linguística entre línguas de sinais e línguas orais. Os TILSPs se revelam essenciais para a promoção dos direitos linguísticos e comunicativos da população surda em contextos diversos, como a educação, os serviços públicos, a justiça, a saúde e a cultura.

Mais do que uma abordagem exclusivamente linguística, os ETILS reconhecem a centralidade das nuances culturais envolvidas na atuação tradutória e interpretativa. Nesse sentido, os TILSPs são compreendidos como agentes que constroem pontes entre línguas e culturas distintas, e cuja atuação exige profundo conhecimento das especificidades linguísticas e culturais para garantir uma comunicação efetiva, ética e situada.

Um dos focos dos ETILS é o reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais, com estruturas gramaticais completas e independentes. Esse reconhecimento reforça a necessidade de formação de tradutores e de intérpretes qualificados, aptos a lidar com os desafios técnicos e éticos da profissão. A formação desses profissionais no Brasil enfrentou, e ainda enfrenta, desafios relativos à consolidação de políticas públicas e à elaboração de currículos adequados, que respondam tanto às demandas práticas quanto à promoção dos direitos linguísticos e do acesso à informação. Observa-se, ao longo dos anos, um avanço nas políticas legislativas, sociais e acadêmicas que contribuem para o fortalecimento e a consolidação dos ETILS no país. As pesquisas nessa área oferecem contribuições valiosas que ampliam os horizontes dos Estudos da Tradução (ET) e dos Estudos da Interpretação (EI). Isso é perceptível,

por exemplo, em discussões sobre políticas de tradução, que ressaltam a importância da formação especializada de tradutores e de intérpretes.

Destacam-se também aspectos como os efeitos da modalidade, que têm impactado diretamente os processos de tradução e de interpretação, influenciando práticas e abordagens dentro do campo (RODRIGUES; SANTOS, 2018, p. 379). A especificidade das línguas de sinais enquanto sistemas visuais-gestuais propõe a noção de competência tradutória intermodal, necessária para a mediação entre línguas de modalidades diferentes (visual-gestual e oral-auditiva). O autor argumenta que essa competência envolve múltiplos saberes linguísticos, culturais e corporais e desafia os modelos tradicionais de tradução ao destacar a natureza multimodal e simultânea da comunicação em língua de sinais. A pesquisa contribui para ampliar os paradigmas dos Estudos da Tradução (RODRIGUES, 2018)

A tradução e a interpretação de línguas de sinais estão diretamente ligadas a questões de garantia de direitos e acesso à informação em diversos formatos. Essas práticas têm papel central na promoção da cidadania das pessoas surdas, assegurando seu direito à comunicação em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, os estudos em ETILS não apenas ampliam o campo dos Estudos da Tradução e da Interpretação, como também contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e atenta à diversidade linguística e cultural.

Esse reconhecimento impulsionou a formação de TILSPs, assim como o crescimento da produção acadêmica na área. Contudo, a ausência de reconhecimento oficial da Libras limitava a visibilidade, os direitos e a valorização dessa prática. Esforços culminaram na promulgação da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), que oficializou o reconhecimento da Libras como meio de comunicação e expressão.

Com a publicação do Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), a profissão passou a contar com diretrizes formais. O decreto regulamentou a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002), estabelecendo diretrizes para a formação e atuação dos TILSPs, tornando obrigatória a presença da Libras na educação e em contextos institucionais, e incentivando a formação profissional por meio de cursos técnicos e de graduação.

É importante destacar, no entanto, que nem a Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) nem o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) fazem menção específica à atuação dos TILSPs em contextos museológicos ou em espaços culturais similares, o que evidencia uma lacuna a ser discutida.

Para aprofundar a compreensão dos aspectos mencionados, apresentaremos a seguir

os conceitos fundamentais dos dois termos centrais: tradução e interpretação, considerando suas especificidades, formas de atuação e demandas, entendendo que o processo de atuação dos profissionais em museus, ora pode estar relacionado às tarefas de tradução, ora pode estar relacionado ao trabalho de interpretação. Por tanto, se faz necessário compreender conceitualmente cada atuação e, neste trabalho, utilizaremos o termo Tradutor e Intérprete, assim como já abordamos, focado no par linguístico Libras para português, e vice-versa.

2.2.1 Tradução

Além das especificidades linguísticas, os processos de tradução em línguas de sinais demandam a consideração de aspectos visuais e espaciais, que impactam diretamente a prática tradutória. De acordo com Napier *et al.* (2016), a modalidade visual-espacial das línguas de sinais apresenta desafios únicos, como a necessidade de incorporar expressões faciais e corporais, elementos essenciais para o entendimento da mensagem. Essa complexidade reforça a importância de uma formação adequada dos tradutores, que devem dominar estratégias específicas para lidar com as demandas técnicas e éticas envolvidas nessa modalidade de tradução.

Para fins desta pesquisa, é pertinente recorrer a definições que nos permitam delimitar conceitualmente o termo tradução, especialmente no âmbito dos ETILS. Uma das definições que contribuem para essa compreensão é apresentada por Rodrigues e Santos (2018), que destacam aspectos estruturais e situacionais da prática tradutória:

(...) na tradução, ao ter como matéria-prima o texto pronto e disponível em dado suporte, o profissional pode trabalhar sem contato direto com o público e, portanto, o resultado de seu trabalho, devidamente revisto e refinado, será automaticamente registrado com o objetivo de durar. (RODRIGUES; SANTOS, 2018, p. 2)

No processo de tradução do português para Libras, e vice-versa, podemos identificar três dimensões: tradução intermodal, interlingual e intercultural. Segundo Segala (2010), este processo também pode ser compreendido no campo da tradução intersemiótica. A seguir, detalharemos cada um desses conceitos.

2.2.1.1 Tradução Intermodal

A tradução intermodal envolve a transposição de significados entre diferentes modos de comunicação, como do verbal para o visual, auditivo ou tátil. Jakobson (2008) denomina esse processo como tradução intersemiótica, que ocorre quando há a interpretação de signos linguísticos por meio de sistemas de signos não linguísticos. Um exemplo clássico é a adaptação

de um texto literário para o cinema, onde elementos textuais são convertidos em imagens, sons e diálogos, criando uma experiência multimodal.

Este processo é especialmente relevante em contextos de acessibilidade, como na audiodescrição e na legendagem para surdos e ensurdecidos. Segundo Alves e Teles (2017), a audiodescrição requer que elementos visuais sejam verbalizados de forma clara e objetiva, permitindo que pessoas com deficiência visual compreendam o conteúdo imagético. Já na legendagem, o desafio é transformar sons e diálogos em texto, mantendo a coerência e o impacto emocional.

Além dos recursos de acessibilidade, a tradução intermodal é amplamente utilizada em produções artísticas e científicas que exploram diferentes formas de comunicação. Baldry e Thibault (2006) destacam que a transposição entre modos possibilita a construção de significados mais complexos e ricos, indo além dos limites de um único sistema semiótico. Em um mundo cada vez mais multimodal, essa abordagem é fundamental para engajar públicos diversos e ampliar as formas de percepção.

Nos museus, a tradução intermodal se concretiza quando conteúdos originalmente produzidos em modalidade oral-auditiva ou escrita — como falas de mediação, textos curatoriais, audioguias e sinalizações — são convertidos para a Libras, que é uma língua visual-espacial. Esse processo exige que os Tradutores e Intérpretes de Libras-Português TILSPs realizem adaptações entre sistemas semióticos distintos, por meio da criação de vídeos sinalizados, performances visuais e gravações em Libras que respeitem os parâmetros corporais, espaciais e expressivos da língua de chegada. A tradução intermodal também aparece na produção de conteúdos multimodais, como videoguias em Libras integrados às exposições, exigindo a articulação entre elementos verbais, visuais, espaciais e corporais. Assim, o trabalho tradutório não se limita à equivalência linguística, mas envolve escolhas que dialogam com os modos de recepção da comunidade surda e suas formas específicas de percepção e apreensão do conteúdo museológico.

2.2.1.2 Tradução Interlingual

Conhecida como a tradução propriamente dita, a tradução interlingual é definida por Jakobson (2008) como a interpretação de um texto verbal em uma língua por meio de outro sistema linguístico. Trata-se da conversão de mensagens entre línguas distintas — um processo que vai além da simples troca lexical ou grammatical, exigindo a adaptação de significados culturais e contextuais para preservar a integridade da mensagem na língua-alvo.

Esse tipo de tradução exige atenção às diferenças estruturais e semânticas entre as línguas. Venuti (2017) ressalta que o tradutor precisa adotar estratégias que equilibrem fidelidade ao texto de origem e fluência na língua de chegada. As abordagens mais comuns são a domesticação, que adapta o texto à cultura-alvo, e a estrangeirização, que preserva aspectos da cultura original, mesmo que cause estranhamento.

A tradução interlingual também desempenha papel essencial nas trocas culturais e na disseminação do conhecimento. Munday *et al.* (2022) observa que o tradutor atua como um mediador entre culturas, facilitando o intercâmbio de ideias e permitindo que textos literários, técnicos e científicos alcancem públicos diversos em escala global.

A tradução interlingual, em contextos museológicos, está presente quando há transposição de sentido entre duas línguas distintas, como do português para a Libras e vice-versa. Essa prática é comum nos museus, especialmente em visitas mediadas com interpretação simultânea, eventos culturais com público surdo e materiais institucionais acessíveis — como vídeos, cartelas informativas ou sinalizações bilíngues. A atuação dos TILSPs nesse contexto requer domínio das estruturas gramaticais, sintáticas e semânticas de ambas as línguas, bem como sensibilidade para adaptar registros técnicos, descritivos ou artísticos à Libras, sem perda de sentido ou acessibilidade. Diferente da tradução intermodal, a interlingual não envolve a troca de modalidade comunicacional, mas sim de sistemas linguísticos, o que demanda uma mediação linguística precisa para garantir que o conteúdo original seja compreendido de forma equivalente por usuários da Libras.

2.2.1.3 *Tradução Intercultural*

O conceito de tradução intercultural refere-se à mediação entre diferentes culturas. Aqui, o objetivo do tradutor não é apenas transferir palavras entre línguas, mas adaptar sentidos e contextos culturais, assegurando a compreensão e o impacto da mensagem na cultura de chegada.

Para Bhabha (2012), a tradução intercultural representa um espaço de negociação entre culturas, no qual os significados são recriados em novos contextos. Esse processo transcende a literalidade e exige sensibilidade cultural para lidar com significados sutis e complexos.

Nesse campo, o tradutor também assume um papel político. Venuti (2017) afirma que as escolhas tradutórias refletem posicionamentos ideológicos — como adaptar, omitir ou manter certos elementos culturais — influenciando diretamente a forma como uma cultura é representada para outra.

Em um mundo cada vez mais globalizado, compreender os valores, normas e padrões culturais é essencial para que a tradução seja eficaz. Katan e Taibi (2021) argumenta que esse conhecimento é o que permite ao tradutor construir pontes reais entre as culturas, promovendo diálogo, respeito e compreensão mútua.

A tradução intercultural é uma dimensão crucial do trabalho dos TILSPs em museus, especialmente porque envolve a mediação entre universos culturais distintos: a cultura majoritária ouvinte — refletida nos textos expositivos, discursos curatoriais e narrativas institucionais — e a cultura surda, com seus próprios valores, práticas, modos de ver e se expressar no mundo. Nesse caso, o tradutor não apenas converte palavras ou frases, mas adapta sentidos, metáforas, referências culturais e até mesmo estratégias comunicativas, de modo a tornar o conteúdo culturalmente relevante para o público surdo. Por exemplo, ao traduzir uma obra que faz referência a experiências sonoras, o TILSP pode utilizar analogias visuais ou espaciais que façam sentido dentro da experiência surda. A tradução intercultural é, portanto, uma prática de negociação e construção de sentido que respeita as diferenças culturais, linguísticas e epistemológicas entre os mundos representados no museu e os sujeitos que o frequentam.

2.2.2 *Interpretação*

A interpretação em línguas de sinais constitui uma prática comunicativa especializada que envolve a mediação linguística entre uma língua de sinais e uma língua oral, seja de forma simultânea ou consecutiva. Essa atividade exige competências específicas por parte do intérprete, que deve lidar com as diferenças estruturais, gramaticais e culturais entre sistemas linguísticos de naturezas distintas — uma visual-espacial e outra oral-auditiva. Além do domínio das línguas envolvidas, o intérprete precisa ser capaz de realizar escolhas rápidas e contextualizadas, garantindo a fidelidade ao conteúdo e à intenção comunicativa do enunciado. Conforme conceitua Pöchhacker (2022), interpretação é "*(...)uma forma de tradução na qual a apresentação inicial e final no outro idioma é produzida na base da apresentação única de um enunciado do idioma de partida*".

As línguas de sinais apresentam características próprias, como a modalidade visual-espacial e o uso de expressões corporais, que tornam o processo interpretativo substancialmente diferente da interpretação entre línguas orais. Essas especificidades exigem dos intérpretes o domínio não apenas dos aspectos linguísticos, mas também dos contextos culturais das comunidades surdas.

Rodrigues e Santos (2018, p. 3) reforçam a distinção entre tradução e interpretação:

(...) na interpretação, ao ter como matéria-prima o discurso em fluxo, o profissional trabalha, na maioria dos casos, em contato direto e imediato com o autor do texto e com o público e, portanto, o resultado de seu trabalho vai sendo conhecido à medida que desaparece, visto não possuir registro automático. Essas condições de produção impõem ao profissional o ritmo do autor do discurso e uma dependência contextual mais explícita e direta que na tradução, já que ele precisa estabelecer contato com sua audiência. (RODRIGUES; SANTOS, 2018)

Além das habilidades linguísticas, a prática da interpretação em línguas de sinais exige elevado nível de coordenação cognitiva e física. De acordo com Napier *et al.* (2016), intérpretes precisam processar informações em tempo real, articulando simultaneamente a fala e os sinais, mantendo clareza e fluidez na comunicação. Essa dinâmica exige domínio de técnicas como o *lag time* (tempo de espera entre a recepção e a entrega da mensagem), bem como a capacidade de adaptar estratégias interpretativas conforme o público e o contexto situacional.

Em resumo, compreendemos a tradução e a interpretação em línguas de sinais como um conjunto de práticas que envolve a transferência linguística entre línguas orais e línguas de sinais — sistemas que apresentam estruturas gramaticais e modalidades comunicativas distintas. Segundo Quadros e Karnopp (2009), as línguas de sinais são línguas naturais, com gramáticas completas e independentes, o que impõe aos TILSPs o desafio de lidar com suas especificidades, como a iconicidade e a espacialidade.

A tradução e a interpretação, nesse contexto, exigem profundo entendimento das particularidades linguísticas, culturais e sociais das comunidades surdas, de modo a garantir a fidelidade na transferência de significados, na elaboração de discursos e na construção linguística.

2.3 Atuação no Contexto Artístico-Cultural

Os TILSPs desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos linguísticos e na promoção da comunicação efetiva entre pessoas surdas e ouvintes, atuando em diversos setores como educação, saúde, justiça, eventos, arte e cultura.

Outro espaço importante é o sistema jurídico, onde a atuação de TILSP é essencial para assegurar os direitos das pessoas surdas. Napier *et al.* (2016) apontam que o trabalho em tribunais e delegacias exige ética e rigor técnico, já que os intérpretes lidam com linguagem especializada e situações de alta responsabilidade. Nesses contextos, é fundamental que a mensagem seja transmitida com precisão, respeitando princípios de neutralidade e confidencialidade.

No campo da saúde, os TILSPs possibilitam a comunicação clara entre pacientes surdos e profissionais da saúde, assegurando a compreensão de diagnósticos, tratamentos e orientações médicas.

Rodrigues (2010) identificou diferentes contextos de atuação profissional, a saber: contexto educacional, jurídico, familiar, midiático, religioso, empresarial, de saúde, de lazer e turismo e de conferência. No ano de publicação deste trabalho, esse primeiro levantamento de áreas, o contexto artístico-cultural, ou a esfera artística, campo cultural, seja qual for a denominação, ainda não havia sido identificado como um campo de atuação dos TILSPs (RIGO, 2019).

Santana (2019) nos lembra que os surdos estão “*cada vez mais acessando espaços e contextos nunca imaginados: teatros, casas de shows, festivais, eventos culturais, museus, espetáculos dos mais diversos tipos, carnavais, festividades populares [...]*” (SANTANA, 2019, p. 56). Nesse sentido, surge o contexto artístico-cultural que é assim denominado por Rigo (2019) como área de atuação do TILSP que:

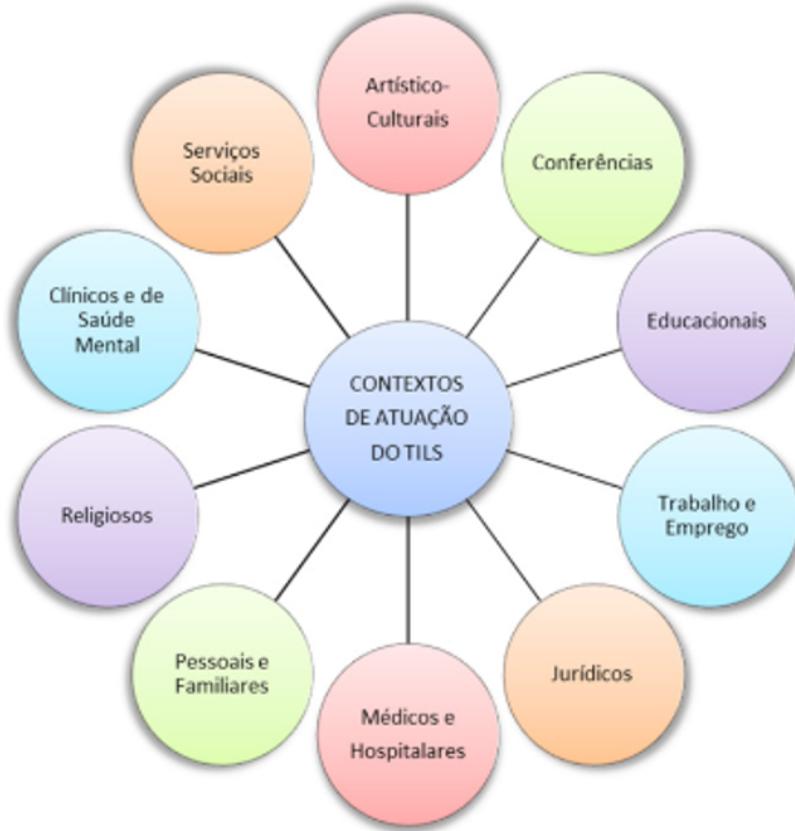
“compreende majoritariamente demandas de tradução e/ou de interpretação de textos artísticos e literários (orais/sinalizados ou escritos). As demandas envolvidas nesse contexto podem compreender diferentes linguagens artísticas (música, teatro, dança, cinema, artes visuais, performances etc.) e literaturas, em suas múltiplas possibilidades de apresentação, materialização e veiculação. Esse contexto implica exigências e competências profissionais que são comuns aos outros contextos de atuação e, ao mesmo tempo, exigências e competências tecnicamente particulares e especializadas”(RIGO, 2019, p. 304).

Rigo (2018, p. 34) propôs um esquema de classificação de contextos de atuação de TILSP incluindo o contexto artístico-cultural, baseado na classificação de Alcorn e Humphrey (2001) e Napier *et al.* (2006), conforme a Figura 1

Sobre esse contexto de atuação, mais especificamente quando compreendido por um campo que abrange demandas de tradução e de interpretação teatral, musical e/ou performática, um número crescente de trabalhos vem sendo publicados na última década. Segundo MEDEIROS e Camargo (2020, p. 129) “*no leque de interesses e interdisciplinaridades, a tradução e a interpretação artística emergem nos ETILS como contexto artístico-cultural, sendo uma esfera de atuação do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS) relativamente recente*”. (MEDEIROS; CAMARGO, 2020)

Ainda que seja um campo de atuação do TILSP relativamente recente – se comparado a outros contextos, como o educacional – esse contexto se expande rapidamente como um

Figura 1 – Organograma de atuação dos profissionais TILSPs.



Fonte: Rigo (2018, p. 34).

Descrição da imagem: Diagrama circular que representa os diversos contextos de atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), dispostos ao redor de um círculo central azul com o título “Contextos de Atuação do TILS”. Ao redor, nove círculos coloridos conectam-se ao centro por linhas, indicando os seguintes contextos: Artístico-Culturais, Conferências, Educacionais, Trabalho e Emprego, Jurídicos, Médicos e Hospitalares, Pessoais e Familiares, Religiosos, Clínicos e de Saúde Mental, e Serviços Sociais. Cada círculo apresenta uma cor diferente, sugerindo a diversidade de áreas em que o profissional pode atuar.

promissor espaço de trabalho, demandando dos profissionais uma profissionalização, bem como formação e competências específicas. Para XAVIER-NETA e RUSSO (2019, p. 127):

Apesar de o trabalho de tradução e interpretação em língua de sinais no contexto artístico-cultural tenha crescido no cenário brasileiro, as formas de atuações podem ser bastante diversas [...]. Os caminhos metodológicos encontrados por tradutores e intérpretes para a realização dos trabalhos também são igualmente diversificados. Há de se considerar que registros sobre essas práticas ainda são tímidos na área, mesmo eles sendo bastante urgentes e fundamentais de serem compartilhados e publicados. (XAVIER-NETA; RUSSO, 2019)

O contexto artístico-cultural demanda algumas exigências ao profissional. RIGO e TAFFAREL (2020) apresenta uma classificação dessas exigências com base numa pesquisa

realizada com TILSPs do estado catarinense, e com base na aplicação da Teoria de Demanda e Controle na interpretação envolvendo línguas de sinais de Dean e Jr (2001).

As autoras classificaram algumas exigências do contexto artístico-cultural e, para cada tipo de exigência, elas elencaram, conforme a coleta de dados realizada (entrevistas com TILSPs catarinenses), os principais desafios enfrentados pelos profissionais participantes da pesquisa, a saber: exigências linguísticas (recursos poéticos e artísticos; terminologia da área; descrições imagéticas; tempo e velocidade; incorporação e troca de turno; atuação individual; estratégias tradutórias; recursos extralinguísticos; expressões não manuais e espaço de sinalização); exigências ambientais (posicionamento; iluminação; ruídos e distrações; interferências de ordem técnica; ângulo de visão e visibilidade); exigências interpessoais (materiais inacessíveis para preparação; desconhecimento dos envolvidos; diretores e artistas; equipe técnica; contratantes e solicitantes; autoritarismo e abusos; falta de clareza do público-alvo; questões com o trabalho em equipe); por fim, exigências intrapessoais (preparo físico; timidez e insegurança; argumentação nas negociações; reações viciadas e automatismos; distrações fisiológicas; excesso de exposição de imagem pessoal) (RIGO; TAFFAREL, 2020, p. 43-44).

Cabe mencionar que o contexto artístico-cultural mencionado nos estudos citados até aqui nesta subseção, está relacionado majoritariamente a eventos de natureza teatral, musical e performática, isto é, shows de música, peças e espetáculos teatrais, festivais, performances e poesias etc. É importante esclarecer, contudo, que a atuação dos TILSPs em eventos dessa natureza (cênica e mais voltada à atuação no palco) se diferencia em alguns pontos da atuação de TILSPs em espaços culturais, espaços como museus, galerias de arte, centros culturais, ateliês e estúdios etc. Portanto, vale indagar aqui: a atuação de TILSPs em espaços culturais se enquadra no contexto que Rigo (2018) define como artístico-cultural?

Conforme já mencionado, para a autora, esse contexto compreende demandas de tradução e de interpretação de textos artísticos e literários (orais/sinalizados ou escritos). Nesse sentido, podemos dizer que sim, muitos textos do gênero artístico e literário estão fortemente presentes nos espaços culturais, afinal, esses espaços também compreendem apresentações cênicas, musicais, performances, textos literários e artísticos etc. Mas, para além desses, há também textos (escritos e orais) que compreendem outros gêneros: informativos, explicativos, educativos, históricos, citações que complementam exposições, entre outros tantos tipos de textos. Textos escritos, presentes nas paredes, nas exposições, nas placas indicativas, nos informativos, nos materiais de divulgação, nos *folders*, nos materiais educativos; e textos falados (falas e

discursos dos mediadores, dos educadores, as interações dos visitantes).

Ainda que os espaços culturais, como os museus, sejam espaços genuinamente constituídos por arte, literatura, cultura, história, por eles não circulam apenas textos artísticos e literários. E isso significa dizer que as exigências, e consequentemente os desafios para os TILSPs que atuam nesses espaços, vão além das exigências e dos desafios enfrentados na tradução e/ou interpretação musical, teatral, performática e/ou literária.

O mais importante é entender que no contexto artístico-cultural, os espaços culturais (museus, galerias, centros culturais) devem garantir a presença do TILSP, uma vez que é esse profissional que irá garantir que a experiência seja acessível e significativa para o público surdo, ampliando sua participação cultural e social. Dispor de TILSPs nos espaços culturais, bem como traduzir e/ou interpretar o conteúdo para Libras, são passos essenciais para o fortalecimento dos direitos linguísticos das pessoas surdas e para o acesso igualitário à produção cultural e artística da sociedade. Para além do contexto artístico-cultural, que é abrangente e compreende vários campos de atuação ligados à arte, cultura e literatura, é preciso focar mais precisamente neste estudo sobre as atividades de tradução e de interpretação em línguas de sinais realizadas especificamente em museus. E, para tanto, faz-se necessário um novo capítulo de embasamento teórico.

2.4 Tradução e Interpretação em Línguas de Sinais e os Museus

No cenário internacional, observa-se um movimento crescente de incorporação das línguas de sinais em instituições museológicas de diversos países, como Estados Unidos, Reino Unido, França, Austrália e também no Brasil. Museus têm integrado essas línguas em seus serviços educativos, visitas mediadas e materiais expositivos, promovendo ações voltadas à inclusão linguística de pessoas surdas. Nesse contexto, a tradução em línguas de sinais assume um papel central, configurando-se como uma prática fundamental para garantir o acesso equitativo à informação, à fruição estética e às experiências culturais no espaço museológico.

Essas práticas que, embora inicialmente voltadas para grandes idiomas, começam a incluir também línguas minoritárias, como as línguas de sinais. Ainda que a Língua de Sinais Brasileira seja considerada uma língua minoritária, ela conta com uma população significativa de usuários e falantes, e tem se inserido gradualmente nos processos de tradução em museus.

No continente europeu, por exemplo, temos o famoso Museu do Louvre², localizado

² Disponível em: <https://www.louvre.fr/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

na França, na cidade de Paris, o museu de arte mais visitado do mundo, com um acervo que abrange desde a Antiguidade até o século XIX. O museu oferece acesso, visitas mediadas com interpretação em Língua de Sinais Francesa (LSF). Ainda em Paris, destacamos o *Musée d'Orsay*³, focado em arte impressionista e pós-impressionista que apresenta recursos de acessibilidade em LSF conforme Figura 2.

Figura 2 – Fotografia de uma grande tela na entrada do Museu de Orsay, Paris.



Fonte: Registro do autor, 2024

Descrição da imagem: Painel expositivo localizado em ambiente interno, com fundo escuro e detalhes decorativos brancos que remetem a um estilo clássico. Ao centro, há uma ilustração arquitetônica da fachada da Gare d'Orsay, acompanhada do texto em francês: *La gare d'Orsay est construite pour accueillir les voyageurs au centre de Paris.* ("A estação de Orsay foi construída para acolher os viajantes no centro de Paris."). No canto inferior direito do painel, há uma janela de acessibilidade com uma mulher realizando tradução em LSF, indicando o recurso de interpretação audiovisual disponível para pessoas surdas. O painel está posicionado sobre uma base inclinada de pedra, integrada ao espaço arquitetônico ao fundo.

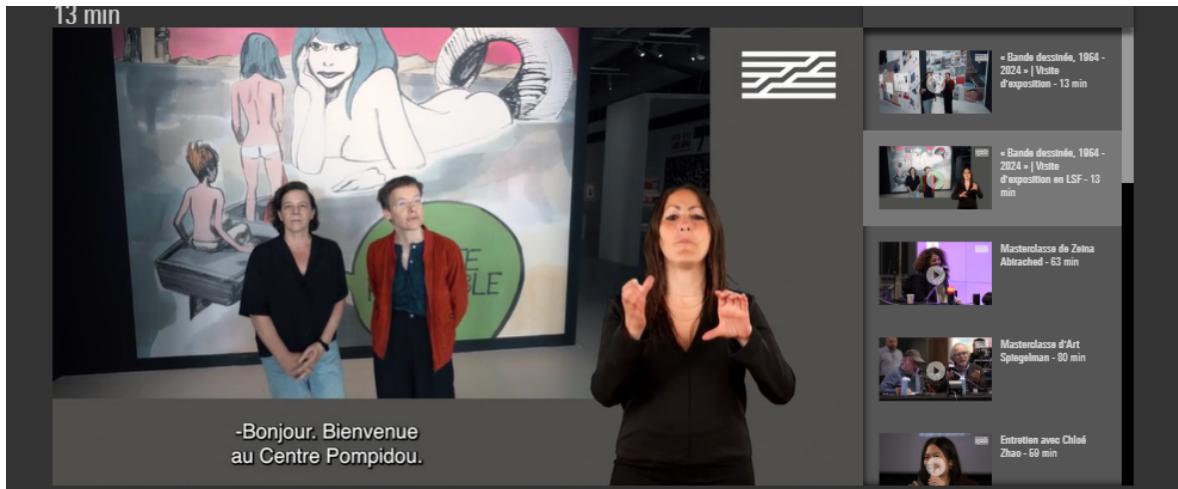
O *Centre Pompidou*⁴, dedicado à arte moderna e contemporânea, oferece programas

³ Disponível em: <https://www.musee-orsay.fr/fr>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.centrepompidou.fr/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

de arte voltados para pessoas com deficiência, além de visitas acessíveis em LSF. O museu também disponibiliza, em seu site oficial, recursos de acessibilidade em LSF, como vídeos informativos e conteúdos culturais traduzidos, ampliando o acesso da comunidade surda às exposições e às atividades institucionais (Figura 3).

Figura 3 – Captura de tela da plataforma de vídeos do site do *Centre Pompidou*.



Fonte: *Centre Pompidou*, 2025

Descrição da imagem: Captura de tela de um vídeo acessível do *Centre Pompidou*, com foco em acessibilidade para pessoas surdas. À esquerda, duas mulheres são filmadas em frente a uma obra de arte contemporânea com figuras femininas nuas em estilo de quadrinhos, acompanhadas de balões de fala coloridos. Elas dão boas-vindas ao público com a legenda em francês: “Bonjour. Bienvenue au Centre Pompidou.” (“Olá. Bem-vindos ao Centro Pompidou.”). À direita, uma intérprete de LSF ocupa um espaço destacado na tela, realizando a tradução simultânea do conteúdo falado. Acima dela, há uma barra lateral com miniaturas de outros vídeos ou seções relacionadas da mesma exposição, indicando a navegação por capítulos ou sessões temáticas do conteúdo. A imagem evidencia o compromisso do museu com a acessibilidade comunicacional em ambientes virtuais.

Em Sydney, o Museu de Arte Contemporânea da Austrália (MCA)⁵ possui um programa de acessibilidade, com recursos para pessoas com deficiência visuais e neurodivergentes, incluindo visitas sensoriais. O MCA apresenta, coleciona e promove a arte contemporânea. Tem como base os princípios de pertencimento, conexão e influência, o museu busca ser a principal plataforma de arte e ideias contemporâneas na Austrália. Está localizado no porto de Sydney, em Tallawoladah, local com mais de 65.000 anos de histórias e cultura, o MCA preserva a continuidade cultural por meio de sua coleção, exposições, eventos e programas educativos. Com mais de 4.700 obras, sendo um terço de artistas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres, é a única coleção pública da Austrália dedicada a artistas vivos. Como uma organização independente

⁵ Disponível em: <https://www.mca.com.au/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

sem fins lucrativos, o MCA arrecada mais de 85% de sua receita anual por meio de doações e atividades comerciais. Seja presencialmente ou online, o museu convida todos a explorar sua arte. Podemos observar que, dentre os programas do museu, o programa de acessibilidade se destaca com ações e projetos que dialogam com diversas pessoas com deficiência e também nos apresenta projeto voltado para a comunidade surda australiana (Figura 4).

Figura 4 – Captura de tela do videoguia disponível no site do Museu de Arte Contemporânea da Austrália.



Fonte: Museu de Arte Contemporânea da Austrália, 2025

Descrição da imagem: Um homem com barba e camiseta preta aparece ao centro sobre um fundo branco, realizando uma tradução em língua de sinais. A legenda em inglês, localizada na parte inferior da imagem, diz: “*MCA Australia acknowledges the Gadigal people, connected to the land and the Eora Nation.*” (“*O MCA Austrália reconhece o povo Gadigal, ligado à terra e à Nação Eora.*”). A imagem representa um gesto de reconhecimento do território tradicional aborígene, frequentemente exibido em instituições culturais australianas como forma de respeito aos povos originários. A presença da tradução em língua de sinais evidencia o compromisso com a acessibilidade comunicacional e a inclusão de pessoas surdas na recepção dessa mensagem institucional.

A plataforma Ibermuseus⁶ disponibiliza alguns materiais como manuais ou guias de acessibilidade, criados por museus da América Latina e ibero-americanos, que orientam museus na Ibero-América sobre práticas acessíveis. O “*Manual de Accesibilidad para Museos*”, por

⁶ Disponível em: <https://www.ibermuseos.org/pt/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

exemplo, recomenda o uso de tecnologia acessível e o treinamento da equipe para lidar com as diversas necessidades dos visitantes, incluindo a comunicação em Línguas de Sinais (ROBLES, 2019). Essas iniciativas são fundamentais para consolidar a cidadania cultural das pessoas surdas e os acessos aos museus, promovendo o protagonismo da comunidade em exposições e atividades culturais. Além de reunir esses documentos, a plataforma Ibermuseus também promove premiações, formações e auxilia a diagnosticar como está a acessibilidade em seus museus. Essas ações são essenciais para garantir o direito linguístico de pessoas surdas e incentivar sua participação ativa no mundo cultural.

No Brasil, o Museu de Arte de São Paulo (MASP)⁷, na cidade de São Paulo, oferece rampas, elevadores, banheiros acessíveis e visitas mediadas para pessoas com deficiência auditiva e visual, incluindo materiais táteis e audiodescrição (Figura 5).

A Pinacoteca de São Paulo⁸, por exemplo, tem promovido visitas mediadas em Libras com a participação de educadores surdos e produção de materiais visuais e sinalizados específicos para o público surdo. Essas experiências tornam a visita mais significativa, acessível e culturalmente conectada, respeitando as especificidades linguísticas da Libras.

Instituições como o Museu do Amanhã⁹ e o MAM-SP¹⁰ iniciaram práticas consistentes de contratação de mediadores surdos e TILSP, com o objetivo de promover acessibilidade comunicacional, protagonismo cultural e participação plena da comunidade surda nas exposições e programas educativos.

Essas ações representam um avanço significativo ao associar a presença de profissionais surdos bilíngues. A tradução e interpretação têm tido um papel essencial na história dos museus brasileiros, facilitando o acesso às exposições e ampliando a comunicação com públicos de pessoas surdas.

Vale destacar que, embora a Libras possua status legal e linguístico — garantido pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005 —, sua presença nos museus ainda acontece, em grande parte, por meio das ações educativas. São os setores educativos e os processos de mediação cultural que têm promovido a inserção da Libras nos espaços museais, por meio de educadores e mediadores surdos, fluentes em línguas de sinais, ampliando as possibilidades de acesso e participação da comunidade surda.

Com o crescimento das discussões em torno da Diversidade, Equidade e Inclusão,

⁷ Disponível em: <https://www.masp.com.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

⁸ Disponível em: <https://pinacoteca.org.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

⁹ Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

¹⁰ Disponível em: <https://mam.org.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

Figura 5 – Captura de tela do vídeo em Libras sobre o Acervo - MASP.



MASP Acessibilidade | Acervo em transformação | Faixa 3

Fonte: Museu de Arte de São Paulo, 2025

Descrição da imagem: Cena de um vídeo do MASP com um surdo sinalizando em Libras. Em primeiro plano, um homem surdo, com barba, óculos e camisa jeans, realiza a tradução em Libras. Ele está posicionado em frente a um fundo expositivo com obras de arte emolduradas, suspensas nas icônicas estruturas de vidro do museu. A legenda em português, na parte inferior da tela, diz: “e agora o museu tem se dedicado a ter obras de artistas contemporâneos.” No canto inferior direito, aparece a marca do MASP. O vídeo, identificado como parte da série “MASP Acessibilidade | Acervo em transformação | Faixa 3”, reforça o compromisso da instituição com a inclusão de pessoas surdas por meio de conteúdos sinalizados em seus espaços culturais e plataformas digitais.

essas ações refletem o compromisso das instituições com a democratização da cultura. A presença de vídeos em línguas de sinais, visitas com interpretação, vídeoguias e dispositivos interativos são exemplos de recursos que vêm sendo incorporados em diferentes partes do mundo.

No entanto, implementar a tradução e a interpretação em línguas de sinais na esfera museológica apresenta desafios significativos. Um dos principais está relacionado à adaptação cultural e linguística dos conteúdos expositivos. A tradução e a interpretação para línguas de sinais não podem se limitar à transposição de palavras, mas devem considerar as diferenças gramaticais, culturais e semânticas entre as línguas orais e sinalizadas.

Nesse sentido, os museus devem contar com profissionais especializados, com conhecimento profundo das gramáticas visuais e da cultura surda, para garantir traduções e interpretações adequadas, acessíveis e respeitosas. O trabalho realizado deve ser efetivo, no

sentido de transmitir a mensagem com clareza, mas também afetivo, ou seja, conectado às experiências e identidades da comunidade surda.

Nesse sentido, o trabalho dos TILSPs adquire centralidade, pois esses profissionais operam na interseção entre linguagem, cultura e museus. A atuação dos TILSPs vai além da tradução literal: envolve um profundo conhecimento das práticas culturais da comunidade surda e das estratégias museológicas, sendo, portanto, agentes fundamentais da tradução intercultural em museus.

2.5 Mediação Cultural em Libras em Espaços Museológicos

Um ponto importante a ser destacado é a diferenciação entre os conceitos de: tradução, interpretação e mediação cultural, especialmente no contexto dos ETILS e das práticas museológicas. Embora o conceito de tradução frequentemente esteja associado a uma forma de mediação entre línguas, é necessário compreender que o conceito de mediação, sob a perspectiva museológica, é mais amplo, sobretudo porque envolve dimensões culturais, patrimoniais e contextuais.

Nos ET, os termos tradução e interpretação são mais apropriados para descrever o processo de conversão entre línguas, sejam elas línguas orais ou línguas de sinais. No entanto, a mediação cultural vai além da transmissão linguística, pois envolve facilitar o entendimento entre diferentes culturas, práticas sociais e formas de comunicação, especialmente em contextos como o jurídico, o patrimonial e o artístico.

No contexto museológico, a mediação cultural refere-se à prática por meio da qual os educadores de museus promovem o diálogo entre os acervos (obras, objetos, coleções) e os visitantes. Muitas vezes, esses termos são confundidos com *visita guiada* ou *visita realizada por monitores*.

A mediação cultural busca construir experiências de aprendizagem ativas, participativas e críticas, permitindo que os visitantes interpretem o conteúdo museológico a partir de suas próprias referências culturais. Nesse caso, o educador atua como facilitador do acesso ao patrimônio cultural, promovendo a construção de sentidos e a inclusão de múltiplas perspectivas, inclusive aquelas historicamente marginalizadas, como a das pessoas surdas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa segue uma abordagem (auto)biográfica descritiva, com análise documental e características qualitativas com o intuito de investigar a atuação TILSP em museus de Arte do Ceará, a partir da trajetória profissional do próprio pesquisador. Os instrumentos utilizados incluíram a narrativa autobiográfica, registros em diário de campo, pesquisa bibliográfica e análise documental de normativas e documentos institucionais de equipamentos culturais. O tratamento dos dados envolveu a organização temática e reflexiva das experiências vividas e dos materiais coletados, articulando subjetividade e análise crítica. A análise baseou-se em critérios como relevância contextual, coerência entre discurso e prática, reflexividade, recorrência temática e contribuição aos ETILS. Reconhece-se, contudo, limitações como a ausência de dados quantitativos e a não abrangência de outros espaços culturais além dos museus, aspectos indicados como possibilidades para investigações futuras.

3.1 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e investigativa, centrada na experiência do próprio pesquisador enquanto TILSP atuante em museus. A metodologia adotada é a (auto)biográfica, conforme definida por autores como Josso *et al.* (2004) e Abrahão (2004), permitindo compreender a construção identitária e os processos de aprendizagem a partir das experiências profissionais e pessoais. Tal abordagem possibilita refletir criticamente sobre a prática tradutória e interpretativa em contextos museológicos, relacionando vivências individuais a dinâmicas sociais e institucionais mais amplas.

A escolha por essa metodologia justifica-se pela intenção de compreender, a partir da própria trajetória do pesquisador, os desafios, aprendizagens e significados atribuídos à atuação dos TILSPs em espaços culturais. A escrita do percurso (auto)biográfico é atravessada por reflexões teóricas provenientes dos campos dos Estudos da Tradução (ET), Estudos da Interpretação (EI), Estudos da Tradução em Línguas de Sinais (ETILS) e dos estudos sobre acessibilidade linguística em museus, contribuindo para contextualizar conceitos, práticas e políticas que envolvem a tradução e a interpretação de Libras-português em ambientes institucionais.

Complementarmente à metodologia autobiográfica, utilizou-se a pesquisa documental como estratégia metodológica. Esta se baseou na análise de documentos institucionais, legais e normativos (como leis, diretrizes, estatutos e normas técnicas) relacionados ao campo

cultural e à atuação de TILSP em museus. Fundamentada nos aportes de Minayo (1992), Nunes (2007), Ferreira e Pereira (2014) e Poupart *et al.* (2014), Junior *et al.* (2021), essa modalidade de pesquisa permitiu examinar criticamente os registros formais que sustentam as práticas de acessibilidade nos espaços museológicos. Minayo (1992) destaca a relevância da análise documental na compreensão de fenômenos sociais em pesquisas qualitativas, enquanto Poupart *et al.* (2014) enfatiza a importância de considerar o contexto de produção dos documentos, seus autores e os sentidos atribuídos a eles. Dessa forma, a combinação entre a abordagem (auto)biográfica e a pesquisa documental proporcionou traçar um destaque para a profissão de TILSP em contexto de Museus, sendo o Museu de Arte Contemporânea do Ceará e na Pinacoteca do Ceará. As narrativas do pesquisador são articuladas com dados institucionais disponibilizados de forma pública, compondo uma análise crítica sobre as ações realizadas em museus pelos profissionais, a compreensão entre as tarefas de tradução e interpretação e a relação com a garantia de direitos culturais e linguísticos da comunidade surda. A análise produziu reflexões significativas que podem subsidiar futuras ações e melhorias voltadas à atuação de TILSPs em museus.

3.2 Objetivos

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a atuação de TILSPs nos museus de arte do Ceará, com foco na cidade de Fortaleza, observando as modalidades, demandas, estratégias, desafios e recursos da atuação profissional crescente no campo museal. A pesquisa visa também propor diretrizes que contribuam para a institucionalização dessa atividade nos museus, reconhecendo sua importância no contexto das políticas de tradução e direitos linguísticos.

3.2.1 *Objetivos específicos*

Para alcançar o objetivo geral proposto, a pesquisa foi desdobrada em objetivos específicos que orientam a estrutura da investigação e permitem aprofundar distintos aspectos da atuação dos TILSPs no contexto museológico. Esses objetivos visam articular fundamentos teóricos, experiências práticas e propostas aplicadas, possibilitando uma análise crítica e contextualizada das práticas tradutorias em museus de arte no Ceará, especialmente em Fortaleza. A seguir, são apresentados os objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento deste estudo:

1. Apresentar os principais conceitos teóricos que fundamentam a tradução e a interpretação em línguas de sinais no contexto museológico;

2. Descrever o percurso autobiográfico do pesquisador inserido em experiências de tradução e de interpretação em museus de arte;
3. Destacar o escopo de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-português no museu de Arte do estado do Ceará;
4. Sugerir diretrizes para a institucionalização e continuidade da presença de *TILSPs* em espaços museológicos.

3.3 Questões de Pesquisa

A partir do problema investigativo e dos objetivos delineados, esta pesquisa busca responder às seguintes perguntas:

- (I) Quais são os principais conceitos que fundamentam a tradução e interpretação em língua de sinais no contexto museológico?
- (II) De que forma as experiências vivenciadas pelo pesquisador enquanto TILSP em museus de arte contribuem para compreender os desafios e potencialidades dessa atuação profissional?
- (III) Qual é o escopo da atuação dos TILSP em museus de arte do estado do Ceará?
- (IV) Que diretrizes podem ser propostas para a consolidação e continuidade da atuação de TILSP em instituições museológicas?

3.4 Aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa segue os princípios éticos estabelecidos pelas normativas vigentes para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, especialmente aqueles previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Por se tratar de uma investigação com abordagem (auto)biográfica e documental, a maior parte dos dados provém da própria trajetória do pesquisador e de documentos públicos institucionais, não envolvendo diretamente sujeitos externos como participantes.

Ainda assim, todo o processo foi conduzido com rigor ético, respeitando os princípios da autonomia, dignidade humana, justiça e beneficência. Nos casos em que foram mencionadas instituições, documentos internos, registros fotográficos ou experiências com terceiros em contextos profissionais, assegurou-se a devida autorização prévia, a utilização de materiais já publicados e, sempre que necessário, o anonimato e a preservação da integridade das informações, a fim de evitar exposições indevidas. No que se refere ao uso de imagens, observou-se o cuidado

em incluir legendas explicativas e referências que contextualizam as fotografias e indiquem suas fontes, conforme exigido em trabalhos acadêmicos. Cabe destacar que, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018¹, há exceções quanto à necessidade de autorização para uso de imagens, como em registros realizados em locais públicos, desde que não haja expectativa de privacidade, como em eventos abertos com ampla circulação de pessoas.

As reflexões produzidas a partir da experiência pessoal do pesquisador foram organizadas de modo a preservar a ética narrativa, respeitando os limites entre a exposição da subjetividade e a análise crítica das práticas institucionais observadas. Em caso de menção a terceiros, as referências foram tratadas com cautela, priorizando descrições coletivas e que já eram de conhecimento público.

3.5 Instrumentos de coletas de dados

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados múltiplos instrumentos de coleta de dados, todos orientados por uma abordagem qualitativa, descriptiva, documental e (auto)biográfica. A coleta concentrou-se em três frentes principais: narrativas da experiência profissional do próprio pesquisador, análise documental institucional e pesquisa bibliográfica. Esses instrumentos permitiram compreender tanto os aspectos subjetivos da prática profissional quanto os elementos normativos e estruturais que condicionam a atuação dos TILSPs em museus de arte do Ceará.

3.5.1 Narrativa (auto)biográfica como instrumento de coleta

O percurso do pesquisador, enquanto TILSP atuante em museus do Ceará, constitui-se como um corpus central de análise. A narrativa (auto)biográfica foi utilizada como instrumento de coleta e reflexão, permitindo resgatar experiências significativas da atuação profissional, identificar desafios recorrentes e articular essas vivências com as teorias dos ETILS e da acessibilidade em espaços museológicos. Os relatos foram registrados em forma de diário de campo, construídos a partir de episódios vivenciados no Museu de Arte Contemporânea do Ceará e na Pinacoteca do Ceará.

Complementando essa perspectiva, o diário de campo emergiu de forma orgânica ao longo da trajetória do pesquisador, não como um instrumento previamente estruturado, mas como

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 10 de junho de 2025.

um espaço espontâneo de registro das experiências, percepções e reflexões surgidas no exercício profissional. Nele foram anotadas observações sobre eventos, reuniões institucionais e ações educativas em museus, bem como apontamentos sobre a presença (ou ausência) de políticas de acessibilidade e os efeitos das práticas tradutorias na experiência dos visitantes surdos. Esse material, aliado à narrativa (auto)biográfica, conferiu densidade subjetiva à análise e permitiu a construção de um olhar crítico, situado e sensível sobre os contextos pesquisados.

3.5.2 *Pesquisa Documental e Análise de Normativas*

A análise documental foi um instrumento central para examinar políticas públicas, diretrizes institucionais e estruturas organizacionais relacionadas à atuação de TILSP em museus. Os documentos analisados incluíram leis, regulamentos, estatutos e planos museológicos de instituições públicas e das Organizações Sociais gestoras de equipamentos culturais no Ceará, especialmente o Instituto Dragão do Mar (IDM)² e o Instituto Mirante de Cultura e Arte³.

A partir de plataformas como o site MuseusBr⁴, foram identificados 178 museus cadastrados no estado. A pesquisa documental também mapeou os equipamentos culturais sob responsabilidade da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT Ceará)⁵ e do Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE), permitindo verificar a existência (ou ausência) de políticas voltadas à contratação e à institucionalização dos TILSPs nesses espaços.

No caso do IDM, a análise dos documentos oficiais revelou a inexistência de registros formais sobre a contratação de TILSPs em seu regulamento de pessoal, apesar de constatações empíricas de atuação desses profissionais em campo. Já no Instituto Mirante, identificou-se a presença do cargo de “Intérprete de Libras” na estrutura de cargos e remuneração, embora sem detalhamento das atribuições específicas, o que evidencia uma lacuna entre prática e regulamentação formal.

3.6 *Pesquisa Bibliográfica*

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam os campos da tradução e da interpretação em línguas de sinais, museologia, acessibilidade linguística e políticas culturais. Esse levantamento teórico permitiu sustentar

² Disponível em: <https://www.idm.org.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

³ Disponível em: <https://institutomirante.org/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

⁴ Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

⁵ Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

criticamente as análises das práticas vivenciadas e dos documentos institucionais, além de articular os achados com a literatura dos ET, EI e ETILS.

3.7 Tratamento e apresentação dos dados

O tratamento e a apresentação dos dados nesta pesquisa seguiram os princípios da abordagem qualitativa, priorizando a compreensão dos sentidos e significados emergentes das experiências vividas e dos documentos analisados. A organização dos dados foi estruturada a partir de categorias temáticas identificadas nas narrativas (auto)biográficas, nas observações de campo e nos documentos institucionais consultados. Inicialmente, os registros produzidos no diário de campo e os relatos autobiográficos foram organizados cronologicamente e posteriormente analisados a partir dos referenciais teóricos dos ET, EI, ETILS, museologia e acessibilidade linguística. Esse processo envolveu uma leitura reflexiva e crítica, buscando compreender os sentidos atribuídos pelo pesquisador às suas próprias vivências e às estruturas institucionais com as quais interagiu.

Paralelamente, os dados documentais coletados em sites institucionais, legislações, estatutos e regulamentos das Organizações Sociais gestoras dos museus foram categorizados conforme sua natureza (jurídica, organizacional, técnica) e analisados com base em critérios de relevância para a temática da institucionalização dos TILSPs em espaços museológicos. Essa análise considerou os contextos de produção dos documentos, os sujeitos institucionais envolvidos e os discursos sobre acessibilidade e políticas linguísticas neles presentes.

Os dados foram apresentados de forma descriptiva e interpretativa, intercalando trechos dos registros autobiográficos com excertos de documentos analisados e fundamentações teóricas. Essa articulação buscou dar visibilidade tanto à dimensão subjetiva da experiência do pesquisador quanto às condições objetivas que moldam a atuação dos TILSPs nos museus do Ceará. Sempre que pertinente, foram utilizados quadros, tabelas e imagens para ilustrar e organizar visualmente os achados da pesquisa, facilitando a compreensão e evidenciando as relações entre prática e estrutura institucional.

3.8 Critérios de Análise

A análise dos dados nesta pesquisa seguiu critérios qualitativos que buscam elucidar os sentidos produzidos nas narrativas autobiográficas, nos registros de campo e nos documentos

institucionais, considerando os contextos socioculturais, políticos e institucionais nos quais os dados estão inseridos. Com base nos aportes de autores como Minayo (1992), Poupart *et al.* (2014) e Abrahão (2004), que reforçam a importância da análise crítica e situada em pesquisas em Ciências Humanas, foram definidos os seguintes critérios:

1. **Relevância Contextual:** Considerou-se o contexto histórico, político e institucional de produção dos dados, especialmente no que se refere à atuação dos TILSPs em museus públicos do estado do Ceará. Esse critério permitiu compreender a inserção da prática de tradução e de interpretação em Libras-português em estruturas de poder e políticas públicas.
2. **Coerência entre Discurso e Prática:** Foi analisada a coerência entre os discursos institucionais sobre acessibilidade (expressos em documentos oficiais) e as práticas observadas e vivenciadas pelo pesquisador nos museus investigados. A divergência ou alinhamento entre o que é normatizado e o que é efetivamente implementado constituiu um eixo central da análise.
3. **Reflexividade Autobiográfica:** A análise das experiências do pesquisador enquanto TILSP foi conduzida com base na reflexividade, articulando o vivido com os referenciais teóricos e institucionais. A perspectiva autobiográfica exigiu a constante problematização das próprias percepções, buscando evitar a sobreposição do ponto de vista individual ao coletivo.
4. **Pertinência e Frequência Temática:** As categorias analíticas foram identificadas com base na recorrência de temas nas narrativas, nos documentos e nas observações. Os elementos mais frequentemente citados, ou aqueles que se destacaram por sua pertinência em relação aos objetivos da pesquisa, foram priorizados na construção dos eixos de análise.
5. **Contribuição para o Campo dos ETILS:** A análise considerou a relevância dos achados para o avanço da discussão sobre a institucionalização da atuação dos TILSP em contextos museológicos, observando como os dados coletados dialogam com lacunas, avanços e demandas apontadas por pesquisadores da área.

3.9 Limitações da pesquisa

Como toda investigação científica, esta pesquisa apresenta algumas limitações que precisam ser reconhecidas. A principal delas refere-se à impossibilidade de aplicação de questionários ou entrevistas junto à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, o que teria contribuído

para a complementação das informações documentais analisadas e para o acesso a dados internos sobre a política de contratação e atuação dos TILSPs.

Outra limitação relevante foi a dificuldade de obtenção de dados quantitativos sobre o número de profissionais inseridos nos museus do estado, suas formas de contratação e informações sociodemográficas, como gênero, raça, orientação sexual, faixa etária, formação acadêmica e tipo de certificação profissional. Esses dados seriam fundamentais para aprofundar a compreensão sobre o perfil dos profissionais atuantes em contextos museológicos.

Além disso, esta pesquisa concentrou-se exclusivamente em museus de arte localizados no estado do Ceará, não abrangendo outros tipos de equipamentos culturais, como teatros, cinemas, escolas de arte, centros culturais, casas de cultura ou pontos de memória. Embora esses espaços também sejam relevantes para o debate sobre acessibilidade linguística e atuação de TILSPs, foram considerados fora do escopo definido nesta investigação.

Essas restrições, no entanto, não comprometem os objetivos e a qualidade do estudo. Pelo contrário, apontam caminhos possíveis para pesquisas futuras que desejem ampliar a análise para outros espaços culturais e aprofundar o levantamento de dados quantitativos e institucionais sobre a atuação dos profissionais TILSPs no contexto artístico-cultural.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo irá apresentar a atuação dos TILSPs no contexto museológico cearense, destacando os avanços, desafios e práticas voltadas à acessibilidade cultural e linguística. Como já mencionado anteriormente, este estudo percorre legislações nacionais e estaduais, políticas públicas e experiências concretas em museus (MAC Ceará e a Pinacoteca do Ceará) e demonstra como a presença de profissionais surdos e ouvintes tem fortalecido a institucionalização da Libras em espaços culturais.

A partir de uma abordagem qualitativa e autobiográfica, são descritas ações como criação de sinais em Libras para instituições e artistas, traduções de textos curatoriais, mediações bilíngues, formação de grupos de estudo, criação de repositórios de sinais e elaboração de planos de acessibilidade. As iniciativas evidenciam a importância da tradução e da interpretação como práticas políticas e éticas nos museus, promovendo o direito à fruição estética e cultural das pessoas surdas, o reconhecimento das culturas surdas e a construção de políticas de tradução mais inclusivas no campo artístico.

4.1 A legislação entrelaçando os museus e o acesso de pessoas surdas

As atividades de tradução e de interpretação em Libras-português, no território brasileiro, ganharam novas dimensões com o foco em políticas nacionais de acessibilidade para as comunidades de pessoas surdas, especialmente a partir dos anos 2000 e vêm ganhando mais fôlego nos últimos anos com a participação mais efetiva das comunidades em discussões, plenárias e conselhos.

No Brasil, no campo cultural, temos algumas conquistas legais para a atuação dos profissionais, acessibilidade e garantia dos direitos linguísticos de pessoas surdas. Por exemplo, a Lei Nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência¹, no capítulo do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer, nos apresenta o seguinte texto:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. (Brasil, 2015)

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 de junho de 2025.

Destacamos, nesta lei, o uso do termo “pessoa com deficiência” para problematizar sua aplicação no contexto das pessoas surdas. No âmbito legislativo brasileiro, essa expressão abrange tanto pessoas com deficiência auditiva quanto pessoas surdas com identidade linguística e cultural própria. No entanto, é importante esclarecer que, do ponto de vista das comunidades surdas e dos Estudos Surdos, há distinções relevantes: são consideradas pessoas com deficiência auditiva aquelas com perda auditiva, mas sem vínculo com a Libras ou com a cultura surda; já as pessoas surdas que possuem letramento em línguas de sinais e se reconhecem enquanto sujeitos culturais e linguísticos autônomos, identificam-se como membros de uma minoria linguística, e não apenas como pessoas com deficiência.

Percebemos, portanto, que embora o texto legal aponte avanços no que se refere ao direito de acesso à cultura, ao lazer e aos bens culturais em formato acessível, ele não especifica — ao menos no capítulo citado — a forma como esses serviços devem ser ofertados, tampouco faz referência direta à atuação profissional de TILSPs. Essa ausência de menção explícita à mediação linguística em Libras será observada também em outras leis e documentos normativos que tratam de acessibilidade, o que evidencia uma lacuna a ser problematizada nos debates sobre políticas públicas inclusivas.

Podemos citar como exemplo também, a Lei de nº 11.904/2009, que Institui o Estatuto de Museus². no trecho sobre a Difusão Cultural e do Acesso aos Museus, podemos observar o seguinte conceito: “*Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente*” (Brasil, 2009). Novamente, percebe-se que não são mencionadas as práticas envolvendo atividades de tradução e de interpretação em Libras-português, tampouco é mencionado algo a respeito da comunidade surda, como sua cultura, contextos históricos, ferramentas e recursos de acesso e processos que poderiam tornar mais participativas as pessoas surdas nos processos museais.

Para compreendermos como o processo de participação de pessoas surdas e da comunidade surda é importante, ainda na mesma lei, em seu Art. 44. encontramos o seguinte texto: “*É dever dos museus elaborarem e implementarem o Plano Museológico*” (Brasil, 2009). Para compreender a importância deste documento, destacamos o texto encontrado:

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 10 de junho de 2025.

instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (Brasil, 2009)

Nesse sentido, a elaboração do Plano Museológico deve ocorrer, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo não apenas a equipe técnica da instituição, mas também especialistas, parceiros sociais, visitantes, consultores externos e demais sujeitos interessados. Considerando sua natureza estratégica e integradora, o plano precisa refletir as especificidades de cada museu e respeitar o caráter interdisciplinar de seus programas e ações.

A inclusão desse documento neste trabalho se justifica, entre outros aspectos, pela relevância do que estabelece o item k do artigo referente ao Plano Museológico, segundo o qual um dos programas obrigatórios a ser contemplado deve ser o “(...) k) *de acessibilidade a todas as pessoas*” (Brasil, 2009). Tal diretriz aponta para a necessidade de conceber, planejar, orçar e executar ações voltadas à acessibilidade museal de forma estruturada e integrada ao funcionamento institucional. Esse ponto se torna, assim, um indicador fundamental para a análise proposta nos capítulos seguintes, permitindo observar como os museus de arte tratam — ou negligenciam — a criação de metas, políticas, projetos e processos participativos que envolvam a comunidade surda na construção do Plano Museológico como documento institucional.

Sobre outros dispositivos institucionais, podemos apresentar um programa criado pela portaria do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)³ nº 3.135, de 20 de setembro de 2024, chamado de “Acesse Museus” e que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Acessibilidade em Museus e Pontos de Memória. Não identificamos na portaria publicada pelo Ibram, a priorização direta da atividade de tradução e interpretação de Libras-português e nem ações que devem ser implementadas nesse sentido. Porém, podemos citar o que a portaria apresenta: “*O Acesse Museus terá como público-alvo todas as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida*” (IBRAM, 2024, p. 31). Já no portal de divulgação foi possível encontrar vídeos em Libras que apresentam o programa e a tradução da portaria, descritos como: “Vídeo de lançamento do Acesse Museus e o vídeo de leitura do Programa Acesse Museus em Libras”⁴.

Outro documento relevante para a compreensão das políticas de acessibilidade no campo museológico é a Plano Nacional de Educação Museal (PNEM). Trata-se de um instrumento orientador que estabelece diretrizes para a prática educativa nos museus brasileiros, elaborado de forma colaborativa pela comunidade museológica, sob coordenação do Ibram. A

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 20 jun. 2025

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EJloeUufsSU>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PNEM tem como propósito assegurar que os museus desenvolvam ações educativas pautadas na inclusão, na diversidade e no acesso universal. Nesse sentido, a acessibilidade é destacada como um princípio fundamental da política, reconhecendo a importância de garantir que diferentes públicos — entre eles, as pessoas com deficiência — possam usufruir plenamente das exposições, conteúdos e atividades educativas desenvolvidas pelas instituições museais. Conforme estabelece o documento, cabe aos museus: *“promover a acessibilidade plena ao museu, incentivando a formação inicial e continuada dos educadores museais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações educativas acessíveis”* (Instituto Brasileiro de Museus, 2018)

O PNEM, portanto, constitui um marco na política de incentivo à acessibilidade dentro do setor museal, principalmente dos setores educacionais, reforçando a importância de práticas acessíveis e garantindo que museus sejam espaços verdadeiramente democráticos e diversos para todos os públicos.

Outra iniciativa de destaque que conecta as políticas museológicas nacionais ao contexto cearense foi a realização do 8º Fórum Nacional de Museus (FNM), promovido pelo Ibram, em parceria com a SECULT Ceará e a UFC. O evento ocorreu em 2024, na cidade de Fortaleza, e envolveu uma ampla programação distribuída por diversos museus e espaços culturais da capital, fortalecendo o diálogo entre agentes culturais, educadores, gestores e representantes da sociedade civil em torno das políticas públicas para o setor museal.

Essa 8ª edição do FNM⁵, depois de um hiato de sete anos, teve como principal objetivo refletir e delinear diretrizes para o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) que organiza e fortalece a agenda política do setor museal, reunindo objetivos e prioridades definidos de forma participativa e legitimados pelo próprio campo. No âmbito do planejamento das instituições e órgãos do setor, o PNSM estabelece diretrizes estratégicas que orientam as metas a serem alcançadas. Essas diretrizes servem como base para o planejamento das diversas entidades envolvidas, contribuindo para o desenvolvimento e a coordenação do setor museal e consolidar as bases para a implantação de uma articulação nacional dos museus brasileiros, representada pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), visto que essas ações estavam interrompidas nas últimas gestões. Nesta edição, o evento contou com o Encontro da Rede LGBTQIAPN+⁶ de Memória e Museologia Social, o Encontro Brasileiro de Museólogos(as)(es), Estudantes e Profissionais

⁵ O FNM é um evento realizado desde 2004 e conta com uma abrangência nacional, constitui-se como um espaço político, de aprofundamento das discussões específicas sobre o setor de museus e de intercâmbio de experiências entre os profissionais do campo dos museus.

⁶ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, e mais. O "+" no final serve para incluir todas as outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão especificamente mencionadas na sigla.

Negros(as)(es) de Museus, além da apresentação de comunicações orais, minicursos, atividades artísticas, além de conferências, painéis, comunicações e minicursos.

Um destaque importante para o evento foi a realização da garantia dos direitos linguísticos, oportunizando que todas as atividades tivessem TILSPs, sendo surdos e ouvintes. Essa ação é consequência das legislações citadas acima, mas principalmente da participação efetiva de pessoas surdas no evento, como profissionais surdos que atuam em museus no Brasil e no Ceará.

A participação de profissionais Surdos fez com que tivéssemos a aprovação de uma diretriz importantíssima para a atuação de mais profissionais Surdos nos campos de museu; por conseguinte, a promoção dos direitos linguísticos de pessoas surdas e a estruturação de uma política de tradução voltada aos museus.

A proposta de diretrizes foi escrita e apresentada ao Grupo de Trabalho (GT) 03 – Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade, pelos agentes presentes, Bruno Baptista dos Santos (Educador Surdo do Museu do Amanhã) Júlia Mayer (Educadora ouvinte do Museu do Amanhã) Nubia Fernanda Laismann (Educadora Consultora Surda do Ibram) Jessica Kariri (Produtora Cultural do Centro Cultural do Cariri) e Vinícius Scheffer, autor dessa pesquisa.

No último dia do evento, a proposta foi apresentada e defendida em Libras pelo educador Bruno Baptista e aprovada em assembleia para constar no PNSM, como podemos encontrar no texto da diretriz 3.7 do Plano:

Garantir, promover e ampliar a musealização das línguas de sinais e das culturas surdas no campo museal. A diretriz aborda a garantia e a ampliação dos direitos linguísticos, culturais, artísticos e científicos das pessoas surdas no campo museal, no que se refere a documentos, atividades, formação e políticas públicas, estimulando a contratação de pessoas surdas em diferentes setores museais e instituições públicas e privadas, além de incentivar a produção, criação e musealização de artefatos das culturas surdas. A diretriz se aplica a todos os participantes do setor museal, abrangendo o setor privado e as três esferas de governo (União, Distrito Federal, estados e municípios), ressaltando a importância da participação da sociedade civil. (Instituto Brasileiro de Museus, 2024)

Essa diretriz aponta caminhos para a ampliação do acesso e da fruição em Libras nos espaços museais e pontos de memória, tornando a língua de sinais e as culturas surdas ainda mais relevantes nesse campo. Entre as possibilidades que ela propõe, destacam-se ações educativas e formativas voltadas à história, arte e ciência das comunidades surdas; a musealização de artefatos que expressem a cultura e a experiência surda; e a criação de exposições dedicadas às línguas de sinais. Essas e outras iniciativas podem — e devem — ser investigadas, desenvolvidas e

implementadas pelos museus, promovendo a valorização da Libras e das culturas surdas no campo museal.

Esperamos que a diretriz possa embasar mais atividades no campo museal brasileiro, assim como contribuir para mais pesquisas relacionadas ao campo do museu, da tradução e da interpretação envolvendo línguas de sinais, bem como de produções culturais, científicas e artísticas do povo surdo.

Ainda no estado do Ceará, voltando às questões de legislação, podemos apresentar a Lei nº 18.012 de 2022⁷, que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará e cria o Sistema Estadual da Cultura (SIEC) (SIEC). Destacamos na lei pontos essenciais para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no campo cultural. Por exemplo, no parágrafo §2º “*estabelece que deve ser garantido o acesso amplo e irrestrito dessas pessoas a todos os equipamentos culturais estaduais, como museus, teatros, centros culturais e outros espaços*”. (Ceará, 2022)

A publicação dessa lei é um passo importante para a promoção da acessibilidade física e sensorial no Estado. A lei não se limita a garantir a presença de rampas e elevadores, mas enfatiza também que os acervos culturais e as atividades culturais devem ser acessíveis a todos, respeitando os requisitos legais de acessibilidade e adaptando-se às necessidades de cada indivíduo, com o objetivo de proporcionar uma experiência acessível para todos os públicos, independentemente de suas subjetividades e formas de acessar e fruir.

Ainda na mesma lei, no parágrafo § 5º, podemos encontrar estabelecido que os editais e minutas de instrumentos jurídicos devem ser disponibilizados em formatos acessíveis, incluindo audiodescrição e acessibilidade audiovisual.

Podemos entender, portanto, que pensar na garantia dos direitos das pessoas com deficiência a bens e serviços culturais vai além das adaptações físicas. Também envolve as diversas formas de comunicação, sendo essencial para garantir uma verdadeira participação no cenário cultural. Porém, para pessoas surdas, isso significa que deverá existir um processo de tradução do português escrito para Libras, uma ferramenta fundamental para garantir que as informações sejam compreendidas de maneira plena.

Já na Lei nº 16.026⁸, sancionada em 1º de junho de 2016, e que institui o Plano Estadual de Cultura do Ceará, uma ferramenta de planejamento estratégico com duração de dez

⁷ Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18012-2022-ceara-institui-a-lei-organica-da-cultura-do-estado-do-ceara-dispondo-sobre-o-sistema-estadual-da-cultura-siec>. Acesso em 20 jun. 2025

⁸ Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2018/10/plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025

anos (2016 – 2026), definiu os rumos da política cultural do estado, organizando, regulando e orientando sua execução. Estabeleceu também estratégias, metas, prazos e recursos necessários para sua implementação. O documento na íntegra possui 15 objetivos, dentre os quais se encontra o objetivo de reconhecer e valorizar o patrimônio cultural do estado, garantir o direito à memória e ao conhecimento do passado, com vistas ao exercício da cidadania e democratizar o acesso à produção e à fruição da cultura. Uma das metas que nos aproxima da nossa temática é a meta 12, que trata de: *"Garantir o acesso das pessoas com deficiência a 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais estaduais, seus acervos e atividades, atendendo aos requisitos legais de acessibilidade.* (Ceará, 2016)

Para finalizar esse capítulo, trazemos ainda como uma das experiências importantes para a apresentação das coletas de dados a partir de documentos e também autobiográficas, neste caso, a participação na comissão que elaborou o Plano Estadual de Acessibilidade Cultural da SECULT Ceará (ANEXO A). A última reunião de elaboração e aprovação da minuta pela comissão, no dia 03 de maio de 2024, da qual podemos destacar a presença de dois TILSPs ouvintes que estavam interpretando a reunião, a presença de duas pessoas surdas, professores universitários da UFC, o autor e uma pessoa com deficiência auditiva trabalhadora da cultura. Além de outras pessoas importantes para o contexto da acessibilidade cultural do estado, mas que não iremos citar neste trabalho.

Alguns pontos importantes que foram atribuídos a esses documentos foram: 1 - o entendimento da existência de culturas surdas (no plural); 2 - um tópico específico sobre os conceitos dessas culturas; 3 - atribuído que deverão ser contratados TILSPs, surdos e ouvintes. A proposta é que o documento elaborado com a participação social se torne um documento para além de um Plano Setorial de Acessibilidade Cultural e se torne uma lei estadual. Essa proposta de atribuir um sentido legislativo está em processo pela Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade da SECULT Ceará. Em um contexto mais amplo, a implementação dessa lei, principalmente no estado do Ceará, poderá servir como modelo para outros estados e até para as políticas federais, reconhecendo que o acesso à cultura é um direito de todos e deve ser promovido por meio de ações concretas e acessíveis.

Finalizamos esses parágrafos, reafirmando a importância da acessibilidade cultural e museal, não apenas no sentido físico e arquitetônico, mas também em relação à tradução e interpretação de libras. Ao garantir a oferta do trabalho de tradução e de interpretação em Libras-português, o país, o estado do Ceará e as instituições se comprometem com a acessibilidade

plena das pessoas surdas nos seus espaços culturais, permitindo que elas vivenciem e participem das atividades culturais de maneira independente.

4.2 Situando a Secult Ceará e as Organizações Sociais

A investigação em documentos que foram levantados através de pesquisas realizadas em plataformas nacionais, como a MuseusBr⁹ e em plataformas do governo do estado do Ceará, como documentos em sites da SECULT Ceará e do SEM/CE, serviu de base para podermos situar as instituições museológicas, como elas se organizam e como elas apresentam as questões de acessibilidade e da oferta do serviço de tradução e de interpretação em Libras-português.

Na plataforma MuseusBr, base nacional de dados mantida pelo Ibram, é possível acessar informações sobre o número de museus cadastrados em todo o país. Essa base funciona por meio de cadastro autodeclaratório, ou seja, são as próprias instituições que inserem e atualizam suas informações. De acordo com os dados disponíveis, o Estado do Ceará conta com 178 museus registrados, o que oferece um panorama inicial da diversidade e da distribuição dessas instituições no território cearense (Figura 6).

Figura 6 – Captura de tela do site MuseusBr que apresenta informações de museus no Ceará.



Fonte: MuseusBr, 2025

Descrição da imagem: Painel informativo sobre museus no Brasil, com destaque para o estado do Ceará. À esquerda, há um gráfico de rosca que indica um total de 178 museus cadastrados, dos quais a grande maioria está marcada como "Aberto", representada pela cor azul-clara, enquanto uma pequena parcela aparece como "Fechado", em azul mais escuro. À direita, há um mapa do Brasil com os estados em cinza-claro e o Ceará em destaque azul, indicando que 1 dos 178 museus está localizado neste estado. O visual sugere uma plataforma interativa ou um painel estatístico sobre a situação de abertura dos museus brasileiros, segmentada por estado.

⁹ Disponível em: <https://cadastro.museus.gov.br/>. Acesso em 20 jun. 2025

Na plataforma não conseguimos encontrar informações mais específicas sobre os museus, como por exemplo, quais instrumentos ou recursos de acessibilidade que os museus possuem. Algumas informações mais precisas necessitam ser consultadas diretamente com os museus em suas plataformas, sites, redes sociais ou contato direto. Uma outra informação importante sobre coleta de dados relacionados aos museus é sobre o preenchimento do Formulário de Visitação Anual (FVA), um instrumento criado pelo Ibram para cumprimento do Decreto nº 8.124/2013¹⁰, art. 4º, inciso VIII que determina a obrigação dos museus em “*enviar ao Ibram dados e informações relativas às visitações anuais, de acordo com ato normativo do Instituto*” (Brasil, 2013). Não encontramos referência do questionário para esses formulários, porém é de suma importância que o Ibram implemente uma pesquisa sobre as questões de acessibilidade e, principalmente, sobre as ações destinadas às pessoas surdas. Investigar a quantidade de visitantes surdos que frequentam os museus seria um dado importante a ser levantado.

Na pesquisa sobre os museus no Estado do Ceará, a partir da SECULT Ceará, conseguimos registros de alguns equipamentos, museus e centros culturais, no território de norte a sul do estado, que são patrimônios do governo.

O SEM/CE vincula-se à SECULT Ceará, sendo instituído pela Lei nº 13.602/2005 (Ceará, 2005) e regulamentado pelo Decreto nº 28.419/2006 (Ceará, 2006), tendo como principal objetivo “*sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o Estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por essas instituições*” (Ceará, 2005). O SEM/CE disponibiliza informações sobre os museus existentes no território cearense com base em um cadastro aberto e autodeclaratório, no qual as próprias instituições inserem seus dados de forma autônoma. Em razão desse formato, não é possível precisar, com exatidão, a quantidade de profissionais contratados, especialmente no que se refere à área de acessibilidade. Além disso, o Sistema Estadual de Museus não realiza, até o momento, um levantamento sistemático que contemple dados sobre a presença de tradutores e intérpretes de Libras-português nas atividades museais, o que evidencia uma lacuna relevante em termos de políticas públicas e monitoramento institucional.

A partir do SEM/CE encontramos na capital do estado, na cidade de Fortaleza, o registro de equipamentos culturais como: *Arquivo Público Estadual do Ceará, Biblioteca Pública do Estado do Ceará, Casa de Juvenal Galeno, Centro Cultural Bom Jardim, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Centro de Design do Ceará, Cineteatro São Luiz, Escola de*

¹⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em: 9 jul. 2025

Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Estação das Artes Belchior, Mercado de Gastronomia Alimenta CE, Museu do Ceará, Museu da Imagem e do Som, Museu Ferroviário, Pinacoteca do Ceará, Porto Iracema das Artes, Hub Cultural Porto Dragão, Sobrado Dr. José Lourenço, Theatro José de Alencar, Teatro Carlos Câmara, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco e Museu da Cultura Cearense e Museu de Arte Contemporânea do Ceará. Na cidade de Aquiraz, cidade do interior próxima a capital, teremos o *Museu Sacro São José de Ribamar* (Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2022).

No centro geográfico do estado, na região do sertão central, temos os equipamentos: *Casa de Antônio Conselheiro* na cidade de Quixeramobim e a *Casa de Saberes Cego Aderaldo* na cidade de Quixadá. Na região sul do estado, no Cariri, temos o *Centro Cultural Cariri* e a *Vila da Música* na cidade de Crato (Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2022).

É importante citarmos neste trabalho que o Museu da Cultura Cearense e o Museu de Arte Contemporânea do Ceará são museus do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, e o Museu Ferroviário e a Pinacoteca do Ceará estão na Estação das Artes Belchior. Isso implica dizer que os museus podem ter suas gestões associadas a um equipamento cultural maior, normalmente tendo superintendentes ou diretores que gerenciam os complexos culturais. Destacamos os museus, que obrigatoriamente por lei, precisam de um plano museológico (documento que organiza de forma estratégica, conceitual e métrica as ações e políticas do museu). Os demais espaços culturais, como centros culturais, casas e escolas, também são espaços importantes e que dialogam com políticas e ações voltadas para os direitos linguísticos e acesso de pessoas surdas. Porém, iremos focar nos museus como foco da pesquisa.

Com o objetivo de levantar informações sobre a oferta de serviços e a realização de atividades de tradução e interpretação em Libras-português nos equipamentos culturais do Estado do Ceará mencionados anteriormente, realizamos uma análise documental com base nos conteúdos disponíveis nos *websites* das instituições gestoras desses espaços públicos. Conforme estabelece a Lei nº 9.637, de 1998 (Brasil, 1998), a gestão desses equipamentos pode ser delegada a Organizações Sociais (OS), qualificadas para atuar na administração, captação de recursos e execução de ações culturais por meio de contratos de gestão firmados com o poder público. No contexto cearense, destacam-se atualmente duas Organizações Sociais sem fins lucrativos responsáveis por esse papel (Figura 7): (1) o Instituto Dragão do Mar (IDM) e (2) o Instituto Mirante de Cultura e Arte, cujas ações serão abordadas com mais detalhamento a seguir.

Desses museus, encontramos dados que nos apresentam as próximas ações que

Figura 7 – Organizações Sociais vinculadas à Secult Ceará.



Fonte: Criado pelo autor, 2024

Descrição da imagem: Diagrama institucional que representa a relação entre o Governo do Estado do Ceará (ao centro) e dois conjuntos de instituições culturais. À esquerda, está o logotipo do Instituto Mirante de Cultura e Arte, conectado a duas imagens circulares de prédios históricos, representando provavelmente os equipamentos culturais sob sua gestão, Estação das Artes e Pinacoteca do Ceará. À direita, aparece o logotipo do Instituto Dragão do Mar - IDM, igualmente ligado a duas imagens de edifícios emblemáticos, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o Teatro José de Alencar. O fluxo visual das setas indica uma relação de parceria ou vínculo administrativo entre o governo estadual e essas instituições culturais. A composição sugere uma rede de cooperação para a gestão dos espaços museológicos e artísticos do Ceará.

devem ser realizadas, como o entendimento de como funciona a gestão dessas instituições. Iremos analisar os museus que são patrimônio direto do governo do Estado do Ceará, pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e mais direcionados aos museus cujas experiências podem ser analisadas.

4.2.1 *Instituto Dragão do Mar*

A primeira investigação documental foi realizada no site da Organização Social sem fins lucrativos IDM¹¹, constituído no ano de 1998, inicialmente com o nome Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), que só foi alterado no ano de 2013 e que atualmente gerencia 16 equipamentos públicos do estado do Ceará, através de contratos de gestão com a Secretaria do

¹¹ Disponível em: <https://www.idm.org.br/>. Acesso em 20 jun. 2025

Esporte do Ceará (Sesporte Ceará), a Secretaria de Meio Ambiente do Ceará e Mudança do Clima (Sema Ceará) e a Secretaria de Cultura do Ceará (Secult Ceará).

Os equipamentos públicos geridos são: *Biblioteca Pública Estadual do Ceará, Casa de Antonio Conselheiro, Casa de Saberes Cego Aderaldo, Centro Cultural Bom Jardim, Hub Cultural Porto Dragão, Centro de Formação Olímpica do Ceará, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Cineteatro São Luiz, Complexo Ambiental Caminhos do Horto, Complexo Ambiental e Gastronômico da Sabiaguaba, Complexo Ambiental Mirante do Caldas, Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, Escola Porto Iracema das Artes, Escola Vila da Música Monsenhor Ágio Augusto Moreira e Theatro José de Alencar.*

Além das gestões de equipamentos públicos, observou-se que o IDM é gestor de projetos culturais, tais como: *Maré Cearense, Travessias Culturais, TAC - Temporada de Arte Cearense, Estouro Cultural, Bienal do Livro, Festival MI - Música na Ibiapaba, Maloca Dragão e Trilharte - Programa de Oportunidades e Cidadania (POC).*

Na análise dos documentos relacionados à gestão de pessoas, encontrados de forma pública no site do instituto¹², como o Regulamento de Pessoal do IDM (ANEXO D), observamos que no “capítulo 2 - estrutura de cargos” (Instituto Dragão do Mar, 2024), não consta nenhum registro relacionado à contratação efetiva de profissionais TILSPs, nem a recorrência de nenhuma nomenclatura similar como “*intérpretes de Libras*”. Essa primeira análise documental não revelou registros oficiais sobre a presença desses profissionais no quadro institucional. No entanto, durante visitas realizadas a alguns dos equipamentos vinculados ao IDM, foi possível identificar a atuação de TILSPs, tanto presencialmente quanto em materiais audiovisuais disponibilizados ao público, o que indica a existência de práticas de acessibilidade ainda não refletidas nos documentos oficiais da organização.

Destacamos em negrito o equipamento Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) que é mais relevante para esta pesquisa, por abrigar os dois museus citados na lista da SECULT Ceará. Entendemos que pesquisar documentos de cada equipamento seria uma pesquisa muito mais detalhada, o que não seria viável durante essa investigação. Encontramos no site do instituto ainda informações sobre o CDMAC:

Com 14,5 mil metros quadrados de área construída, o Centro oferece uma programação diversificada, com foco na **democratização do acesso**. Cerca de 90% das atividades são gratuitas ou com preços simbólicos, incentivando a formação de público para as diversas linguagens artísticas. O público pode desfrutar de apresentações de Circo, Teatro, Dança, Literatura, Fotografia,

¹² Disponível em: <https://www.idm.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Performance, Música, Cinema e Pontos de Cultura. O Centro abriga também eventos de produtores locais e nacionais, oferecendo opções para cearenses e turistas. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura integra: **Museu da Cultura Cearense, Museu de Arte Contemporânea do Ceará**, Multigaleria, Teatro Dragão do Mar, Espaço Rogaciano Leite Filho, Arena Dragão do Mar, Cinema do Dragão, Planetário Rubens de Azevedo, Anfiteatro Sérgio Motta, Auditório e Praça Verde. (Instituto Dragão do Mar, 2025, online, grifo nosso)

Aproveitamos para grifar e analisar, logo no início do texto, o trecho que o espaço tem uma política de acesso, voltado para o entendimento socioeconômico da população, mas não cita a questão de acesso linguístico ou de uma política de acessibilidade estruturada. Seguiremos a partir do próximo subcapítulo com o foco no Museu de Arte Contemporânea do Ceará.

4.2.2 *Instituto Mirante de Cultura e Arte*

A segunda organização social sem fins lucrativos a ser pesquisada foi o Instituto Mirante de Cultura e Arte¹³, constituído no ano de 2021, com o objetivo de contribuir com a gestão de políticas culturais do estado do Ceará, proteger, salvaguardar e incentivar o fomento às iniciativas artístico-culturais e ao patrimônio histórico e cultural. A atuação do Instituto Mirante está atualmente com a gestão e execução de atividades de equipamentos públicos culturais, entre eles: *Museu da Imagem e do Som (MIS)*), *Centro Cultural do Cariri* e o *Sobrado Dr. José Lourenço*, *Complexo Cultural Estação das Artes*, composto pela *Pinacoteca do Ceará, Mercado Gastronômico, Centro de Design e Museu Ferroviário*.

Analisamos que existe nos documentos internos e divulgados publicamente da instituição, o Regulamento de Pessoal (ANEXO E), e que em sua *"estrutura de cargos e do sistema de remuneração do Instituto Mirante de Cultura e Arte"* (Instituto Mirante de Cultura e Arte, 2021) o parágrafo que identificamos o registro do cargo de Intérpretes de Libras, como destacamos a seguir:

Grupo Técnico (GT) compreende os cargos: Analista, Analista de Pesquisa, Arte Educador, Bibliotecária, Designer, Engenheiro de Som, Encarregado de Loja, Fotógrafo, Intérprete de Libras, Museólogo, Impressor, Programador, Técnico Especialista I, Técnico Especialista II, Técnico de Tecnologias, Técnico de Equipamentos, Técnico de Pesquisa, Videomaker, Assistente Social e Educador Social. (Instituto Mirante de Cultura e Arte, 2021, p. 16, grifo nosso)

Percebemos que a nomenclatura usada pelo Instituto Mirante é de apenas “Intérprete de Libras”, da qual nos apresenta que a atuação do profissional estará ligada à prática de interpretação, e não de tradução. Porém, iremos apresentar na narrativa autobiográfica que a

¹³ Disponível em: <https://www.institutomirante.org/>. Acesso em: 20 jun. 2025

prática no cotidiano profissional está associada a outras funções que não estão descritas nos documentos oficiais do Instituto e são mais do que apenas interpretação de Libras.

Na análise realizada no Contrato de Gestão, 2º termo aditivo ao contrato de gestão nº 01/2022 (Instituto Mirante de Cultura e Arte, 2024), também disponibilizado de forma pública no site do instituto ou no portal da transparência do governo do estado do Ceará, podemos identificar que os profissionais “Intérprete de Libras”, citados acima, possuem lotação em diferentes equipamentos geridos pelo Instituto Mirante, sendo distribuídos de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 – Equipamentos culturais geridos pelo Instituto Mirante com lotação de TILSPs

Equipamento Cultural	Qt. de TILSP
Museu da Imagem e do Som	02
Pinacoteca do Ceará	02
Estação das Artes	02
Centro Cultural do Cariri	03

Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição: Tabela com duas colunas que apresenta a quantidade de TILSPs alocados em diferentes equipamentos culturais do estado do Ceará. A primeira coluna, intitulada “Equipamento Cultural”, lista quatro instituições: Museu da Imagem e do Som, Pinacoteca do Ceará, Estação das Artes e Centro Cultural do Cariri. A segunda coluna, “Qt. de TILSP”, indica a quantidade de profissionais em cada local, sendo: 2 TILSPs para os três primeiros equipamentos e 3 TILSPs para o Centro Cultural do Cariri. A tabela demonstra o esforço em garantir acessibilidade linguística por meio da presença de intérpretes nos espaços culturais cearenses.

Percebemos que o Instituto Mirante totaliza 09 (nove) profissionais TILSPs contratados pelo regimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em consonância com a nova legislação, Lei nº 14.704 de 2023 (Brasil, 2023b), atribui que “*o trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais*” (Brasil, 2023b).

Observa-se também que o Centro Cultural do Cariri conta com três TILSP em seu quadro de profissionais, o que se justifica pela amplitude e complexidade de sua infraestrutura e demandas. O espaço ocupa um terreno de mais de 50.000 metros quadrados e abriga quatro áreas expositivas, um anfiteatro para ensaios e projeções de cinema, um Teatro Escola com 500 lugares distribuídos em três andares com salas de aula, ensaio, reserva técnica e áreas técnicas, além de Restaurante Escola, café, planetário, três laboratórios de arte e ofícios, biblioteca e nove residências artísticas, totalizando uma área construída de 20.000 metros quadrados.

Figura 8 – Centro Cultural do Cariri - CCC.



Fonte: Criado pelo autor, 2023

Descrição da imagem: Vista ampla de um espaço urbano arborizado com céu azul intenso e nuvens alongadas. Em destaque ao fundo, está o edifício do Centro Cultural do Cariri - CCC, uma construção histórica de fachada branca com diversas janelas e uma torre central, localizada em Fortaleza, Ceará. À direita da imagem, observa-se parte de uma estrutura moderna de concreto com aparência de galeria ou anexo cultural. No primeiro plano, há uma pista de skate em concreto, com corrimão, ladeada por árvores e áreas gramadas. A cena transmite uma integração entre patrimônio histórico, lazer urbano e infraestrutura cultural contemporânea.

Podemos perceber que, minimamente, existe um entendimento de que a atuação dos profissionais precisa se dar em coletivo, ao menos em dupla, e não sendo uma tarefa individual. Outro ponto a ser identificado nesse processo é que, a partir da contratação pelo Instituto, os profissionais se tornam “Profissionais da Cultura”, estando associados, por exemplo, ao sindicato desse setor vinculados pelo instituto. Esse fato, para compreender a melhoria da categoria, como planos de carreira, piso salarial, jornadas de trabalho, folgas, entre outras questões dentro de um Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) devem ser pesquisados, investigados, discutidos e melhor detalhados em outras pesquisas. Outro ponto a ser observado é o formato de gestão das equipes de TILSP alocados nesses equipamentos culturais, a divisão das duplas e do trio de profissionais está associada a um formato de gestão normalmente ligado a setores de Educação. A Tabela 2 apresenta o organograma de cada equipe.

Entendemos que cada espaço cultural organiza e projeta seu fluxograma e organograma da melhor forma e que facilite os processos. Porém, podemos identificar alguns pontos, como por exemplo, a falta de uma coordenação ou supervisão direta, principalmente que entenda a profissão de TILSP, fragiliza os profissionais que acabam não tendo uma referência de

Tabela 2 – Organograma da lotação dos TILSP nos Equipamentos Culturais

Equipamento Cultural	Qt. de TILSP	Subordinação Imediata	Gerências ligadas à Diretoria
Museu da Imagem e do Som	02	–	Coordenação de Educação e Formação
Pinacoteca do Ceará	02	Supervisão de Acessibilidade e Diversidade	Gerência Artística
Estação das Artes	02	–	Gerência de Produção Cultural
Centro Cultural do Cariri	03	Analista de Acessibilidade, Diversidade e Cidadania	Gerência de Formação, Livro e Leitura

Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição da tabela: Tabela com quatro colunas que apresenta informações organizacionais sobre a atuação de TILSPs em equipamentos culturais do Ceará. As colunas são: Equipamento Cultural, Qt. de TILSPs, Subordinação Imediata e Gerências ligadas à Diretoria. O Museu da Imagem e do Som possui 2 TILSPs, sem subordinação imediata definida, vinculados à Coordenação de Educação e Formação. A Pinacoteca do Ceará também conta com 2 TILSPs, subordinados à Supervisão de Acessibilidade e Diversidade e ligados à Gerência Artística. A Estação das Artes tem 2 TILSPs, sem subordinação indicada, vinculados à Gerência de Produção Cultural. Já o Centro Cultural do Cariri possui 3 TILSPs, subordinados ao Analista de Acessibilidade, Diversidade e Cidadania, e ligados à Gerência de Formação, Livro e Leitura. A tabela evidencia a estrutura de gestão e o número de profissionais dedicados à acessibilidade linguística em diferentes instituições culturais.

chefia direta, o que para a profissão é importante para a organização de atividades, solicitação de material de apoio para compreensão antecipada de atividades, entre outras demandas que precisam de uma liberação. Apenas dois equipamentos possuem uma chefia direta; os outros dois, existem pessoas coordenadoras, mas que não são diretamente ligadas ao TILSP. Outra questão a se levantar é o entendimento do perfil que se desenvolve dentro dos setores, profissionais associados a setores de formação, educação ou, no caso da Pinacoteca do Ceará, que se intitula de Gerência Artística, mas se comprehende como um setor de educação, se aproximam de atividades e práticas de profissionais da educação. Esse não seria um grande problema, pois a interseção de conhecimentos e práticas extralingüísticas é importante para uma formação contínua dos TILSP. Porém, novamente se percebe uma fragilidade no entendimento do perfil e das atividades a serem designadas para os profissionais que trabalham em espaços culturais. Uma proposição seria a criação em cada equipamento cultural de um setor específico de Acessibilidade. Esse setor poderia acolher os TILSP e demais profissionais da acessibilidade, como audiodescritores, consultores, transcritores etc.

Compreendidas as diretrizes legais e políticas públicas que amparam o direito à

acessibilidade e à presença de profissionais TILSP em instituições culturais, é fundamental olhar para as práticas cotidianas e experiências que materializam essas normativas nos museus. A atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-português não se dá apenas no plano jurídico ou institucional, mas ganha vida nas mediações, formações, sinalizações e interações com o público. Assim, no capítulo a seguir, passamos a apresentar vivências concretas que ilustram, tensionam e enriquecem a compreensão sobre a acessibilidade linguística no campo museológico a partir de experiências diretas vividas pelo autor.

4.3 As experiências nos museus

Após discutirmos os marcos legais, institucionais e conceituais que sustentam a presença de TILSPs nos museus, este capítulo se volta à dimensão prática e experiencial da atuação desses profissionais. A partir de uma abordagem (auto)biográfica, serão apresentadas vivências concretas do autor em diferentes equipamentos culturais do Estado do Ceará, com foco no MAC Ceará e na Pinacoteca do Ceará.

Essas experiências são narradas a partir de registros de memória, materiais audiovisuais, documentos institucionais e reflexões acumuladas ao longo de anos de atuação no campo museológico e da acessibilidade cultural. Longe de constituírem um relato meramente descritivo, os episódios aqui sistematizados buscam evidenciar como a atuação dos TILSP se entrelaça com processos educativos, curadorias acessíveis, formações institucionais, criação de sinais em Libras, e participação da comunidade surda nas políticas museais.

Ao relatar essas vivências, procura-se não apenas documentar práticas, mas também construir sentidos e revelar as potências e tensões que atravessam a presença surda nos museus. Cada seção subsequente detalha ações específicas, projetos desenvolvidos e desafios enfrentados, compondo um mosaico de experiências que contribuem para o debate sobre acessibilidade, direitos linguísticos e participação cultural em espaços museológicos.

4.3.1 Museu de Arte Contemporânea do Ceará

Iniciei minha trajetória em museus como estagiário no MAC Ceará por volta do ano de 2017, assumindo a função de arte-educador museal. Porém, as inquietações em torno da acessibilidade, principalmente a linguística, já estavam latentes. Principalmente, quando via pessoas surdas passando pela frente do museu sem entrar para conhecer. Naquela época,

o museu não tinha tanta visibilidade sobre o assunto, apesar de já ter implementado algumas ações pontuais de acessibilidade anteriormente. Normalmente, quem visitava os museus eram colegas TILSPs em visita à cidade. Ressaltamos aqui que o MAC Ceará fica localizado dentro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; devido a isso, normalmente, pessoas surdas e/ou TILSPs turistas visitam o espaço, sem muitas vezes entender que ali é um museu, visto que o espaço possui muitos espaços abertos ao público como o teatro, o planetário, as salas de cinema, etc.

Durante o processo como arte-educador, outra inquietação era sobre tradução de textos curoriais, textos que normalmente estão no início de cada exposição. Essa primeira observação se deu pela leitura do texto Curatorial da 32^a Bienal de São Paulo - INCERTEZA VIVA¹⁴, que estava em itinerância. Esse texto ficava logo na entrada e trazia um breve resumo sobre o recorte em itinerância.

Recebemos uma formação de uma equipe que veio da cidade de São Paulo e nos apresentou que a exposição contava com alguns recursos de acessibilidade. Esses recursos contavam com vídeoguias em Libras, que podiam ser acessados pela plataforma de vídeos YouTube¹⁵. Nesse material, além do vídeo produzido por um arte-educador surdo em São Paulo e que apresentava o sinal em Libras da exposição, havia ainda um caderno de textos em braille.

Contudo, observou-se a ausência de tradução para Libras dos textos curoriais elaborados pela equipe da mostra, bem como dos conteúdos presentes no material educativo intitulado Incerteza Viva – Processos Artísticos e Pedagógicos – 32^a Bienal de São Paulo, que reunia textos e propostas de oficinas (Figura 9). Essa lacuna evidenciava um descompasso entre os recursos ofertados e a experiência linguística plena da comunidade surda, especialmente no que diz respeito ao conteúdo curatorial da exposição.

Deste ponto, já em plena atividade com visitas, foi proposto pela coordenação de arte-educadores a possibilidade de elaborar ações para a melhoria da comunicação em Libras no museu. Essas experiências seriam das vivências em outros campos, como na convivência com pessoas surdas, no processo pedagógico de ensino na escola de surdos e na pesquisa que começava a ser desenvolvida de forma empírica em viagens a São Paulo e Rio de Janeiro, na qual já tinham propostas com pessoas surdas em museus. Então, pensamos na tradução para Libras do texto curatorial da exposição, entendendo que era a primeira informação que seria vista pelo visitante ao entrar no espaço expositivo (Figura 10).

¹⁴ Disponível em: <http://www.32bienal.org.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/@bienalsaopaulo>. Acesso em: 20 jun. 2025

Figura 9 – Incerteza Viva - Processos Artísticos e Pedagógicos – 32^a Bienal de São Paulo



Fonte: 32^a Bienal de São Paulo. Disponível em: <http://32bienal.org.br>

Descrição da imagem: Conjunto de publicações expostas sobre uma mesa branca, possivelmente parte de um material educativo ou curatorial da Bienal de São Paulo. Em destaque, duas capas de cadernos ou livretos. À esquerda, uma capa com título em letras vermelhas: “Escolhas, rotas e desvios: Pensamentos, processos e institucionalizações em contextos artísticos”. À direita, outra capa com título em azul: “Ecologia e Incerteza”, acompanhada dos nomes de autores como Rodrigo Nunes, Felipe Riveiro, Ludmila Castilho e Victor Gripp. Os materiais estão organizados dentro de um fichário de papel pardo parcialmente visível.

Não temos o registro em arquivo dessa tradução, fato muito recorrente com as traduções realizadas de textos curatoriais em museus. Muitas dessas traduções não são documentadas, outras acabam sendo inseridas em plataformas virtuais que podem ser excluídas ou suspendidas e se perdem. Apesar de alguns museus terem Núcleos de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica, porém não salvam vídeo, principalmente vídeos produzidos como processos de traduções de textos curatoriais.

A partir daqui, iremos dividir as narrativas autobiográficas vivenciadas no museu em subtópicos, na qual cada etapa é apresentada de forma individual, mas que se complementam para construir as narrativas profissionais.

A partir daqui, iremos dividir as narrativas autobiográficas vivenciadas no museu em subtópicos, na qual cada etapa é apresentada de forma individual, mas que se complementam

Figura 10 – Processo de Tradução do Texto Curatorial da 32^a Bienal de São Paulo - Incerteza
Viva Itinerância em Fortaleza, Ceará



Fonte: Museu de Arte Contemporânea do Ceará, 2017.

Descrição da imagem: fotografia de Vinicius Scheffer, homem de barba curta e cabelos escuros, vestindo uma camiseta branca com estampa gráfica da 32º Bienal de São Paulo, aparece em primeiro plano realizando o sinal de museu em Libras. Ele está com expressão concentrada e as mãos elevadas à frente do rosto. Ao fundo, vê-se uma parede branca com parte de uma logomarca e letras desfocadas como título da Bienal e abaixo educativo.

para construir as narrativas profissionais.

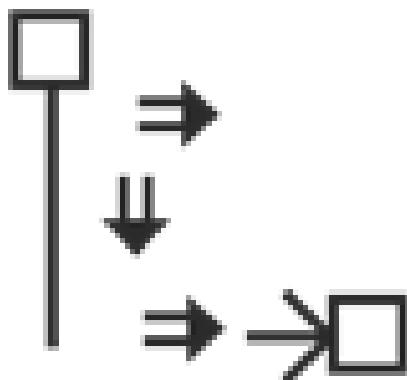
4.3.1.1 *Criação do Sinal do Museu de Arte Contemporânea do Ceará*

Quando chegamos ao museu, havia informação de antigos funcionários, como a Coordenação Educativa, que surdos já haviam realizado trabalhos pontuais no museu anteriormente, mas não foram encontrados registros de quem seriam esses profissionais e nem de qual função tinham no museu. A ausência de um sinal previamente estabelecido para o MAC Ceará dificultava a referência direta ao museu nas interações em Libras, comprometendo a fluidez comunicacional durante visitas mediadas, rodas de conversa e demais ações educativas.

Dessa forma, procuramos professores Surdos associados ao Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos da UFC para que pudessem nos ajudar com a criação do sinal-termo do

MAC Ceará. O sinal criado pelo professor Me. Rundesth Saboia Nobre apresenta a visualidade da fachada do museu, porém, vista de longe, na qual podemos observar um museu como um todo. Assim, priorizando a representatividade, a simplicidade do movimento e a relação icônica com a identidade visual, arquitetônica e simbólica do espaço (Figura 11).

Figura 11 – Sinal em Libras do Museu de Arte Contemporânea do Ceará.



Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição da imagem: A escrita de sinais representa o sinal específico utilizado para o Museu de Arte Contemporânea do Ceará (MAC-CE) em Libras. O sinal é realizado com a configuração de mão em "M", que se desloca duas vezes ao longo do antebraço oposto, o qual está posicionado com o punho voltado para cima. A notação gráfica utilizada permite registrar visualmente esse sinal por meio de símbolos padronizados, que indicam tanto a configuração das mãos quanto a direção e a repetição do movimento. A escrita de sinais, nesse contexto, contribui para a documentação linguística e para a promoção da acessibilidade em contextos museológicos bilíngues.

O sinal em Libras criado para o MAC Ceará passou a ser utilizado de forma recorrente nas mediações e produções audiovisuais acessíveis do museu, consolidando-se como uma referência linguística dentro da comunidade surda local. Além de facilitar a comunicação, a criação desse sinal representa um passo importante na construção de um vocabulário museológico em Libras, contribuindo para o fortalecimento da acessibilidade linguística e cultural nos espaços expositivos.

4.3.1.2 *Fórum sobre Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação*

Durante esse período, podemos participar da criação e implementação de diversas iniciativas voltadas para a difusão, o fomento e a fruição cultural. No setor educativo, contribuímos para o desenvolvimento de programas que buscavam ampliar o acesso ao museu e estimular

a participação ativa de diferentes públicos. Entre esses programas, destacam-se:

- O Museu em Fluxo foi um projeto que propunha dinâmicas educativas e interativas entre outras instituições, como Escolas, instituições culturais e museus, propondo formações e trocas de experiências.
- O Ciclo de Conversas foi um espaço de diálogo entre artistas, educadores, pesquisadores e o público, promovendo debates sobre arte, cultura e curadoria relacionados às exposições em cartaz.
- A Práticas Experimentais em Arte-educação foi um projeto voltado formação de professores, em parceria entre o Educativo do MAC Ceará com a Célula de Formação, Programas e Projetos da Secretaria da Educação do Ceará – CEFOP/SEDUC com objetivo de propor uma formação continuada parte da necessidade encontrada pelos Arte-educadores do museu em estabelecer relação com os professores nas mediações poéticas apresentadas na visita das escolas no museu que traz trabalhos contemporâneos do qual a produção poética foge de apenas significações e técnicas. (SCHEFFER, 2019)
- O Bebê Dadá é um programa voltado para a primeira infância, que incentiva experiências sensoriais e o contato das crianças com a arte contemporânea desde cedo, idealizado pela coordenadora na época Cristiane Soares e Silva (SILVA, 2024). Tive a oportunidade de apoiar seu desenvolvimento e fortalecer sua proposta educativa.
- O Museu Acessível foi uma iniciativa fundamental para a ampliação da acessibilidade no museu, com ações voltadas a tornar os conteúdos expositivos mais acessíveis para pessoas com deficiência e diversos públicos. (SCHEFFER, 2018)

No âmbito do projeto Museu Acessível, uma das realizações mais relevantes foi a organização do Fórum sobre "Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação - 2018". O evento, realizado em 22 de setembro daquele ano, teve como propósito apresentar ao público o Museu de Arte Contemporânea do Ceará e as estratégias adotadas para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência, em especial da comunidade surda. O encontro buscou não apenas divulgar as ações educativas do museu, mas também fomentar debates e construir proposições colaborativas entre surdos, pesquisadores, professores e outros interessados na área. Dessa forma, o fórum contribuiu para o fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade, garantindo que as decisões fossem tomadas de forma participativa e alinhadas às necessidades reais dessa comunidade.

Organizado pelo Núcleo de Ações Educativas do museu, em parceria com represen-

tantes da comunidade surda de Fortaleza, o Fórum sobre "Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação" não apenas consolidou o compromisso do MAC Ceará com a acessibilidade, mas também trouxe uma dimensão simbólica ao trazer ao museu durante o mês de setembro – em alusão ao Setembro Azul, período dedicado à valorização da cultura surda. Além disso, o evento integrou a programação da Primavera dos Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), cuja edição de 2018 ocorreu entre os dias 17 e 23 de setembro, sob o tema "Celebrando a Educação em Museus".

Os objetivos do fórum estavam organizados em três eixos principais: a) Apresentação do MAC Ceará e do projeto de acessibilidade do Núcleo Educativo – proporcionando uma visão geral das iniciativas já implementadas e das metas para a ampliação do acesso; b) Mapeamento das demandas da comunidade surda em relação ao museu e seus programas – permitindo a escuta ativa das expectativas desse público e a construção de propostas colaborativas a partir de três pilares: educação, comunicação e parcerias; e c) Elaboração de um documento-guia – reunindo as proposições levantadas durante o encontro para servir como base para o aprimoramento das práticas de acessibilidade no museu.

Essa experiência reforçou a importância de pensar a acessibilidade não apenas como uma obrigação institucional, mas como um compromisso ético e cultural, garantindo que os museus sejam espaços verdadeiramente democráticos e inclusivos.

A partir dessas ações, o MAC Ceará avançou no desenvolvimento de estratégias para tornar seu acervo e suas exposições mais acessíveis, promovendo uma maior representatividade e participação das comunidades historicamente excluídas dos circuitos artísticos e culturais.

4.3.1.3 Mês do surdo - Setembro Azul - MAC Ceará

Além do fórum em que foram discutidas questões de acessibilidade no museu, outro evento de grande relevância foi o "Mês do Surdo - Setembro Azul MAC.CE", realizado em setembro de 2019. Organizado pelo setor de Educação do museu, o evento contou com uma programação voltada especialmente para a comunidade surda de Fortaleza, buscando fortalecer o acesso e a participação desse público nas atividades culturais. A iniciativa esteve alinhada ao movimento Setembro Azul, um marco para a visibilidade e valorização da cultura surda, promovendo discussões sobre inclusão, acessibilidade e os desafios enfrentados pela comunidade.

Uma das ações centrais dessa programação foi uma formação conduzida pelos professores e artistas surdos Daniel Almeida e Renata Freitas. O foco desse encontro foi a

Figura 12 – Fórum sobre Cultura Surda, Acessibilidade em Museus e Educação – 2018.



Fonte: Museu de Arte Contemporânea do Ceará, 2018.

Descrição da Imagem: A imagem mostra uma palestra ocorrendo em um auditório. No centro da cena, há um telão branco com um projetor exibindo uma apresentação com imagens e textos diversos. À direita do telão, um homem surdo está de pé sinalizando em Libras, usando expressões faciais e movimentos com as mãos, indicando que está comunicando para o público surdo. Ele veste uma camiseta preta e calça bege. Em frente a ele, o público está sentado em cadeiras verdes, atento à apresentação. Do lado esquerdo da imagem, há uma cadeira de madeira vazia e um banner em um suporte, que parece divulgar o evento. A atmosfera é de atenção, indicando um momento de compartilhamento de informações.

tradução de textos para Libras, abordando não apenas os aspectos técnicos da tradução, mas também as particularidades culturais envolvidas nesse processo. Durante a formação, discutiu-se como a tradução em Libras não é uma simples transposição palavra por palavra, mas sim uma adaptação que leva em consideração a estrutura visual-espacial da língua e a experiência sensorial dos surdos. Esse momento foi fundamental para capacitar profissionais da área e sensibilizar o público para a importância da acessibilidade linguística em espaços culturais.

Outra atividade significativa dentro do evento foi a apresentação da professora surda Gleice Kelly Rocha do Nascimento, que compartilhou um pouco de sua trajetória e vivências em viagens internacionais. Sua fala trouxe reflexões sobre os desafios da comunicação em contextos multilíngues e como a Língua de Sinais Internacional (ISL) permite que surdos de diferentes países possam se comunicar. Gleice relatou experiências de trocas culturais com comunidades surdas ao redor do mundo, destacando a importância do contato com diferentes línguas de sinais

Figura 13 – Conversa em Libras no MAC Ceará (2018).



Fonte: Museu de Arte Contemporânea do Ceará, 2018.

Descrição da Imagem: Grupo de aproximadamente 30 pessoas está reunido em um formato circular dentro de uma sala de exposição com paredes de cor marrom. Os participantes estão sentados em cadeiras plásticas brancas e bancos de madeira, demonstrando um ambiente de escuta e diálogo coletivo. Ao fundo, há várias obras de arte figurativas penduradas nas paredes, retratando cenas cotidianas com cores vibrantes. O centro do círculo apresenta objetos ou materiais dispostos sobre um tecido amarelo, sugerindo uma atividade interativa ou simbólica.

e a adaptação necessária para estabelecer diálogos eficazes. Essa apresentação possibilitou ao público surdo e ouvinte um olhar mais amplo sobre as possibilidades de comunicação e identidade cultural da comunidade surda em um contexto globalizado.

4.3.1.4 *Visitas Mediadas em Libras*

Além dessas ações, o museu também passou a oferecer visitas mediadas em Libras, conduzidas pelo próprio autor deste estudo. Essas visitas eram disponibilizadas mediante agendamento e voltadas a grupos escolares, comunidades surdas e pessoas sinalizantes interessadas em uma visita em Libras no museu.

Durante as visitas, chamadas de mediações, os participantes tinham a oportunidade de conhecer o acervo e as exposições por meio de uma abordagem sensível às especificidades da cultura surda, valorizando a experiência visual e promovendo um ambiente mais acessível.

Um exemplo marcante foi a visita mediada realizada com a Escola de Surdos Filippo Smaldone IFS, na qual os alunos puderam interagir com as obras de forma ativa, compartilhando suas percepções e interpretando os elementos expostos a partir de sua própria bagagem cultural e linguística (Figura 14).

Figura 14 – Visita Mediada com a Escola de Surdos ao MAC Ceará (2019)



Fonte: Museu de Arte Contemporânea do Ceará, 2019.

Descrição da imagem: Grupo de estudantes participa de uma mediação educativa em um espaço expositivo. A cena mostra dezenas de jovens sentados no chão, todos usando camisetas brancas com o nome da escola, voltados para um educador que está em destaque, sentado à frente, realizando a mediação em Libras. Ao fundo, está uma obra com a imagem da bandeira do Brasil emoldurada, exposta na parede branca de uma galeria. Algumas educadoras e visitantes acompanham a atividade de pé, próximas à entrada da sala.

Além das visitas, outras iniciativas foram desenvolvidas para fortalecer o diálogo entre surdos e ouvintes dentro do museu. Um exemplo importante foi a roda de conversa em Libras, mediada por um estagiário surdo.

Nessa atividade, ouvintes que não tinham conhecimento da língua de sinais puderam interagir diretamente com a Libras, vivenciando a experiência de se comunicar de forma visual e gestual. Esse espaço de troca foi essencial para desconstruir barreiras linguísticas e estimular a empatia, além de sensibilizar o público sobre a importância da acessibilidade comunicacional em ambientes culturais.

4.3.2 Pinacoteca do Ceará

Iremos apresentar nos tópicos a seguir as atuações atribuídas a algumas ações realizadas na Pinacoteca do Ceará, entre os anos de 2022 e 2023, pela equipe contratada durante esse período, tendo como supervisor o autor desta pesquisa.

Inaugurada no dia 03 de dezembro de 2022, a Pinacoteca do Ceará tem a missão de salvaguardar, preservar, pesquisar e difundir a coleção de arte do Governo do Estado, sendo espaço de ações formativas com artistas, comunidade escolar, famílias, movimentos sociais, organizações não-governamentais e demais profissionais do campo das artes e da cultura. Trata-se de um espaço de experimentação, pesquisa e reflexão para promover o diálogo entre arte-educação a partir de práticas artísticas.

A Pinacoteca do Ceará é inaugurada com o compromisso de acolher públicos diversos. Resultado disso, o equipamento conta com o conhecimento e a experiência de profissionais da Supervisão de Acessibilidade, responsáveis por revisar cuidadosamente a experiência no novo espaço e eliminar barreiras. (DILACERDA *et al.*, 2024)

As experiências profissionais atribuídas à Pinacoteca do Ceará, equipamento da Secretaria de Cultura do Ceará, na qual as atribuições também estavam relacionadas à gestão de equipe, contando com cinco (05) pessoas, dois (02) TILSP, um (01) estagiário de ensino superior surdo e duas (02) de ensino médio, uma ouvinte e uma surda.

A Pinacoteca do Ceará conta com uma supervisão de acessibilidade, composta por dois intérpretes de Libras ouvintes e duas estagiárias de interpretação, sendo uma surda e o educador. Além das ações que serão realizadas neste mês, a equipe realiza periodicamente visitas com mediação bilíngue Português/Libras, a Língua Brasileira de Sinais. (Pinacoteca do Ceará, 2023)

O museu desde o seu início, teve como perspectiva a construção de um espaço plural e democrático. A partir disso, a construção coletiva para o museu, além de suas ações ouvintes, possibilitou ter uma linha de consciência da cultura, língua e arte das comunidades surdas, buscando trazer para o museu aspectos linguísticos, socioculturais e de arte da comunidade. Essa tarefa é processual, lenta e talvez até deva ser infinita.

A partir dessa introdução, analisaremos a seguir por meio de imagens, registros de memória, postagens, notícias, algumas das ações desenvolvidas pelo autor e, também, atribuídas aos TILSP na Pinacoteca do Ceará. Essa coleta e apresentação da narrativa será estruturada em um formato de ações que foram ocorrendo em processos que se relacionam.

4.3.2.1 *Criação do Sinal da Pinacoteca do Ceará em Libras*

Desde os primeiros momentos de estruturação da Pinacoteca do Ceará, antes ainda de ser aberta ao público, foi realizado o primeiro seminário aberto da Pinacoteca do Ceará, da qual iniciamos o trabalho de acessibilidade com a presença de TILSP, naquele momento, de forma terceirizada. Naquele período, foi proposta a criação de um sinal em Libras para o museu, essa ação simbólica e política de valorização da identidade surda e de reconhecimento da cultura linguística da comunidade.

(...) logomarca e o sinal do museu em Língua Brasileira de Sinais (Libras), criado em parceria com uma pessoa da comunidade surda do Ceará. Desde o primeiro dia de funcionamento da instituição está disposto, também na recepção, um vídeo, em Libras, de boas-vindas ao público. (...) As traduções dos textos curatoriais para Libras – disponibilizados em vídeos nas exposições – foram realizadas com surdos e intérpretes-artistas que se relacionam com os temas das exposições. (DILACERDA *et al.*, 2024)

Esse processo não foi conduzido de maneira isolada, mas a partir de uma escuta ativa e colaborativa com o professor surdo Me. Daniel Almeida da UFC, especialista em Literatura Surda, cuja atuação reverberou o compromisso com uma acessibilidade construída a partir das subjetividades dos sujeitos envolvidos.

O sinal criado (Figura 16) representa de forma iconográfica uma marca da arquitetura do prédio histórico da qual a Pinacoteca do Ceará está situada (Figura 15).

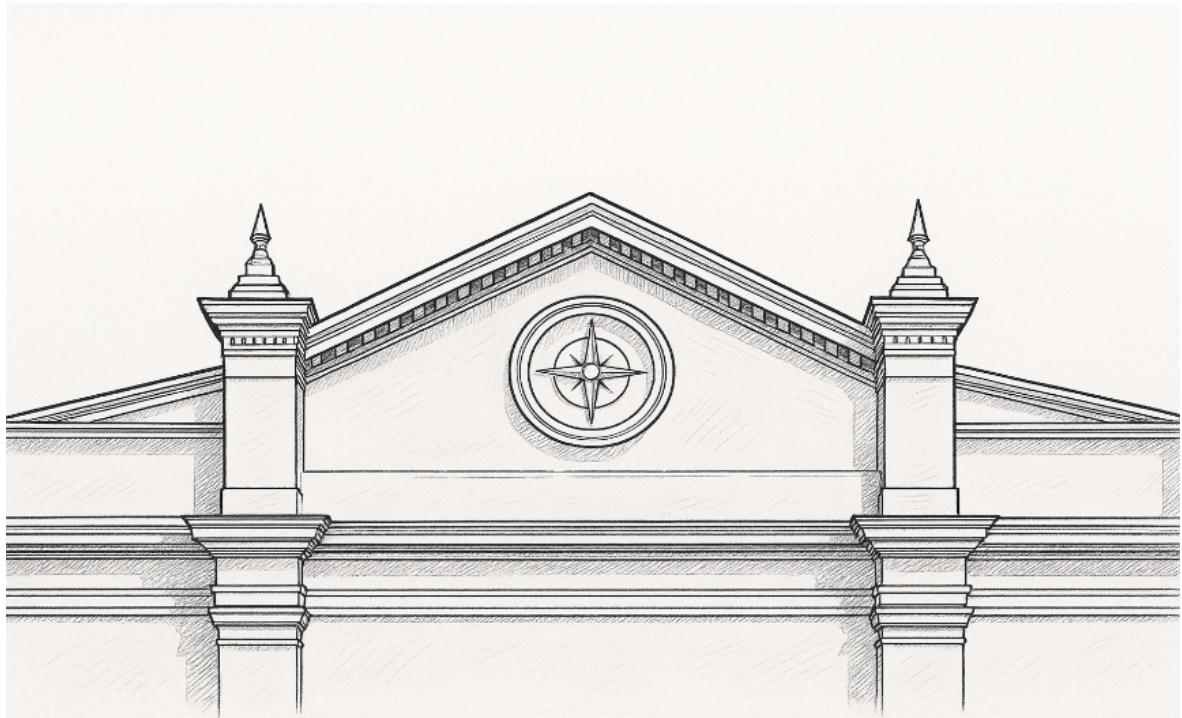
A criação, validação e difusão do sinal reforça a perspectiva de patrimônio imaterial e musealização da língua de sinais e de sua relação com o entorno social vivenciado pelas pessoas surdas. A partir desse sinal, o museu se tornaria reconhecido pela comunidade e em seus territórios linguísticos.

Essa ação reafirma o papel dos museus como instituições que não apenas comunicam acervos, mas também constroem sentidos e pertencimentos com e para seus públicos.

4.3.2.2 *Chegada das TILSP*

A chegada de duas profissionais TILSP, ambas ouvintes, à equipe da Pinacoteca foi muito aguardada e teve um longo processo. A contratação e efetivação das profissionais só ocorreram depois de alguns meses do museu aberto ao público. Até então, as atuações aconteceriam com empresas prestadoras de serviço de tradução, empresas essas que deveriam estar legalmente regulamentadas e ter em seus registros oficiais a Classificação de Atividades

Figura 15 – Fachada da entrada da Pinacoteca do Ceará.



Fonte: Gerada por Inteligência Artificial - Plataforma ChatGPT, em 05 de maio de 2025.

Descrição da imagem: Ilustração arquitetônica em estilo de desenho técnico, representando a parte superior da fachada de um edifício histórico. O destaque vai para o frontão triangular central com detalhes ornamentais e uma janela circular com uma rosa dos ventos ao centro. A composição inclui colunas robustas com capitais decorados e pináculos simétricos nas extremidades, elementos típicos da arquitetura neoclássica.

Figura 16 – Sinal em Libras da Pinacoteca do Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Descrição da imagem: Escrita de sinais do sinal da pinacoteca do ceará, são duas configurações de mão na letra “P” que se movimentam para direita e esquerda.

Econômicas (CNAE) de Serviços de tradução, interpretação e similares, conhecida como o número 7490-1/01 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023).

Outro fator para a demora foi que o processo de contratação é burocrático e muito lento. De início, foi necessário, junto com o departamento pessoal, compreender qual seria o perfil e a função dos cargos, criar um descriptivo, elaborar e divulgar um edital, filtrar currículos e realizar as entrevistas (Ver Tabela 3).

Tabela 3 – Reprodução da tabela do edital de seleção pública – nº 03/2022

Requisitos mínimos do cargo	Descrição Sumária do Cargo
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras-Português; ou Graduação em Letras-Libras ou Graduação em qualquer área e Curso de Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, de no mínimo 250 horas; ou Graduação em qualquer área e Certificação Pro-libras em Tradução e Interpretação; ou Graduação em qualquer área e Especialização em Libras e/ou Tradução e Interpretação. Comprovação de atuação de, pelo menos, 05 trabalhos realizados em tradução/interpretação de Libras. Desejável experiência na área artística-cultural.	Traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos, bem como traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, reuniões, palestras, atividades didático-pedagógicas, mediações e eventos culturais nas direções Português-Libras ou Libras-Português; Realizar interpretação consecutiva (Libras/Português); Realizar interpretação simultânea (Libras/Português); Assessorar nas atividades de pesquisa e extensão do educador surdo; Participar e auxiliar na produção de textos ou legendas que envolvam a área de educação do espaço cultural como intérprete; Auxiliar o educador surdo na articulação e criação de vocabulário em Libras; Realizar Tradução Auditivovisual em Língua Brasileira de Sinais; Participar e auxiliar nas políticas de acessibilidade da instituição.

Fonte: Instituto Mirante, 2022.

Descrição da tabela: Tabela com quatro colunas que apresenta informações organizacionais sobre a atuação de TILSPs em equipamentos culturais do Ceará. As colunas são: Equipamento Cultural, Qt. de TILSPs, Subordinação Imediata e Gerências ligadas à Diretoria. O Museu da Imagem e do Som possui 2 TILSPs, sem subordinação imediata definida, vinculados à Coordenação de Educação e Formação. A Pinacoteca do Ceará também conta com 2 TILSPs, subordinados à Supervisão de Acessibilidade e Diversidade e ligados à Gerência Artística. A Estação das Artes tem 2 TILSPs, sem subordinação indicada, vinculados à Gerência de Produção Cultural. Já o Centro Cultural do Cariri possui 3 TILSPs, subordinados ao Analista de Acessibilidade, Diversidade e Cidadania, e ligados à Gerência de Formação, Livro e Leitura. A tabela evidencia a estrutura de gestão e o número de profissionais dedicados à acessibilidade linguística em diferentes instituições culturais.

Depois de todo o processo de contratação, enfim, tivemos a chegada das TILSP à Pinacoteca do Ceará, esse processo foi decisivo para a estruturação da Supervisão de Acessibilidade. Mais do que ocupar funções técnicas, essas profissionais participaram da concepção de práticas museais bilíngues, atuando em reuniões institucionais, recepção de públicos e ações

formativas internas. A presença contínua dessa equipe afirmava não apenas um cumprimento legal da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), mas uma escolha ética e política do museu em se comunicar com múltiplas formas de existência e expressão.

Ao atuarem logo no início da estruturação do museu, essas profissionais puderam contribuir para a criação de uma política institucional acessível, garantindo que a acessibilidade linguística não fosse um adendo, mas um eixo transversal do programa de acessibilidade para os demais programas do museu.

A elaboração de um edital com vagas específicas para a contratação de profissionais representou um avanço no campo da gestão institucional e da acessibilidade. Esse edital possibilitou a garantia de que todas as atividades promovidas pela Pinacoteca, especialmente aquelas com participação pública, contassem com a presença de TILSP. A partir da contratação dos profissionais, começa a ser exigência nos trâmites administrativos a formalização da acessibilidade como política transversal e contínua, e não como ação pontual ou emergencial.

4.3.2.3 *Contratação de um Estagiário Surdo*

A contratação de um estagiário surdo para compor a equipe de acessibilidade da Pinacoteca do Ceará foi um marco de ruptura com práticas institucionalizadas de exclusão. Mais do que cumprir cotas ou demonstrar inclusão simbólica, essa decisão possibilitou a vivência de um espaço museal por meio da escuta ativa de sujeitos surdos em sua própria língua, criando um ambiente de aprendizado mútuo. A presença do estagiário surdo representava também a valorização da Libras como língua de instrução e comunicação institucional.

A atuação desse educador surdo ressignifica o lugar da surdez e das pessoas com deficiência no museu, abrindo caminho para práticas que reconhecem o sujeito surdo como produtor de conhecimento e não apenas como destinatário de serviços.

Contudo, viabilizar a contratação desse estagiário surdo exigiu articulações específicas dentro da instituição. A seleção não foi um processo simples, demandando uma estratégia que envolvesse diretamente a gestão imediata — responsável por preencher a vaga de estágio de nível superior, conforme previsto na legislação vigente (Brasil, 2008). A solicitação formal foi encaminhada ao departamento pessoal, com a justificativa de que a oportunidade fosse prioritariamente destinada a uma pessoa surda sinalizante, como forma de garantir representatividade linguística e inclusão efetiva na equipe de acessibilidade do museu.

Com isso, conseguimos garantir uma vaga de estágio para o pequeno setor de

acessibilidade, direcionada a pessoas surdas. A partir daí, enfrentamos alguns desafios. O primeiro foi a comunicação: apesar de terem produzido um material visual adequado, ele não foi acompanhado por um vídeo explicativo em Libras.

Além disso, o processo de contratação iniciava-se pelo Departamento Pessoal (DP), um setor do Instituto, e não do museu. Por isso, a seleção, a comunicação e a realização das entrevistas com os candidatos não foram uma tarefa simples para os trabalhadores que estavam na sede.

Uma das primeiras ações ao iniciar o trabalho com os estagiários surdos foi conhecer o museu – isso significava conhecer a parte física e, principalmente, a parte humana do museu. Desse ponto, surgiram os sinais para cada pessoa da Pinacoteca do Ceará, do diretor até o núcleo de educadores, do qual o estagiário teria maior contato, troca e, até hoje, construção de laços de amizade e colegas profissionais.

Outra ação que podemos observar na Figura 17, é do estagiário surdo conduzindo uma mediação para um grupo de visitantes surdos e sinalizantes, em um percurso com duração superior a uma hora e meia. Para garantir ampla visibilidade ao público, o estagiário surdo posiciona-se sobre um banco de concreto, permitindo que as pessoas sentadas à sua frente possam vê-lo claramente. Ao seu lado direito, um TILSP realiza a interpretação na direção Libras–português para o restante do público.

Essa cena revela algumas limitações estruturais enfrentadas durante as mediações, como a ausência de recursos tecnológicos (microfones e caixas de som) e a falta de um espaço adequado para a realização de mediações voltadas a um grande público surdo ou sinalizante. Além disso, destaca-se a necessidade de diretrizes específicas para mediações em língua de sinais, como a definição de um número ideal de participantes e um tempo mínimo de duração (preferencialmente superior a uma hora), considerando as especificidades visuais da Libras e a demanda contínua pela presença de um profissional apenas ao longo de toda a mediação. Outro ponto importante é a localização dos profissionais. Preferencialmente, o público deve estar atento à sinalização do estagiário surdo, que deve ser o protagonista da ação.

Em algumas mediações, era possível que o TILSP permanecesse atrás ou ao lado do grupo de visitantes ouvintes, de forma que sua voz ecoasse pelo espaço, criando a sensação de um *voice-over* ao vivo. Essa posição também facilitava a visualização do profissional, permitindo que ele acompanhasse e traduzisse com mais precisão a sinalização feita pelo estagiário surdo.

Importante ressaltar que nesse trabalho a escolha pela nomenclatura de *Estagiário*

Figura 17 – Ações realizadas na Pinacoteca do Ceará.



Fonte: Registro do autor, 2023.

Descrição da Imagem: Ação formativa realizada em ambiente externo na lateral da Pinacoteca do Ceará, com participação de um público diverso. Na cena, duas pessoas em pé — uma delas surda, utilizando Libras — conduzem a atividade diante de um grupo de visitantes sentados. O público é composto majoritariamente por mulheres e jovens, e a escuta atenta. As paredes ao fundo exibem grandes painéis com imagens de obras de arte, compondo o cenário cultural da atividade.

Surdo e não Educador Surdo, Educador Surdo – estagiário e ou Mediador Surdo se deu pelo fato de que o processo de contratação da pessoa surda se deu por um edital de Estágio Remunerado de Nível Superior. Esse é o primeiro ponto que pode ser discutido em outros trabalhos, mas que observamos, de forma sistemática, que as vagas para *Educadores Surdos* sempre estão a nível de estágios, experiências ou treino. Não é foco dessa investigação abordar essa temática, portanto, não iremos aprofundar a reflexão.

Outro fator é a lotação do profissional, que pertencia à equipe de acessibilidade, mesmo que em muitos momentos houvesse a necessidade, interesse e vontade própria do estagiário de realizar mediações programadas, visitas com públicos diversos, entre outras atividades educativas. Esse estagiário tinha funções mistas e mais associadas ao campo da acessibilidade. E como educador ou arte-educador, teria funções, práticas e ações relacionadas ao trabalho de educador museal. Esse ponto também não é o objetivo desta pesquisa, portanto, não iremos nos aprofundar na temática; o que nos interessa nesse processo é que, em ambas as atuações, ter presente uma pessoa surda apresentou desafios, demandas e conquistas para os processos de tradução e de interpretação de Libras-português.

4.3.2.4 *Interpretação para Libras nas Reuniões*

Desde os primeiros encontros internos da equipe gestora da Pinacoteca do Ceará, a atuação dos TILSP nas reuniões institucionais foi essencial para garantir a participação plena do estagiário surdo. A interpretação nesses contextos não apenas favoreceu a compreensão mútua, mas também reafirmou a Libras como língua presente nas instâncias decisórias da instituição, reconhecendo o direito à informação e à participação ativa da pessoa surda em processos internos.

Essas práticas apresentam que a interpretação não deve ser vista como uma ação de favor, mas como um dos direitos linguísticos e um dever institucional, especialmente em espaços públicos comprometidos com a diversidade e a acessibilidade. Ao garantir a interpretação em reuniões, a Pinacoteca do Ceará contribuiu para o fortalecimento da autonomia comunicacional do estagiário surdo e reafirmou seu compromisso com uma cultura organizacional bilíngue.

Uma questão central que precisa ser enfrentada no cotidiano dos museus é o papel institucional dos TILSP. Afinal, esses profissionais também fazem parte da equipe do museu e devem participar das reuniões internas como membros ativos. Como garantir que o processo interpretativo ocorra de forma eficiente, sem causar prejuízos à qualidade da interpretação nem gerar desgaste físico e cognitivo excessivo para esses profissionais? Nesse ponto, é necessário que o museu possa contar com uma equipe extra.

4.3.2.5 *Busca de Estagiários para Complementar a Equipe*

Com o crescimento das demandas de acessibilidade e o fortalecimento das ações acessíveis do museu, tornou-se necessária a expansão da equipe. A busca por novos estagiários — incluindo estudantes surdos e ouvintes com fluência em Libras — representou um esforço intencional de formação de um corpo técnico comprometido com práticas acessíveis e com o desenvolvimento de uma política linguística institucional. Esse processo de recrutamento foi pautado por critérios que valorizavam a experiência comunitária, a sensibilidade cultural e o desejo de atuar em contextos culturais e artísticos.

Essa prática não era uma novidade, já sendo realizada no MAC Ceará, entre 2018 e 2019. A diferença nesse momento seria a estrutura física (sala, computadores e materiais), uma supervisão que poderia acompanhar diretamente os planos de ação desenvolvidos pelos estagiários e a presença de profissionais TILSPs contratados e que poderiam ser os profissionais formadores da equipe em formação.

Figura 18 – Estagiários Surdos em vídeo comemorativo.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Instagram.

Descrição da imagem: Publicação no Instagram da Pinacoteca do Ceará em comemoração ao Dia Nacional do Surdo, celebrado em 26 de setembro. À esquerda, o vídeo mostra dois jovens surdos em frente à fachada da Pinacoteca, sorrindo e sinalizando em Libras a mensagem “Olá! Seja bem-vindo à Pinacoteca do Ceará!”. Ambos vestem camisetas pretas com a identidade visual da instituição. À direita, o texto do post contextualiza a data, destacando sua origem — a fundação da primeira escola de surdos no Brasil em 1857 — e ressaltando a importância da luta por inclusão, reconhecimento e protagonismo da comunidade surda. A legenda também reforça o compromisso do museu com a acessibilidade e convida o público a conhecer suas ações inclusivas.

Essa articulação foi possível pela parceria institucional realizada entre o Museu – representada pelo Instituto Mirante – e a Escola Estadual de Educação Profissional Joaquim Nogueira – representada juridicamente pela Secretaria de Educação do Ceará – essa escola abriga e oferece anualmente desde 2012, o curso técnico de TILSP, com oferta para estudantes ouvintes e surdos, a nível médio. Ao final do curso, os estudantes precisam cumprir uma carga horária de 300 horas de estágio prático e supervisionado em instituições. Até o momento, a maioria dos espaços de atuação eram as universidades e escolas públicas com atendimento de alunos surdos, empresas que trabalham diretamente com o público surdo, entre outras. Começaram a ser inseridos esses estágios no campo dos museus e das instituições culturais. Aqui nós temos alguns pontos importantes a serem descritos: 1) Não sabemos como é o processo formativo desses estagiários para atuação no campo da arte, cultura e principalmente dos museus – o que fazemos, se a instituição necessitar, é uma entrevista com os estudantes e conversar com a coordenação

para alocar o melhor perfil. 2) É importante a consciência de que esses profissionais estão em processo formativo, necessitam de acampamento, feedbacks e principalmente da presença de profissionais TILSPs formados no setor de trabalho. 3) A gestão interna precisa compreender que estagiários não substituem profissionais formados. Esses são alguns pontos que surgiram ao longo do processo de recepção e permanência dos estagiários TILSPs no museu.

A ampliação da equipe evidencia uma compreensão ampliada de acessibilidade, que vai além da presença pontual de recursos e se estende à formação contínua de profissionais que compreendem as complexidades do trabalho com públicos diversos. É importante perceber que formar equipes com diversidade linguística e cultural amplia a capacidade das instituições culturais de se conectarem com os múltiplos sujeitos que as atravessam, contribuindo para um museu mais representativo e comprometido com o seu entorno social (Figura 18).

4.3.2.6 *Criação de Repositório com Sinais de Arte e Museu*

A partir do desenvolvimento das atividades de tradução e de interpretação em Libras-português no contexto museológico, emergiu a necessidade de organizar e sistematizar os sinais utilizados em exposições, materiais educativos, interações com trabalhadores do museu, artistas e os diversos espaços expositivos. Diante disso, foi criada uma base de dados em formato digital — um repositório audiovisual em uma plataforma em nuvem do Google Drive — contendo os sinais em Libras associados a seus respectivos vocabulários, acompanhados de imagens ilustrativas e descrições em português. Essa iniciativa contribuiu para a construção de uma memória linguística específica da Pinacoteca do Ceará, atuando como ferramenta formativa para a equipe, instrumento de registro institucional e referência para futuras ações de acessibilidade.

A proposta desse repositório vai além da organização terminológica. Ele representa um compromisso com a acessibilidade linguística e cultural, ao garantir que os sinais desenvolvidos no cotidiano do museu não se percam, sejam compartilhados entre os profissionais e fiquem acessíveis a TILSPs e educadores. O repositório também fortalece o reconhecimento da Libras como uma língua legítima e necessária em espaços culturais.

Um exemplo significativo do processo de criação e registro de sinais, aliado à intenção de comunicá-los ao público, foi a impressão em alto-relevo do sinal da Pinacoteca do Ceará, acompanhado da escrita no alfabeto da *SignWriting*¹⁶, soletrando “P-I-N-A-C-O-T-E-C-

¹⁶ O *SignWriting* é um sistema de escrita visual criado por Valerie Sutton, desenvolvido especificamente para registrar línguas de sinais por meio de símbolos gráficos que representam configurações de mão, movimentos, expressões faciais e direções espaciais. Diferente das transcrições lineares, o *SignWriting* organiza os sinais de

A” (Figura 19). Posicionado logo na entrada do museu, esse recurso não se limita à comunidade surda, mas também acolhe pessoas em processo de aprendizagem da Libras, funcionando como ferramenta de educação e sensibilização. Para visitantes surdos, a presença visível da escrita de sua língua contribui diretamente para o letramento em Libras e reforça o sentimento de pertencimento, valorizando sua identidade linguística e cultural no espaço museológico. Além desse exemplo, outras duas bases em alto-relevo foram produzidas, contendo os sinais dos artistas Antônio Bandeira e Aldemir Martins, cujas obras estavam em exibição no museu e que são figuras centrais na história da arte cearense.

Figura 19 – Base com o Sinal em Libras do Museu em alto relevo.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Lia de Paula.

Descrição da imagem: Módulo expositivo acessível com recursos táteis e em braile, localizado no museu. O painel inclinado contém elementos tridimensionais, como o relevo de uma fachada arquitetônica, a logo do museu em alto-relevo e descrições em braille, possibilitando a leitura por pessoas com deficiência visual. O modelo arquitetônico em 3D representa o museu e está acompanhado por placas com símbolos táteis e escritas em diferentes sistemas de leitura. Ao fundo, visitantes circulam pelo ambiente.

forma icônica e espacial, respeitando a estrutura tridimensional das línguas de sinais. O sistema permite que a Libras, por exemplo, seja registrada de maneira escrita, contribuindo significativamente para a valorização, documentação e difusão dessa língua. Para Stumpf (2005), “o *SignWriting* constitui-se como uma proposta concreta para a escrita da língua de sinais, possibilitando à comunidade surda o acesso à sua própria língua na modalidade escrita”.

Esse processo contribui para a valorização, reconhecimento e salvaguarda da Libras como língua visual-gestual capaz de expressar conceitos complexos do campo artístico. A constituição de glossários em Libras em instituições culturais e a publicação desses materiais favorece a padronização sem limitar a criatividade linguística da comunidade surda, permitindo o diálogo entre conceitos e práticas.

Esse Drive foi desenvolvido como um projeto experimental que seria alimentado ao longo do tempo. Até o momento, a instituição não o tornou público, tendo acesso apenas aos trabalhadores do museu.

4.3.2.7 *Tradução dos Textos Curoriais*

Um dos principais avanços da Pinacoteca do Ceará no campo da garantia de acesso linguístico para surdos foi a tradução dos textos curoriais das exposições para a Libras, com a participação de TILSPs, surdos e ouvintes (Figura 20). Ao invés de apenas converter conteúdos verbais para outra língua, tratava-se de reconstruir sentidos a partir da visualidade e da experiência cultural surda, respeitando a gramática e a expressividade próprias da Libras.

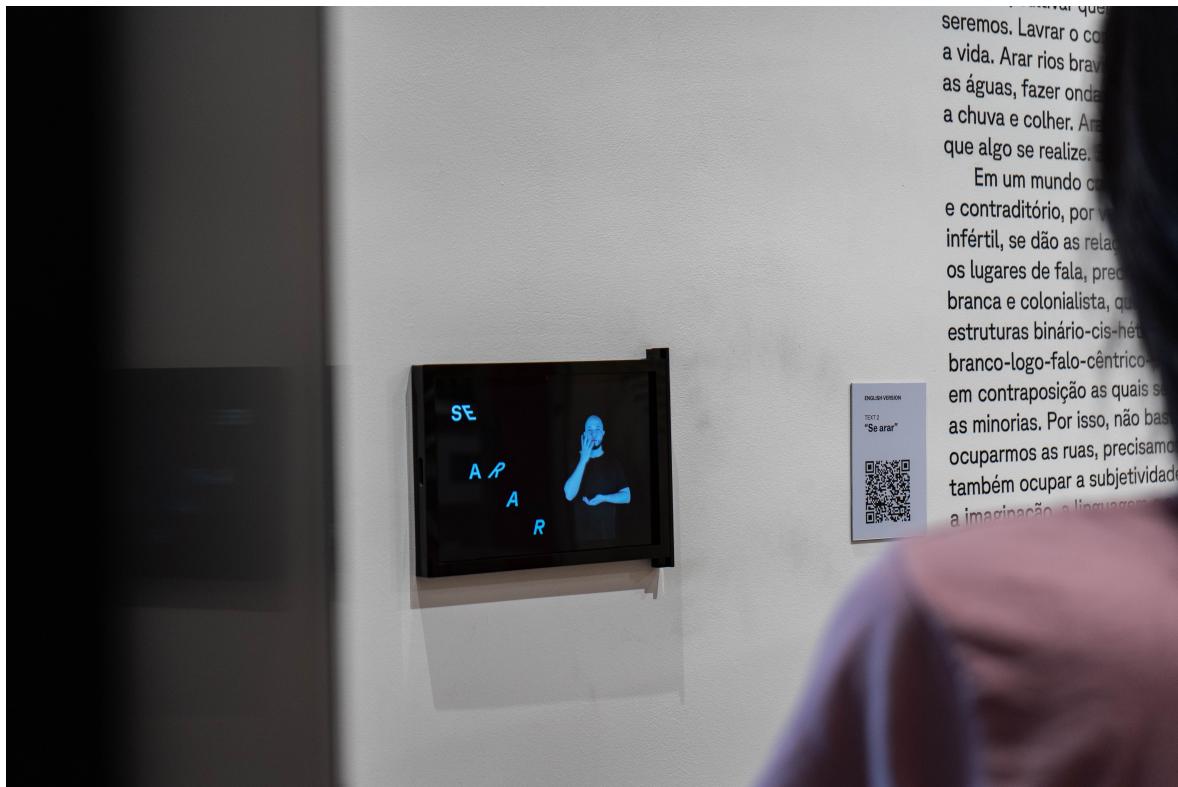
Esse tipo de prática propõe ao abordar a tradução em contextos museológicos, especialmente no que se refere à tradução de conteúdo para línguas de sinais. A iniciativa reconhece o texto curatorial como um campo de mediação que deve incluir múltiplas vozes e experiências, reafirmando a acessibilidade linguística como um direito à fruição plena da arte, e não apenas como adaptação de conteúdo. Isso porque muitos dos textos, em contexto de exposição de arte, também são textos artísticos, que apresentam um processo criativo – de *poiesis* – em sua criação.

A tradução desses textos e a possibilidade de poder visualizar eles em tempo real durante a visita da exposição são significativos para as pessoas surdas. É importante que o visitante surdo, por exemplo, tenha o direito e autonomia de poder *ler* os textos e compreender a exposição a partir do texto dos curadores. Essa autonomia é importante, mesmo que o museu tenha disponíveis TILSPs presenciais ou arte-educadores surdos/bilíngues.

4.3.2.8 *Vídeo-convite em Libras*

A produção de vídeos-convite em Libras para divulgação das atividades da Pinacoteca foi um gesto simbólico de recepção e pertencimento (Figura 21). Ao entender essa estratégia de comunicação, a instituição demonstrou compreender que o acesso começa antes da visita;

Figura 20 – Vídeos em Libras da Exposição Siará.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Marília Camelo.

Descrição da imagem: Detalhe de uma exposição em espaço museológico com recursos de acessibilidade. No centro da imagem, há uma tela digital fixada na parede, exibindo uma pessoa sinalizando em Libras em fundo escuro, recurso voltado para acessibilidade comunicacional para o público surdo. À direita da tela, há um QR Code acompanhado da identificação “vídeo em Libras”, permitindo acesso ampliado por meio de dispositivos móveis. Parte de um texto expositivo em português está visível na parede, reforçando o conteúdo interpretativo da mostra. Em primeiro plano, à direita, vê-se o ombro de uma pessoa que observa a instalação.

ele se constrói desde o momento da divulgação. Essa era uma das solicitações mais pedidas no processo de divulgação da programação. Principalmente da programação que iria contar com tradução e com interpretação em Libras-português.

Os vídeos eram, em geral, produzidos a partir de roteiros elaborados com o apoio da gerência de comunicação do museu. A proposta era que, diante das câmeras, o convite ao público fosse feito por uma pessoa surda. Com o tempo, devido à crescente demanda por conteúdos de divulgação, foi necessário estabelecer uma rotatividade entre os participantes para conseguirmos dar conta da produção.

O vídeo informa, convida, acolhe e afirma o lugar da Libras como língua de produção cultural e institucional, contribuindo para uma comunicação mais equitativa e representativa.

Figura 21 – Vídeo Convite em Libras.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Instagram.

Descrição da imagem: Publicação no Instagram da Pinacoteca do Ceará destacando uma ação acessível em Libras. À esquerda, o vídeo mostra o educador Vinícius Scheffer sinalizando em Libras, com a legenda em português: “Eu trabalho aqui na Pinacoteca do Ceará”. Ele está em um espaço expositivo do museu, vestindo uma camisa estampada e calça bege. À direita, o texto do post convida o público para o Seminário Chico da Silva e a Escola do Pirambu, destacando a presença de tradução em Libras em todas as mesas do evento, reafirmando o compromisso da instituição com o direito linguístico.

4.3.2.9 Tradução dos Vídeos Produzidos pelo Museu

A tradução dos vídeos institucionais do museu para Libras foi incorporada como política permanente de acesso linguístico, na qual a direção do museu compreendeu a necessidade e incorporou essa demanda de atividade como prioritária nas demandas semanais dos TILSPs.

Esses vídeos, que abordam desde exposições e bastidores até entrevistas com artistas e curadores, passaram a contar com a Tradução Audiovisual em Língua de Sinais. A proposta foi garantir que os conteúdos produzidos internamente estivessem disponíveis para o público surdo sinalizante, respeitando suas particularidades linguísticas.

Os processos de tradução do português para Libras dos vídeos institucionais, dessa forma, entendemos que o processo de tradução acontece de uma língua fonte para uma língua alvo, neste caso do português para a Libras, com um suporte produzido, um vídeo institucional que foi possível obter as falas e diálogos textuais, além de compreender as imagens, sequências,

corte de câmera, composição, entre outras questões do audiovisual.

A possibilidade de tradução dos vídeos para Libras em vários vídeos institucionais reforça o acesso da comunidade surda e amplia sua participação crítica na vida cultural. Podemos conceituar esses recursos da seguinte forma: Os Vídeos em Língua de Sinais, ou Vídeos em Libras, são os recursos com Tradução Audiovisual em Línguas de Sinais (TALS) que utilizam Libras como língua principal para garantir acesso à informação. Esses vídeos podem ser as traduções de conteúdos originalmente do português ou textos concebidos diretamente em Libras, e os Videoguias em Libras são ferramentas interativas que fornecem informações sobre exposições em Libras.

4.3.2.10 Vídeo Tradução na Recepção e na parte Externa do Museu

Logo na entrada da Pinacoteca do Ceará, o visitante surdo é acolhido por um vídeo de boas-vindas em Libras, exibido em tela na recepção, além de haver um totem com vídeo também na área externa. A presença desse material reforça a ideia de que a comunicação em Libras deve estar integrada ao espaço físico e não apenas ao conteúdo expositivo. A sinalização bilíngue — em português e Libras — contribui para a autonomia do visitante surdo, promovendo sua circulação segura e informada pelo ambiente museológico.

A sinalização visual e o vídeo de boas-vindas funcionam como estratégias de conforto linguístico, que reconhecem o visitante surdo como sujeito central e não periférico no planejamento museográfico.

4.3.2.11 Interpretação de Atividades para Imprensa

A atuação dos TILSPs em atividades transmitidas por telejornais, como entrevistas com curadores ou eventos abertos ao público, ampliou o alcance das ações do museu. A presença da interpretação ao vivo ou em gravações revelou-se não apenas como ferramenta de acessibilidade, mas também como afirmação do compromisso institucional com os direitos linguísticos e de acesso à informação em meios massivos de comunicação.

Na Figura 22, observamos um processo de interpretação simultânea e percebemos que a língua fonte está sendo produzida naquele momento, enquanto a língua alvo está sendo elaborada e entregue juntamente com o tempo em que a língua fonte é produzida.

Na experiência realizada na Pinacoteca do Ceará, a interpretação, principalmente em mídias televisionadas, transcende o cumprimento de normas legais, tornando-se um instrumento

Figura 22 – Interpretação da entrevista para imprensa realizada na Pinacoteca do Ceará, 2023.



Fonte: Registro do autor, 2023.

Descrição da Imagem: À esquerda, um homem de cabelos claros, está em pé, usando uma camiseta roxa e calça bege, faz gestões com as mãos enquanto fala ao microfone que está a sua frente. Ele parece interpretar outra pessoa que está de pé ao seu lado, à direita da imagem e veste uma blusa branca com calça preta e sinaliza em Libras. No canto esquerdo da imagem há uma pessoa de preto que segura o microfone e ao fundo da imagem vemos obras de artes e um grande grupo de pessoas bem mais ao fundo.

de representação simbólica e política. Estava instaurado que toda reportagem, ao passar pela assessoria de comunicação, teria a presença dos TILSPs ou seria realizada em Libras com interpretação para o Português falado.

4.3.2.12 *Interpretação das Visitas Mediadas*

As visitas mediadas em Libras tornaram-se uma das principais ações do compromisso da Pinacoteca do Ceará com a acessibilidade cultural. Ao longo das exposições, essas visitas contaram com a presença dos TILSPs e, em algumas ocasiões, de educadores surdos, promovendo experiências mais sensíveis e dialógicas com o público. As mediações em Libras permitiram

que visitantes surdos interajam diretamente com as obras, os espaços e os conceitos curatoriais, possibilitando uma leitura visual e linguística alinhada à sua experiência de mundo.

Essa prática no museu não se limita a ser um espaço de exposição, mas se transforma em um lugar de troca e pertencimento. Nas visitas mediadas em Libras, os surdos não apenas recebiam a informação, mas também a recriavam a partir de suas percepções visuais e afetivas, expandindo o potencial de sentido das obras de arte.

4.3.2.13 Tradução das Falas no Auditório

Durante os eventos realizados no auditório da Pinacoteca, como seminários, palestras, oficinas e lançamentos de livros, a atuação dos TILSPs foi uma constante. Essa presença contribuiu para a construção de um ambiente multilíngue, no qual as vozes orais e visuais coexistiam de forma coordenada. A interpretação das falas para a Libras exigia não apenas domínio técnico da língua, mas sensibilidade para adaptar conteúdos muitas vezes densos e especializados à linguagem visual-gestual, mantendo o vínculo com os sujeitos surdos presentes.

Na Figura 23, temos a interpretação do “Seminário Chico da Silva e a Escola do Pirambu”, que aconteceu na sexta-feira, 29 de setembro, no sábado, 30 de setembro e no domingo, 1º de outubro, com visita mediada, debates e exibição de um documentário. A programação foi gratuita e contou com acessibilidade em Libras.

Podemos observar que ocorre um processo de interpretação simultânea, onde a TILSP está interpretando para Libras aquilo que está ouvindo, isto é, as informações que estão sendo narradas em português pelo ceremonialista. Nesse ponto, destacamos a importância da visualidade, visto que a TILSP se encontra ao lado da pessoa que fala.

A conversa intitulada de “Arte, Cultura e os Direitos Linguísticos dos Surdos”, Figura 24, recebeu as professoras Lyvia Cruz e Kátia Lucy Pinheiro para uma conversa aberta sobre direito linguístico, acesso à informação, não discriminação e difusão das artes, culturas, línguas e conquistas históricas da comunidade surda. O evento teve como mediador o estagiário surdo Weverson Martins e contou com TILSPs, com contratação terceirizada, por contrato horista, devido à necessidade de mais profissionais para conseguir atender às demandas de programação, ações educativas e reuniões internas. A carga horária dos profissionais contratados pela CLT era de 8 (oito) horas diárias. Isso antes da mudança ocorrida pela lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023 (Brasil, 2023a), que alterou a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 (Brasil, 2010), legislação que dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional

Figura 23 – Interpretação do Seminário na Pinacoteca do Ceará, 2023



Fonte: Pinacoteca do Ceará, 2023.

Descrição da Imagem: Duas pessoas estão em um palco em frente a uma projeção de fundo. À esquerda, uma mulher com cabelo curto e loiro, vestindo uma blusa roxa e branca, está lendo ou apresentando algo de um tablet. Ela usa um microfone de cabeça. À direita, uma mulher de cabelo vermelho escuro faz gestos com as mãos, aparentemente se comunicando em língua de sinais. Ela está vestindo roupas escuras. No fundo, parte do texto projetado diz "Piram", provavelmente fazendo parte de um nome ou título.

tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais, e exigi a diminuição da carga horária para 6 (seis) horas diárias (Brasil, 2010).

Dessa forma, tivemos a interpretação da Libras para o português visto que a mediação e as palestras foram realizadas em Libras, língua materna das palestrantes e do mediador. Em alguns momentos, houve a interceptação do português para Libras, em falas institucionais ou perguntas realizadas por ouvintes em língua portuguesa.

A produção do texto sinalizado acontecia no meio do palco, o que necessitava de uma boa iluminação, com luzes diretas e a captura de uma câmera, que focava em quem estivesse sinalizando e reproduzida no telão acima do palco.

Para a interpretação da língua de partida para a língua de chegada, acontecia pelos intérpretes que estavam sentados à frente do palco, na primeira fileira e contavam com dois

Figura 24 – Fotografia da equipe envolvida na conversa “Arte, Cultura e os Direitos Linguísticos dos Surdos”, 2023.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Marília Camelo.

Descrição da imagem: Oito pessoas estão posicionadas lado a lado sobre um palco de madeira, sorrindo para a foto em um ambiente de auditório com iluminação cênica. Ao fundo, um telão exibe uma imagem colorida com letras parcialmente visíveis. À esquerda, há uma cadeira moderna vazia. O grupo é diverso em gênero, estilo e aparência, indicando um ambiente inclusivo e acolhedor, relacionado a uma mesa de debate, apresentação cultural e atividade formativa.

microfones que estavam conectados a uma mesa de som na cabine da equipe técnica e eram reproduzidos nas caixas de som. Apesar da conversa contar com câmeras que captaram em tempo real, não foi realizada a transmissão e nem a gravação desse evento, não tendo assim registro oficial em vídeo do evento.

4.3.2.14 Uso de Ícone na Comunicação Visual

A adoção do ícone “Acessível em Libras” (Figura 25) na comunicação visual da Pinacoteca do Ceará, seja em cartazes, painéis digitais ou materiais impressos, teve um papel fundamental na sinalização das atividades acessíveis. Esse símbolo, já reconhecido por parte da população, funciona como um convite à participação e um indicativo da presença garantida de acessibilidade em Libras. Mais do que uma informação técnica, esse recurso visual reforça o

compromisso da instituição com a presença surda nos espaços de arte e cultura.

Figura 25 – Ícone Acessível em Libras.



Fonte: Centro de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Descrição da imagem: Selo de acessibilidade em Libras representado por um ícone em fundo azul. No centro, há duas mãos brancas estilizadas em movimento, simbolizando a comunicação em Língua Brasileira de Sinais. Acima das mãos, dois traços curvos sugerem a posição dos ombros e a configuração corporal de quem sinaliza. Abaixo do ícone, está escrito em letras azuis: “Acessível em Libras”. Esse símbolo é utilizado para indicar que determinado conteúdo, serviço ou espaço oferece recursos acessíveis em Libras, promovendo a inclusão de pessoas surdas usuárias da língua de sinais.

Na Pinacoteca, o uso consciente desse ícone contribuiu para naturalizar a presença de recursos acessíveis e para tornar visível, no plano da estética visual, a política institucional de respeito à diversidade.

4.3.2.15 *Criação do Grupo de Estudos*

A criação de um grupo de estudos voltado para acessibilidade, arte e cultura surda dentro da Pinacoteca do Ceará representou um marco no processo de institucionalização da formação crítica da equipe. Com encontros periódicos, o grupo reunia os TILSPs para debater temas como identidade surda, literatura visual, ética na tradução e práticas museológicas inclusivas. A proposta era consolidar um espaço formativo horizontal, onde o saber acadêmico e a experiência vivida pudessem dialogar.

A vivência e trocas de saberes pressupõem a construção coletiva do conhecimento e o reconhecimento da experiência do outro como fonte de conhecimento. O grupo de estudos se estruturava justamente nesses princípios, permitindo que a formação da equipe não se limitasse ao aspecto técnico da acessibilidade, mas se ampliasse em direção a uma compreensão político-

pedagógica das práticas culturais inclusivas.

Para nossa primeira análise, abordaremos a primeira reunião do grupo de estudos Grupo de Estudos e Prática em Tradução, conforme ilustrado na Figura 26. Esse grupo foi formalmente constituído por TILSPs contratados via CLT, atuantes nos equipamentos culturais geridos pelo Instituto Mirante.

Inicialmente, o objetivo do grupo era apresentar um panorama de questões, possibilidades formativas e estudos para os tradutores e intérpretes de Libras, considerando suas demandas e práticas em cada equipamento. No entanto, a primeira reunião tomou um rumo distinto, sendo marcada por relatos das experiências dos profissionais em cada espaço. Esses relatos proporcionaram uma reflexão coletiva e comparativa sobre as necessidades enfrentadas, revelando que muitas delas eram recorrentes em todos os equipamentos. Entre as principais dificuldades mencionadas estavam a falta de compreensão sobre a atuação do profissional, a carência de recursos tecnológicos, a ausência de um espaço adequado (como uma sala própria para os TILSPs) e uma rotina de trabalho extensa, entre outras questões. Todas essas observações foram registradas pelo supervisor de acessibilidade da época.

O grupo de estudos contou ainda com quatro encontros pré-programados, nos quais seriam definidos temas de estudo, incluindo análises textuais, práticas de tradução e soluções colaborativas para desafios tradutórios (ANEXO B). Contudo, por se tratar de um grupo composto exclusivamente por tradutores e intérpretes, com o apoio de um supervisor com acesso à gestão dos equipamentos, os encontros acabaram direcionando as discussões para a busca de melhorias internas e propostas formativas para o futuro.

Como resultado dessas reuniões, foi elaborado um documento intitulado "Normativa Interna" (ANEXO C), destinado à gestão dos equipamentos culturais. Esse documento, construído coletivamente e com a participação do autor desta pesquisa, visava ser chancelado pelo Instituto Mirante, estabelecendo diretrizes sobre a profissão, suas necessidades e caminhos para a valorização dos profissionais. No entanto, até o momento, não há informações sobre sua aprovação, chancela ou publicação pelos museus e pelo Instituto.

Apesar disso, uma importante conquista atribuída ao grupo de estudos foi a aprovação da redução da carga horária dos TILSPs. Essa mudança foi implementada a partir das demandas apresentadas no grupo e encaminhadas aos superiores do Instituto, sendo posteriormente acatada pelo Departamento Pessoal (DP) e pelo setor de Recursos Humanos (RH) da instituição.

Com a consolidação dessas ações estruturantes, a Pinacoteca do Ceará tem se posici-

Figura 26 – Primeira Reunião do Grupo de Estudos e Prática em Tradução.



Fonte: Pinacoteca do Ceará / Jorge Silvestre.

Descrição da Imagem: A imagem mostra uma reunião presencial acontecendo em uma sala branca e moderna. Ao redor de uma mesa retangular de madeira, sete pessoas estão sentadas, participando ativamente da conversa. No centro da mesa há um notebook aberto e ao lado da mesa um equipamento de som vertical. A sala tem paredes brancas, cadeiras pretas e um ambiente minimalista. No fundo, uma videoconferência está sendo projetada na parede, indicando que outras pessoas também participam da reunião de forma remota. A cena revela um momento de colaboração, diálogo e integração entre participantes presenciais e virtuais, sugerindo um ambiente de trabalho coletivo, possivelmente voltado para gestão, cultura ou educação.

onado como um museu comprometido não apenas com a salvaguarda e exibição de obras de arte, mas com a construção de um espaço sensível à diversidade de experiências e linguagens. Cada tópico revela o engajamento de uma equipe que compreendeu a acessibilidade não como tarefa técnica, mas como ética de convivência, criação e resistência.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta o escopo de atuação dos TILSPs em museus, com ênfase nas práticas desenvolvidas na Pinacoteca do Ceará, analisando sua presença em setores como Educação, Comunicação, Eventos e Gestão Institucional. A pesquisa identificou que a maioria das demandas está relacionada à interpretação intermodal português–Libras, em função do predomínio de profissionais ouvintes e da hegemonia do português nos museus. Foram propostas ações para garantir a equidade linguística, como a criação de materiais bilíngues, fortalecimento da presença surda, institucionalização das práticas tradutórias e valorização das Culturas Surdas.

Como encaminhamento político, o estudo defende a criação de um Comitê Gestor de Política Cultural para Pessoas Surdas no Ceará, além de um Plano Setorial específico que reconheça a Libras como patrimônio cultural e garanta a participação ativa da comunidade surda na formulação de políticas públicas culturais. A conclusão reforça o papel transformador da atuação dos TILSPs na democratização do acesso à arte e à cultura, destacando a urgência de investimentos em formação especializada e políticas públicas estruturadas para garantir os direitos linguísticos da comunidade surda em ambientes museológicos.

5.1 Escopo de Atuação de TILSP no Museu

A partir das narrativas vividas nos museus de artes, apresentadas no capítulo anterior, podemos apresentar e dividir algumas das tarefas realizadas pelos profissionais TILSPs.

Na Pinacoteca do Ceará, muitas das ações realizadas estão diretamente relacionadas aos processos de interpretação. Conforme observado na Figura 27, a interpretação em Libras está conectada a diversos setores do museu, incluindo o setor de Educação, o setor Institucional, o setor de Eventos (Produção) e o setor de Comunicação.

O setor de Educação tem um vínculo estreito com os processos de mediação, palestras e seminários, nos quais TILSPs desempenham um papel essencial, garantindo acesso linguístico aos conteúdos apresentados. Ao contrário da tradução textual previamente elaborada, a interpretação é realizada ao vivo, estabelecendo uma comunicação entre visitantes surdos e ouvintes, especialmente durante visitas mediadas, oficinas e eventos. Isto é, momentos onde há discursos dialógicos ou monológicos acontecendo. Falas espontâneas, discursos passageiros e efêmeros, que acontecem num encontro face-a-face, o que caracteriza o trabalho de interpretação propriamente dito. Os intérpretes, nesses casos, têm a responsabilidade de garantir o entendimento

Figura 27 – Organograma das atuações de Interpretação.



Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição da imagem: o diagrama ilustra os diversos contextos de atuação da interpretação, organizando-os em quatro áreas principais: educação, institucional, eventos e comunicação. A partir dessas áreas, identificam-se tipos específicos de atividades interpretativas, como mediação (vinculada à educação e também a palestras e seminários), reuniões (no âmbito institucional), apresentações artísticas (em eventos) e entrevistas (relacionadas à comunicação). Além disso, palestras e seminários aparecem como atividades transversais, conectando-se tanto à mediação quanto à atuação institucional. O diagrama evidencia a amplitude e a versatilidade do trabalho do intérprete, especialmente no contexto da acessibilidade linguística e cultural.

mento completo da mensagem, preservando o conteúdo original sem comprometer sua clareza para o público surdo. Trata-se de um trabalho que exige habilidade técnica, sensibilidade cultural e adaptação contínua ao contexto comunicativo. A visita com interpretação permite que pessoas surdas vivenciem experiências culturais semelhantes às de ouvintes, ampliando sua participação nos espaços museológicos.

O setor Institucional, por sua vez, envolve o processo de interpretação em reuniões internas e externas que contam com a presença de funcionários surdos. Essa demanda é fundamental para assegurar que esses profissionais tenham pleno acesso a informações institucionais, acordos, direitos e processos internos ou externos relacionados à sua atuação no museu.

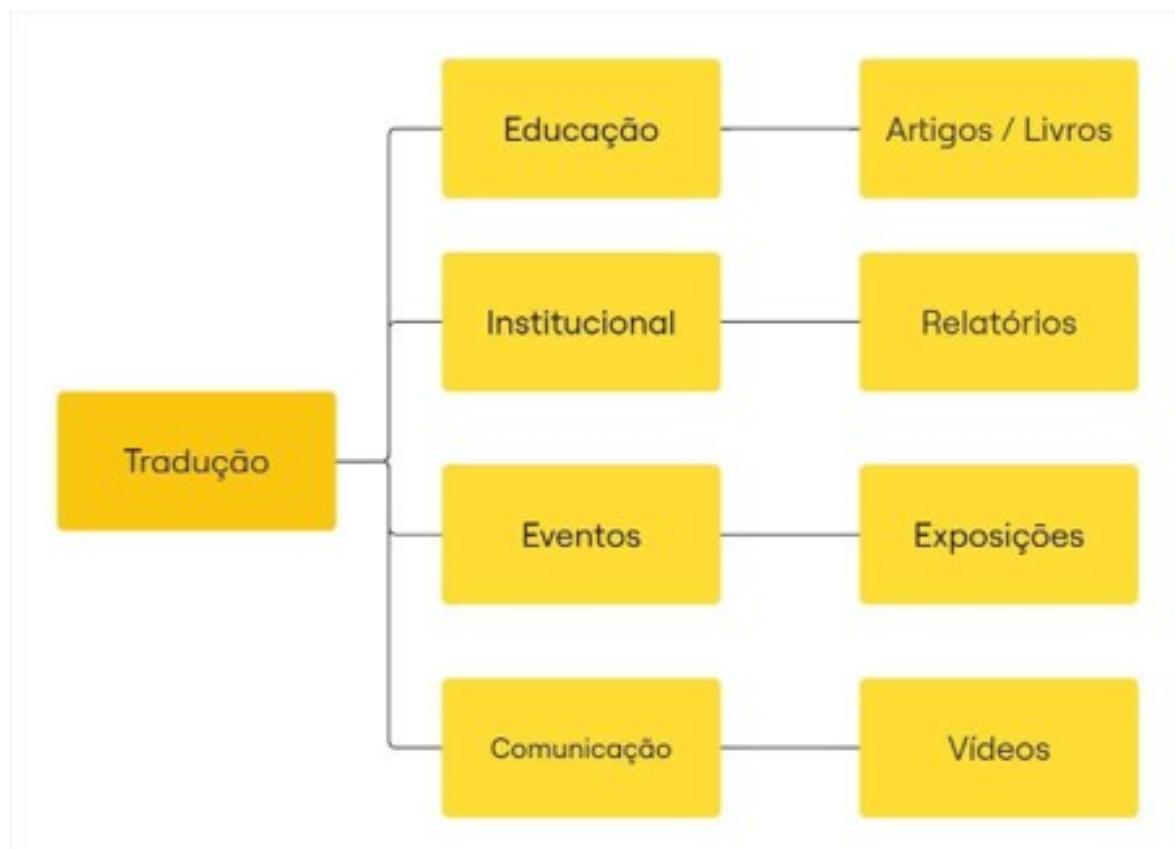
Além disso, os profissionais também atuam em processos de interpretação para apresentações artísticas realizadas no museu. A programação cultural pode incluir uma ampla variedade de eventos, como espetáculos teatrais, performances musicais, saraus e outras

manifestações artísticas.

No campo da Comunicação, a interpretação ocorre em entrevistas concedidas à imprensa, frequentemente realizadas por canais de televisão, agências publicitárias e repórteres que buscam informações sobre a programação e as atividades do museu. Nessas ocasiões, as entrevistas são geralmente conduzidas por um educador surdo ou um agente do museu, sendo interpretadas simultaneamente pelos tradutores e intérpretes da instituição.

Na perspectiva da tradução, observamos que diversas atividades estão associadas aos mesmos setores mencionados anteriormente (Figura).

Figura 28 – Organograma das atuações de tradução.



Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição da imagem: O diagrama apresenta a tradução como uma atividade central que se desdobra em quatro grandes áreas de atuação: educação, institucional, eventos e comunicação. Cada uma dessas áreas está associada a produtos específicos, evidenciando a diversidade de contextos em que a tradução se faz presente. No campo da educação, a tradução está ligada à produção de artigos e livros; no âmbito institucional, à elaboração de relatórios; em eventos, à mediação de exposições; e na comunicação, à tradução de vídeos. Essa organização destaca como a tradução é uma prática transversal, essencial para o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento em diferentes formatos e espaços sociais.

No setor de Educação, há uma necessidade constante de tradução de materiais como livros, artigos, catálogos, resumos, textos curoriais e informativos. Essa adaptação é essencial para garantir que o educador surdo tenha acesso a esses conteúdos em sua própria língua, facilitando sua atuação nos processos de mediação e compreensão das exposições.

No âmbito da tradução institucional, destacam-se práticas como a criação e produção de relatórios internos, que são parte do trabalho cotidiano dos educadores e agentes do museu. Normalmente, esses relatórios — elaborados semanalmente ou mensalmente — detalham as atividades realizadas na atuação no museu. Muitos desses textos são produzidos pelo próprio educador surdo, contando com o auxílio dos TILSPs no processo de tradução ou na revisão ortográfica. Além disso, há a necessidade de tradução e interpretação de e-mails institucionais, que contêm avisos e comunicados internos. Considerando que muitos educadores surdos não possuem fluência no português escrito, a tradução desses textos é essencial para garantir sua plena compreensão e participação nas dinâmicas institucionais.

No setor de Eventos e Produção, a tradução está diretamente relacionada às exposições, que frequentemente contam com textos curoriais, textos de parede, textos de artistas e outros materiais informativos. A tradução desses conteúdos é fundamental para permitir que a comunidade surda compreenda as exposições da mesma forma que o público ouvinte acessa as informações em português. Atualmente, há um esforço para que esses textos sigam uma linguagem simples e acessível, visando ampliar sua compreensão para um público mais amplo, incluindo aqueles com letramento básico em português.

Já no setor de Comunicação, a tradução e interpretação ocorrem em larga escala na produção de vídeos institucionais. Esses vídeos podem ser divididos em diferentes categorias, como videochamadas, vídeo-convites, vídeos institucionais, vídeos-guia e vídeos informativos. Todo esse material, produzido pelo setor de comunicação, demanda tradução e interpretação entre português e Libras, garantindo acesso linguístico e ampla divulgação dos conteúdos para a comunidade surda.

Desenvolvemos uma tabela a partir dos estudos encontrados em (RODRIGUES; SANTOS, 2018), na qual o autor e a autora apresentam alguns quadros representativos. Eles iniciam e criam tabelas pelo Contexto Educacional, passando pelo Contexto da Saúde e finalizando nos Contextos Jurídicos; esses quadros são divididos em tradução intermodal e interpretação intermodal.

O trabalho dos dois autores é direcionado às tarefas de tradução e interpretação

de/para línguas de sinais em contextos de serviços públicos e suas demandas, 2017, e por isso, iremos utilizar como método de análise e criação de um novo quadro, como podemos ver na Tabela 4.

Tabela 4 – Tradução e Interpretação em Museu

Português–Libras	
Tradução Intermodal	Interpretação Intermodal
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sinais do contexto da Arte e Museu; • Vídeos educativos diversos; • Vídeos institucionais; • Produções veiculadas na mídia; • Documentos institucionais (normas, orientações, etc.); • Editais; • Comunicados e informes; • Convites para redes sociais; • Textos curatoriais e textos de parede das exposições; • Revisão de traduções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação com visitantes surdos; • Reunião e formação com equipe; • Interações diversas (avisos, comunicados, intervalos); • Diálogos entre surdos falantes de Libras e ouvintes não fluentes em Libras; • Formulários diversos (de consentimento, de inscrição, etc.); • Reportagens e entrevistas com jornais e canais televisivos; • Apresentações artísticas como performances, contação de história, músicas, poesias etc.; • Palestras, seminários, rodas de conversa; • Intérprete-feed e intérprete espelho.
Libras–Português	
Tradução Intermodal	Interpretação Intermodal
<ul style="list-style-type: none"> • Vídeos institucionais; • Vídeos de comunicação do surdo com equipe; • Sinais-termos em Libras; • Revisão de traduções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação com visitantes ouvintes; • Reunião com equipe; • Formação com a equipe; • Interações diversas (avisos, comunicados, intervalos); • Diálogos entre surdos falantes de Libras e ouvintes não fluentes em Libras.

Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Observamos pela análise do quadro que temos muito mais ações relacionadas ao processo de interpretação intermodal na direção direta português para Libras do que nas outras modalidades e direção. Esse fato ocorre devido a dois pontos que devemos identificar: 1 – O fato de a maior parte dos profissionais inseridos no campo do museu, no caso o museu Pinacoteca do Ceará, serem pessoas ouvintes. Foi identificado que só existia um surdo atuando no museu. 2 – A Língua hegemônica, utilizada pela maioria dos trabalhadores do museu, é o português. Esses

dois fatores nos apresentam que, infelizmente, o museu ainda não traz uma equidade de língua e de pessoas com diversidade linguística. Na qual percebemos o português com maior poder e influência do que a Libras.

Também nos é percebido que a tradução intermodal na direção Libras para o português é a que menos apresenta demandas. Esse fator também pode ser percebido pela falta de material traduzido para Libras. Não encontramos os catálogos, por exemplo, das exposições com tradução para Libras. Tampouco artigos, revistas ou notícias publicadas nos sites da instituição traduzidas. Assim como os informes, documentos e orientações que são importantes para os trabalhadores do museu ou pesquisadores surdos. Atribuindo uma conclusão de que as demandas relacionadas à tradução não são tão exercidas no campo do museu e, sendo a interpretação intermodal na direção português para Libras a mais necessária na rotina do museu, talvez pelo exercício das tarefas. Enquanto a tradução precisa de mais tempo e gravação em algum arquivo digital. A interpretação pode ocorrer de uma forma mais rápida, direta e sem registro.

O tradutor e o intérprete em museus são responsáveis por transpor informações de uma língua para outra, assegurando que os significados sejam mantidos e culturalmente contextualizados. A tradução em museus não se limita à equivalência linguística, mas envolve a adaptação do conteúdo às práticas culturais dos visitantes, exigindo sensibilidade sociocultural e conhecimento museológico.

Com isso, finalizamos a análise da atuação dos TILSPs no contexto dos museus, com um foco especial na Pinacoteca do Ceará e na equipe que atuou durante o período citado (2022-2023). Algumas questões ainda precisam ser aprofundadas e detalhadas, considerando suas construções e necessidades específicas.

5.1.1 O direito à memória e o exercício da democracia – por um comitê gestor de política cultural para surdos do Ceará

Uma das questões trazidas neste trabalho seria propor propostas de melhorias para a atuação dos profissionais inseridos em contexto de museus de forma institucionalizados, porém, ao longo da pesquisa, percebeu-se um ponto importante que seria o do acesso ao direito à memória, ao exercício da democracia e ao direito à cultura das pessoas surdas pelo estado.

Parte-se do princípio de que os direitos linguísticos e o acesso a uma tradução e interpretação digna e efetiva são elementos fundamentais para garantir que outros direitos culturais e sociais sejam contemplados. A partir dessa perspectiva, destacamos duas questões

essenciais para o desenvolvimento dessa proposta: a) A participação de pessoas surdas nos fóruns e conselhos de cultura e, b) A necessidade do reconhecimento das Culturas Surdas como eixo central no desenvolvimento de políticas públicas e culturais no Ceará.

Dessa forma, esse parágrafo irá propor a construção de um Documento de Orientação, que poderá ser apresentado como uma normativa ao Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará. Esse documento servirá como base para a implementação de diretrizes mais acessíveis e representativas para a comunidade surda dentro das políticas culturais do estado.

Atualmente, o Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará possui uma cadeira voltada para a Cultura DEF, que engloba questões relacionadas à deficiência, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência aos bens e serviços culturais, bem como o desenvolvimento de políticas que garantam o acesso pleno, seguro e autônomo.

Desde a implementação da cadeira, as reuniões do conselho têm contado com a presença de TILSP, assegurando os direitos linguísticos, de tradução, interpretação e o acesso às informações durante as sessões. No entanto, não há registros da participação de pessoas surdas como membros ativos em nenhuma das cadeiras do conselho. Esse cenário evidencia um déficit na representatividade da comunidade surda nos espaços de decisão e levanta a necessidade de uma maior articulação para garantir que esse grupo esteja envolvido diretamente na formulação e implementação das políticas culturais do estado.

A ausência de participação ativa de pessoas surdas nos fóruns e conselhos de cultura reforça um problema estrutural: a falta de espaços acessíveis e de incentivos para que essa população possa se engajar nesses debates. Para que haja uma transformação efetiva, é fundamental que sejam criados mecanismos que facilitem essa participação democrática, como campanhas de mobilização, formações específicas e a ampliação da acessibilidade nos processos de consulta e deliberação de políticas culturais.

Por exemplo, a Lei N.º 16.602 de 05 de julho de 2018 (Ceará (Estado), 2018), que institui a Política Estadual Cultura Viva, apresenta diretrizes para o reconhecimento e proteção de grupos sociais historicamente marginalizados. O texto da lei estabelece que:

§ 1º A Política Estadual Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e, prioritariamente, os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de formação, produção, registro, serviços, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento e proteção de seus direitos sociais, culturais, políticos e econômicos ou no caso em que estiver caracterizada a ameaça à sua integridade física e política, bem como à sua identidade cultural. (Ceará (Estado), 2018)

Apesar dessa legislação contemplar diversos grupos sociais, não há um reconhecimento específico das Culturas Surdas como parte desse processo. A ausência de políticas culturais direcionadas à comunidade surda evidencia uma lacuna nas ações afirmativas do estado, especialmente se compararmos com as políticas já existentes para comunidades indígenas, negras, LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente excluídos.

A construção de uma política pública específica para as Culturas Surdas deve ocorrer a partir da criação de um Comitê Gestor de Políticas Culturais das Pessoas Surdas do Ceará. Esse comitê teria o papel de estruturar diretrizes para a preservação, valorização e promoção das culturas surdas dentro do estado, garantindo a participação ativa dessa comunidade em todas as etapas do processo, desde a formulação até a gestão e implementação das políticas culturais.

Na Figura 29, apresentamos um organograma que ilustra os passos e a estrutura deste conselho. Um dos pontos mais relevantes desse modelo é assegurar que pessoas surdas estejam envolvidas ativamente no comitê, contribuindo com sua perspectiva e experiência para a criação de políticas realmente eficazes e representativas.

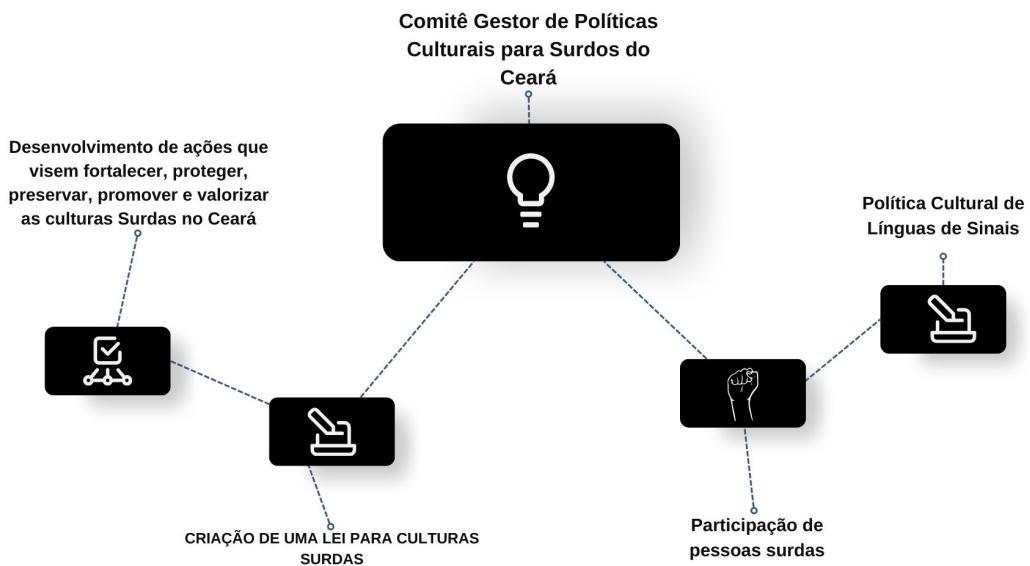
Entre as resoluções desse comitê, destaca-se a proposta de uma Política Cultural de Língua de Sinais, que abrangeira diversas frentes, tais como:

- i. O reconhecimento dos direitos linguísticos das comunidades surdas.
- ii. A criação de programas de estudo e patrimonialização das línguas de sinais utilizadas no estado.
- iii. O desenvolvimento de ações para a valorização e difusão das Culturas Surdas e diferentes expressões artístico-culturais produzidas pelo povo surdo.
- iv. A obrigatoriedade de haver recursos específicos em editais artísticos e culturais para projetos voltados à comunidade surda.

A implementação dessas diretrizes garantiria não apenas o reconhecimento das Culturas Surdas dentro do cenário cultural do Ceará, mas também a ampliação de oportunidades para artistas, educadores e pesquisadores surdos, promovendo uma maior diversidade e representatividade dentro do setor cultural.

A defesa do direito à memória e do exercício da democracia passa necessariamente pelo reconhecimento das diversas expressões culturais e pela garantia de que todos os grupos sociais tenham acesso equitativo aos espaços de decisão e fruição cultural. As Culturas Surdas, como manifestação única e essencial, precisam ser reconhecidas e fortalecidas dentro das políticas culturais do Ceará.

Figura 29 – Fluxograma da organização do Comitê Gestor de Política Cultural dos Surdos do Ceará.



Fonte: Criado pelo autor, 2024.

Descrição da Imagem: A imagem apresenta um diagrama que ilustra a estrutura e os objetivos do Comitê Gestor de Políticas Culturais de/para Surdos do Ceará. No centro, uma caixa preta com o ícone de uma lâmpada representa o comitê como núcleo central de articulação e ideias. A partir dela, ramificam-se quatro eixos interligados. À esquerda, destaca-se o compromisso com o desenvolvimento de ações que fortaleçam, protejam, preservem, promovam e valorizem as culturas surdas no Ceará. Logo abaixo, é apresentada a proposta de criação de uma lei específica para as culturas surdas, simbolizada por um ícone de assinatura. À direita, o diagrama enfatiza a importância da participação direta das pessoas surdas nas decisões e ações, representada por uma mão de punho fechado e erguida. Por fim, destaca-se a construção de uma política cultural voltada para as línguas de sinais, reforçando o reconhecimento e a valorização da Libras como patrimônio cultural. O conjunto visual reforça a centralidade do comitê como articulador de políticas inclusivas e representativas para a comunidade surda no Estado.

A criação de um Comitê Gestor de Políticas Culturais para Pessoas Surdas e a formulação de uma Política Cultural de Língua de Sinais representam passos fundamentais para a construção de um cenário mais participativo e democrático. Mais do que um direito, esse reconhecimento é um compromisso com a diversidade e a equidade dentro do campo cultural, assegurando que a comunidade surda possa não apenas acessar, mas também produzir, gerir e transformar a cultura em nosso estado.

Seguindo como uma das ações possíveis desse comitê e com caráter de urgência para a implementação de uma política cultural e linguística no estado do Ceará, destaca-se a necessidade da criação de um plano setorial específico para as Culturas Surdas – no plural.

Esse plano setorial específico teria o objetivo de fortalecer, proteger, preservar, promover e valorizar as diversas manifestações culturais da comunidade surda, garantindo o reconhecimento formal dessas expressões dentro das políticas públicas do estado. A criação desse documento possibilitaria a estruturação de ações contínuas e efetivas, assegurando o acesso da comunidade surda aos meios de produção e difusão cultural. Dentre as diretrizes que poderiam compor essa política, destacam-se:

- i. Reconhecimento das Culturas Surdas como parte do patrimônio cultural imaterial do Ceará.
- ii. Criação de programas de fomento para artistas e produtores culturais surdos.
- iii. Implementação de ações educativas para a valorização da Libras e das variações linguísticas da comunidade surda.
- iv. Garantia dos direitos linguísticos em eventos culturais e espaços públicos.
- v. Criação de editais e incentivos específicos para projetos culturais liderados por surdos.
- vi. Estabelecimento de parcerias entre instituições culturais, universidades e coletivos surdos para pesquisas e registros sobre a Comunidade Surda e suas manifestações linguísticas, artísticas e culturais.

A criação desse plano representaria um avanço significativo na participação e no reconhecimento da diversidade cultural da comunidade surda no Ceará. Essa proposta se insere dentro de uma estrutura mais ampla de políticas culturais, garantindo que as especificidades das Culturas Surdas sejam respeitadas e promovidas dentro do cenário cultural do estado.

Entendemos que o processo de construção política dentro da Secretaria de Cultura do Ceará ultrapassa os limites de uma política museal ou de uma política institucional voltada apenas para os museus. Ele se insere dentro de um contexto mais amplo, vinculado às diretrizes governamentais, às políticas culturais do Estado e aos planos/leis orçamentárias.

No entanto, isso não significa que os museus não possam desempenhar um papel fundamental na implementação dessa política. Pelo contrário, eles podem atuar como espaços estratégicos para a promoção de uma política estrutural que conte com a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Dessa forma, propõe-se que os museus adotem um microgerenciamento voltado para a acessibilidade e a valorização das Culturas Surdas. Isso pode se dar por meio da construção de uma política linguística interna, que respeite e incentive a presença da Libras e de outras línguas de sinais emergentes ou catalogadas como de status linguístico. Além disso, os museus podem

se tornar agentes ativos na promoção, incentivo e difusão da Cultura Surda, por meio de:

- Criação de exposições que contemplem a história, a identidade e as expressões artísticas da comunidade surda.
- Apoio a pesquisas voltadas para a Cultura Surda e para a documentação das línguas de sinais.
- Realização de atividades e formações para educadores e profissionais do setor cultural sobre acessibilidade linguística.
- Garantia da presença de tradutores e de intérpretes de Libras-português nas programações regulares dos museus.
- Fomento a eventos e rodas de conversa que envolvam artistas, intelectuais e lideranças surdas.

Ao consolidar essas práticas, os museus não apenas cumprem seu papel social e educativo, mas também se tornam protagonistas na construção de uma política cultural mais inclusiva. Dessa forma, a implementação dessas ações em um nível micro pode inspirar e impulsionar políticas públicas mais amplas, fortalecendo a presença das Culturas Surdas dentro da estrutura cultural do Estado do Ceará.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou que as atividades de tradução e interpretação em Libras-português desempenham um papel fundamental na construção de experiências museológicas mais acessíveis e participativas, especialmente em contextos marcados pela diversidade cultural e linguística, como os museus de arte do Ceará.

A partir da análise das práticas tradutórias e interpretativas no Museu de Arte Contemporânea do Ceará e na Pinacoteca do Ceará, foi possível refletir sobre os desafios enfrentados pelos profissionais TILSPs, bem como sobre os avanços e limitações das ações institucionais voltadas à acessibilidade.

Ficou evidente que, embora existam iniciativas pontuais e esforços na garantia do direito linguístico, ainda há uma carência significativa de políticas públicas que reconheçam, regulamentem e promovam de forma contínua a atuação dos TILSPs no campo museológico. Essa ausência impacta diretamente a efetivação desses direitos linguísticos da comunidade surda.

A pesquisa também destacou que a tradução e a interpretação nos museus não se limitam à conversão linguística, mas constituem verdadeiras práticas de tradução e interpretação. O trabalho do TILSP amplia o acesso à arte e à cultura, conectando o conteúdo expositivo às experiências e referências dos visitantes surdos.

A Libras, nesse contexto, afirma-se como uma ferramenta essencial para garantir não apenas o acesso, mas o pertencimento da comunidade surda aos espaços culturais. Sua presença nos museus cearenses fortalece a valorização da diversidade linguística e promove o reconhecimento da surdez como uma diferença cultural e não apenas uma deficiência a ser compensada.

Outro ponto que merece destaque é a atuação dos TILSPs em atividades educativas, visitas mediadas e eventos culturais. Essas ações ampliam a participação da comunidade surda e contribuem para a construção de um ambiente mais acessível, plural e sensível às diferentes formas de comunicação.

Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de formação específica e contínua para os profissionais da área. O domínio da Libras, o conhecimento sobre a cultura surda, a proficiência em técnicas tradutórias e interpretativas e a familiaridade com as dinâmicas museológicas são pilares essenciais para uma atuação qualificada.

Com base nos ETILS, compreendemos que os museus precisam se constituir como espaços de encontros interculturais e interlingüísticos, nos quais a presença dos TILSPs não seja

exceção, mas parte integrante de um compromisso com os princípios de acesso.

Além disso, este estudo dialoga diretamente com os objetivos do POET, ao articular temas como tradução, interpretação, cultura, museus e políticas públicas. Ao dar visibilidade à presença da comunidade surda nos espaços museológicos e às práticas de tradução e interpretação nesses contextos, a pesquisa contribui para a consolidação de abordagens interdisciplinares no campo da tradução. Compreende-se que o programa pode futuramente abordar essa temática em unidades curriculares, seminários, cursos de extensão ou projetos para novas pesquisas.

Cabe reconhecer, contudo, que nem todas as dimensões possíveis da temática puderam ser exploradas neste trabalho. A diversidade de práticas museológicas no Ceará, a atuação de TILSPs em museus de outras tipologias e a escuta mais aprofundada de sujeitos surdos enquanto público ainda permanecem como frentes importantes para investigações futuras.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate sobre a tradução e a interpretação em contextos culturais, incentivando novas pesquisas, políticas e práticas que reafirmem o direito à cultura como direito de todos, em todas as línguas, em todas as formas de expressão.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. **A aventura (auto) biográfica: teoria e empiria.** [S. l.]: Edipucrs, 2004.

ALCORN, B.; HUMPHREY, J. **So you want to be an interpreter:** An introduction to sign language interpreting. Portland: H & H, 2001.

ALVES, S. F.; TELES, V. C. Audiodescrição simultânea: Propostas metodológicas e práticas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 56, n. 2, p. 417–441, May 2017. ISSN 0103-1813. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138647486224481>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BALDRY, A.; THIBAULT, P. J. **Multimodal transcription and text analysis:** A multimodal toolkit and coursebook. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

BHABHA, H. K. **The location of culture.** [S. l.]: Routledge, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Art. 1º e parágrafo único. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

Brasil. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Dispõe sobre o exercício da profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/lei/112319.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Destaca-se o art. 4º, inciso VIII. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm>. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm>. Acesso em: 8 set. 2024.

CEARÁ. Lei nº 13.602, de 28 de junho de 2005. Institui o Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE) e dá outras providências. Fortaleza: SEM, 2005. Fortaleza. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CEARÁ. Decreto nº 28.419, de 30 de agosto de 2006: Regulamenta a Lei nº 13.602/2005, que institui o Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE). Fortaleza: SEM, 2006. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Ceará. Lei nº 16.026, de 1º de junho de 2016. Institui o Plano Estadual de Cultura do Estado do Ceará. Fortaleza: SECULT, 2016. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2018/10/plano-estadual-de-cultura-secult-ce.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CEARÁ. Lei nº 18.012, de 28 de dezembro de 2022. Institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, dispondo sobre o Sistema Estadual da Cultura – SIEC. **Leis Estaduais**, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-18012-2022-ceara-institui-a-lei-organica-da-cultura-do-estado-do-ceara-dispondo-sobre-o-s>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CEARÁ. Lei nº 16.602, de 5 de julho de 2018. Institui a Política Estadual da Cultura Viva no âmbito do Estado do Ceará. 2018. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, 9 jul. 2018. Acesso em: 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/legislacao-do-ceara/leis-ordinarias/lei-n-16602-de-05-07-2018/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Ceará: Estado da Cultura. Fortaleza: Secult/CE, 2022. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2023/03/Ceara-estado-da-Cultura.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DEAN, R. K.; JR, R. Q. P. Application of demand-control theory to sign language interpreting: Implications for stress and interpreter training. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2001.

DILACERDA, L.; BESSA, S.; ROCHA, E. (ed.). **Catálogo da mostra “Bonito pra chover” – Pinacoteca CE**. Fortaleza: Pinacoteca do Ceará, 2024. 336 p. Disponível em: <https://pinacotecadoceara.org.br/tipo-publicacoes/acesse-o-catalogo-da-mostra-bonito-pra-chover/>. Acessado em: 17 jun. 2025.

FERREIRA, V. N.; PEREIRA, I. D. F. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **JMPHC Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750**, v. 5, n. 2, p. 258–261, 2014.

FIGUEIREDO, F. A. d.; FOMIN, C. F. R. Funções do tradutor e intérprete de libras-português em instituições culturais: possibilidades, deslocamentos e parcerias possíveis. In: RIGO, N. S. (ed.). **Textos e Contextos Artísticos e Literários: tradução e interpretação em Libras**. Petrópolis: Arara Azul, 2020. v. 2.

FOMIN, C. F. R.; CASTILHO, L. B. O educador surdo e o tradutor intérprete de libras na mediação cultural: um estudo de caso no museu de arte moderna de são paulo. In: RIGO, N. S. (ed.). **Textos e Contextos Artísticos e Literários: tradução e interpretação em Libras**. Petrópolis: Arara Azul, 2019. v. 1.

IBRAM. Portaria IBRAM nº 3.135, de 20 de setembro de 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-ibram-n-3.135-de-20-de-setembro-de-2024-585909607>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ICOM BRASIL. **Nova definição de museu – ICOM Brasil**. 2022. <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CNAE 2.3 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas**: código 7490-1/01: Serviços de tradução, interpretação e similares. 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 132 p. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/caderno-da-politica-nacional-de-educacao-museal>. Acesso em: 4 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2025–2035**. Brasília, DF: IBRAM, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/ publicacoes/relatorios-e-documentos/plano-nacional-setorial-de-museus-pnsm-2025-a-2035.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO DRAGÃO DO MAR. **Regulamento Pessoal IDM 2024**. 2024. <https://www.idm.org.br/transparencia/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INSTITUTO DRAGÃO DO MAR. **Instituto Dragão do Mar**. 2025. <https://www.idm.org.br/equipamentos/centro-dragao-do-mar-de-arte-e-cultura/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

- INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE. **Regulamento de Pessoal Instituto Mirante de Cultura e Arte**. Fortaleza: Instituto Mirante, 2021. <https://institutomirante.org/wp-content/uploads/2024/12/Regulamento-de-Pessoal-Versao-02-05-2024.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE. **2º Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2022**. Fortaleza: Instituto Mirante, 2024. Disponível em: https://institutomirante.org/wp-content/uploads/2024/12/CG-no01_22-2o-Aditivo.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.
- JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. [S. l.]: Editora Cultrix, 2008.
- JOSSO, M.-C.; NÓVOA, A.; CLÁUDIO, J.; FERREIRA, J. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.
- JUNIOR, J. do N.; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. dos (ed.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: mesa redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília, DF: Ibram/MinC, 2012. v. 1.
- KATAN, D.; TAIBI, M. **Translating cultures**: An introduction for translators, interpreters and mediators. [S. l.]: Routledge, 2021.
- MEDEIROS, J.; CAMARGO, O. Apontamentos sobre a tradução intersemiótica da obra “giacomo joyce” para o teatro em língua brasileira de sinais. **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras. Petrópolis: Arara Azul, 2020. v. 2.
- MERTENS, I.; DECROUPET, S. **Conceptualizing museum translation**: Cultural translation, interlingual processes and other perspectives. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2024.
- MINAYO, M. C. d. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. [S. l.]: SciELO Public Health, 1992. p. 269–269.
- MUNDAY, J.; PINTO, S. R.; BLAKESLEY, J. **Introducing translation studies**: Theories and applications. [S. l.]: Routledge, 2022.
- NAPIER, J.; LEESON, L.; NAPIER, J.; LEESON, L. **Sign language in action**. [S. l.]: Springer, 2016.
- NAPIER, J.; MCKEE, R.; GOSWELL, D. **Sign language interpreting**: Theory and practice in Australia and New Zealand. [S. l.]: The federation press, 2006.
- NEATHER, R. Museums as translation zones. In: BIELSA, Esperança; KAPSASKIS, Dionysios. **The Routledge handbook of translation and globalization**. [S. l.]: Routledge, 2020. p. 306-319.
- NUNES, E. D. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. [S. l.]: SciELO Public Health, 2007.

OLIVEIRA, M. d. **Cultura e inclusão na educação em museus: processos de formação em mediação para educadores surdos.** 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) — Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.103.2015.tde-12112015-165232>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PINACOTECA DO CEARÁ. **No mês do surdo, Pinacoteca realiza conversa sobre “arte, cultura e os direitos linguísticos dos surdos”.** 2023. Acesso em: 5 jul. 2025. Disponível em: <https://pinacotecadoceara.org.br/no-mes-do-surdo-pinacoteca-do-ceara-realiza-conversa-sobre-arte-cultura-e-os-direitos-linguisticos-dos-su>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PÖCHHACKER, F. **Introducing interpreting studies.** [S. l.]: Routledge, 2022.

POUPART, J.; DESLAURIERS, J.-P.; GROULX, L.-H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, Á. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2014. p. 464-464.

QUADROS, R. M. D.; KARNOOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

RIGO, N. S. Reflexões sobre o contexto artístico-cultural de atuação do tradutor-intérprete de língua de sinais. **Revista Guará-Revista de Linguagem e Literatura**, Goiás, v. 8, n. 1, p. 31-41, 2018.

RIGO, N. S. Tradução poética de músicas para língua brasileira de sinais (libras). **Tradução em Revista**, v. 2024, n. 37, 2019.

RIGO, N. S.; TAFFAREL, P. Exigências do contexto artístico-cultural: caminhos para atenuar dificuldades enfrentadas por tradutores e intérpretes de língua de sinais. **Textos e contextos artísticos e literários: tradução e interpretação em Libras**, v. 2, p. 40-67, 2020.

ROBLES, L. Z. **Manual de accesibilidad para museos.** Lima: Museo de Arte de Lima, 2019.

RODRIGUES, C. H. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA (2008-2022), 2010. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2010.

RODRIGUES, C. H. Translation and signed language: highlighting the visual-gestural modality. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, p. 294-319, 2018.

RODRIGUES, C. H.; CHRISTMANN, F. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os etils na pós-graduação em estudos da tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 43, p. e94239, 2023.

RODRIGUES, C. H.; SANTOS, S. A. dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2024, n. 37, 2018.

- SANTANA, N. G. Tradução intersemiótica de música para libras: recursos linguísticos e procedimentos técnicos de tradução possíveis. *In: RIGO, N. S. (ed.). Textos e contextos artísticos e literários: tradução e interpretação em Libras*. Petrópolis: Arara Azul, 2019. v. 1.
- SCHEFFER, J. V. M. Acessibilidade no museu de arte contemporânea do ceará: estratégias através da acessibilidade atitudinal. *In: DOMÍNGUEZ-ARRANZ, A.; RUIZ, A. E.; SANDOVAL, J. G.; LEYTON, D.; MENEZES, T.; SARRAF, V.; TOLOI, V. (ed.). Anais do 6º Congresso Internacional de Educação e Acessibilidade em Museus e Patrimônio: Nada sobre nós sem nós*. São Paulo: IEB/USP, 2018. Acesso em: 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/127/2019/03/Anais-do-6o-Congresso-Internacional-de-Educacao-e-Acessibilidade-em-Museus-e-Patrimonio.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- SCHEFFER, J. V. D. M. Formação de professores em arte educação: uma perspectiva formativa através do museu. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6. 2019, Campina Grande. Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60562>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94582>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- SILVA, C. S. e. **Bebê Dadá**: experiências artísticas multissensoriais em arte contemporânea com bebês e para estar juntinho deles. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, 2024. Acesso em: 17 jun. 2025.
- SILVA, L. G. **A mediação dos educadores surdos nos museus de São Paulo**: para além da tradução de línguas. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: línguas de sinais no papel e no computador. 2005. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5429>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- STURGE, K. **Representing others**: Translation, ethnography and museum. [S. l.]: Routledge, 2014.
- VENUTI, L. **The translator's invisibility**: A history of translation. [S. l.]: Routledge, 2017.
- WEIL, S. **Making museums matter**. [S. l.]: Smithsonian Institution, 2012.
- XAVIER-NETA, C. N.; RUSSO, A. Alice em dois atos: processos de tradução em libras no teatro. RIGO, N. S. (org.). **Textos e contextos artísticos e literários**: tradução e interpretação em Libras. Petrópolis: Arara Azul, 2019. v. 1.

**ANEXO A – PORTARIA PARA CONSTITUIR COMISSÃO EXECUTIVA PARA
COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA MINUTA DO PLANO ESTADUAL DE
ACESSIBILIDADE CULTURAL**

declarar cumprido o estágio probatório, tornando Estável no Serviço Público Estadual, no cargo de Professor, classe Auxiliar, referência A, pertencente ao Grupo Ocupacional Magistério Superior – MAS, ao servidor **EMETÉRIO SILVA DE OLIVEIRA NETO**, matrícula nº 300695.7.9, lotado no Departamento de Direito da Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA, a partir de 16 de janeiro de 2022. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza/CE, 26 de outubro de 2022.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
GOVERNADORA DO ESTADO CEARÁ

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Carlos Décimo de Souza

SECRETÁRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

*** *** ***

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 009/2022**

VALOR POR FONTE: FONTE 70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS: R\$ 3.694.578,00; PROCESSO Nº: 09459650 / 2022 OBJETO: O presente processo de dispensa de licitação emergencial, tem como objeto a **contratação de serviço de administração, preparo e distribuição de refeições** para os restaurantes e refeitórios universitários, localizados nos campis: Pimenta II, sito à Rua Carolino Sucupira, S/N, Pimenta, Crato - CE, CRAJUBAR, situado na Av. Leão Sampaio, 107 - Lagoa Seca, Juazeiro do Norte - CE, 63041-145 e nos REFEITÓRIOS localizados no Centro de Artes - CARTES, situado na Av. Padre Cícero, 1348 - São Miguel, Crato - CE, CEP 63122-330 e Campus SÃO MIGUEL, situado na Av. Teodórico Teles, 645 , São Miguel, Crato - CE, 63100-160 e fornecimento de quentinhas para os alunos do Curso de Turismo que funciona na escola E.E.F. Josefa Alves de Sousa, em Barbalha - CE, por um período de 06 (seis) meses, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no termo de referência em anexo, tendo em vista que a contratação de empresa de fornecimento desse serviço, por licitação na modalidade pregão eletrônico, PE Nº 20200001, viprof nº 00776480/2020, sendo foi objeto de demanda judicial, encontra-se pendente todavia ainda pendente de decisão no âmbito administrativo. **JUSTIFICATIVA:** O presente processo de dispensa de licitação emergencial, tem como objeto a contratação de serviço de administração, preparo e distribuição de refeições para os restaurantes e refeitórios universitários, localizados nos campis: Pimenta II, sito à Rua Carolino Sucupira, S/N, Pimenta, Crato - CE, CRAJUBAR, situado na Av. Leão Sampaio, 107 - Lagoa Seca, Juazeiro do Norte - CE, 63041-145 e nos REFEITÓRIOS localizados no Centro de Artes - CARTES, situado na Av. Padre Cícero, 1348 - São Miguel, Crato - CE, CEP 63122-330 e Campus SÃO MIGUEL, situado na Av. Teodórico Teles, 645 , São Miguel, Crato - CE, 63100-160 e fornecimento de quentinhas para os alunos do Curso de Turismo que funciona na escola E.E.F. Josefa Alves de Sousa, em Barbalha - CE, por um período de 06 (seis) meses, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no termo de referência em anexo, tendo em vista que a contratação de empresa de fornecimento desse serviço, por licitação na modalidade pregão eletrônico, PE Nº 20200001, viprof nº 00776480/2020, sendo foi objeto de demanda judicial, encontra-se pendente todavia ainda pendente de decisão no âmbito administrativo. Importante ressaltar que se encontra em andamento na Central de Licitação da PGE o Pregão nº 20200002, Viprof Proc. Nº00776480/2020, acima referido, em fase de cumprimento de decisão judicial, todavia, sem tempo hábil para conclusão do referido certame sem prejuízo a Administração no que concerne ao serviço de serviço de administração, preparo e distribuição de refeições para os restaurantes e refeitórios universitários da URCA, justificando-se assim o pedido de abertura do procedimento de Dispensa Emergencial, somando-se a isso o fato de que sem a continuidade desses serviços as atividades da URCA irão paralisar, justificando o pedido de abertura do processo de dispensa por emergência, por se tratar de um serviço indispensável para o bom funcionamento das atividades da Universidade Regional do Cariri – URCA. Ressalta-se que o presente procedimento de dispensa licitatória emergencial obedece às mesmas condições do Processo de Pregão acima referido, cuja vigência será no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, cujo Contrato contará com cláusula resolutiva no que pertine a obrigatoriedade da finalização da referida dispensa a partir da finalização do pregão em andamento e contratação da empresa vencedora. O preciso entendimento da situação sob exame requer que se atente para o sistema de contratos administrativos previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 8.666/93. No Ordenamento Jurídico Pátrio, a Carla Magna Federal instituiu em seu art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública deverão ser precedidas, em regra, de licitação. Desse modo, no exercício de sua competência legislativa, a União editou a Lei nº 8.666/93 que dispõe sobre os procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública. O ordenamento jurídico prevê a obrigatoriedade de licitar como sendo inerente a todos os órgãos da Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelos entes federados, direta ou indiretamente. Conforme dispõe a Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, estando em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. No que tange a finalidade do parecer jurídico, em obediência ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações, compete a esta Assessoria Jurídica emitir parecer quanto às minutas de edital e contrato, vejamos: Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão "untados oportunamente: (...) Poderá ser dispensada a licitação para contratação de obras, serviços, equipamentos e outros bens, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei das Licitações, nos casos de manifesta urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas. O dispositivo é incisivo ao indicar que a possibilidade de dispensa nessa situação ocorre caso seja necessário para solucionar a situação emergencial ou calamitosa apresentada. Todavia, em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação. No tocante aos processos licitatórios, observa-se a aplicabilidade e vigência eminentemente da Lei nº 8.666/93, que é a norma que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, Direta e Indireta. No tocante à modalidade pretendida, ressaltam a doutrina e a jurisprudência que a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deve ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. O critério de emergência ou calamidade pública que promove a dispensa de licitação, implica em priorizar e atender, de maneira extraordinária, as necessidades que se apresentam à administração. O intuito é de garantir que a observância obrigatoria aos trâmites inerentes ao procedimento licitatório não frustra o atendimento as necessidades emergenciais ou calamitosas as quais devem ser, de imediato, solvidas pela administração. Desse modo, convém ressaltar-se o disposto nesta modalidade: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos"; Não obstante ao disposto anteriormente, importante se ressaltar que permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes. Assim, a contratação direta nos casos de caracterização de urgências deve ser utilizada pela Administração Pública quando estarem presentes todos os pressupostos constantes do Art. 24, IV da Lei 8666/93. Vale ressaltar que, considerando também, a pandemia do coronavírus (covid-19), reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como diante do que preleciona a Lei nº 13.979/2020 que prescreveu medidas de enfrentamento da referida emergência de saúde pública, percebe-se que a gravidade da situação justifica que haja dispensa em específicos momentos, quando claramente comprovado que a falta se deu em virtude da pandemia. Estando presentes os requisitos para a contratação direta, através de dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV da Lei no 8.666/93, não existindo qualquer impedimento, verifica-se a viabilidade para a referida contratação, não havendo objeção desta Pró-Reitoria de Administração – PROAD, para a contratação. **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.694.578,00 (três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais) **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 31200003.12.364.451.2 0209.01.339039.10000.0 - **FONTE:** CUSTEIO FINALÍSTICO; 31200003.12.364.451.20372.01.339039.10000.0- **FONTE:** MAPP GESTÃO 31200003.12 .364.451.20209.01.339039.27000.1 - **FONTE:** 70 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei no 8.666/93 e suas posteriores alterações. **CONTRATADA:** Empresa **CWM INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA DISPENSA:** Declarada a Dispensa de Licitação pelo Reitor Francisco do O' de Lima Júnior da Universidade Regional do Cariri – URCA **RATIFICAÇÃO:** Ratificada a Dispensa de Licitação pelo Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior da SECITECE, o Senhor Carlos Décimo de Souza.

Francisco do O' de Lima Júnior
ORDENADOR DE DESPESAS

SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA Nº281/2022 - A SECRETÁRIA DA CULTURA, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos II e IV, da Constituição Estadual, considerando a importância de traçar políticas setoriais alinhados com Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, Lei 18.012 de 1 de abril de 2022; e o Plano Estadual da Cultura do Ceará, Lei 16.026 de 1 de junho 2016, resolve: Art. 1º - **Constituir Comissão** Executiva para coordenação e sistematização da minuta do Plano Estadual de Acessibilidade Cultural, com representação diversa da sociedade civil, de outros poderes públicos, do Conselho Estadual de Política Cultura e de técnicos da Secretaria da Cultural do Estado, cuja composição total encontra-se nesta portaria. Art. 2º Compete à Comissão: I - apresentar propostas para a construção, elaboração e redação do Plano, assim como para a organização geral dos trabalhos e publicização do documento



MISTO
Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis
FSC® C126031

final; II - deliberar e gerir as atividades e metodologias relacionadas à elaboração do Plano, sistematizando elementos de diagnóstico situacional da política, a matriz estratégica e a promoção de participação cidadã; III - organizar o conteúdo do Plano, como os princípios, diretrizes, eixos, projetos, objetivos, metas, indicadores e demais itens fundamentais à sua existência; IV - alinhar os trabalhos de elaboração do Plano aos fundamentos da participação cidadã e promover a transversalidade do conteúdo proposto para a política; V - agendar e realizar reuniões gerais para dar andamento aos trabalhos de construção do Plano; VI - Assegurar a finalização do Plano e sua entrega na data determinada, respeitados todos os procedimentos legais determinados. VII - Construir a metodologia participativa de escuta da sociedade para construção das diretrizes que constarão no Plano Setorial, bem como cronograma de trabalho, ficando a seu cargo a sistematização do texto final, na forma de minuta. VIII - Mobilizar os trabalhos e de apresentação de Orientações Gerais que garantam a participação da sociedade no processo de construção do Plano. Art. 3º. A Comissão será formada por uma Coordenação, um grupo técnico e um grupo de assessoria. I - A Coordenação ficará a cargo da Secretaria Executiva da Cultura, do Coordenador da Coordenadoria de Cidadania, Acessibilidade e Diversidade Cultural e da Orientação de Célula da Célula da Acessibilidade Cultural, cabendo a esta última a Coordenação Executiva dos trabalhos; II - O Grupo Técnico será formado por todos os convidados externos à Secretaria da Cultura; III - O grupo de assessoria técnica será formado por servidores e demais trabalhadores vinculados à Secretaria da Cultura. Art. 4º - A minuta deverá, ao final, ser apresentada para validação do Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará, antes ainda, passar por audiência pública conduzida por este colegiado. Art. 5º - Caberá à Secretaria da Cultura a definição da modalidade normativa do texto final. Art. 6º - A Comissão poderá convidar especialistas para auxiliar nos seus trabalhos, sem com isso prescindir da construção e participação do conteúdo geral do documento. Art. 7º - Caberá à Secretaria da Cultura ofertar o apoio técnico para realização dos trabalhos necessários. Art. 8º - Atribui-se à Comissão 6 (seis) meses de trabalho, devendo, ao final do prazo, ser apresentado o resultado dos trabalhos, com a minuta final ou justificativa para continuidade. Art. 9º - Esta portaria entrará em vigor, com efeito retroativo a 01 de Agosto de 2022, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado/DOE. SECRETARIA DA CULTURA, Fortaleza, 25 de outubro de 2022.

Valéria Márcia Pinto Cordeiro
SECRETARIA DA CULTURA, EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO I - A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº281/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Coordenação

NOME	VÍNCULO	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
Valéria Márcia Pinto Cordeiro	Secretaria Executiva da Cultura	SECULT
Caio Anderson Feitosa Carlos	Coordenadoria da Coordenadoria de Cidadania, Acessibilidade e Diversidade Cultural	SECULT
Thamilly Vieira Machado	Orientadora de Célula da Acessibilidade Cultural	SECULT
Lorena Lyse Lima Rodrigues	Coordenadoria da Coordenadoria de Cidadania, Acessibilidade e Diversidade Cultural	SECULT

Grupo de Assessoria

Caio Mendonça Cysne	Analista Técnico I	SECULT
Maria Gorete Oliveira de Sousa	Analista de Gestão Cultural	SECULT

Grupo Técnico

NOME	CPF	INSTITUIÇÃO
João Paulo de Oliveira Lima	Colaborador	IDM
José Vinícius de Melo Scheffer	Colaborador	Mirante
Hugo Frota Magalhães Porto Neto	Promotor de Justiça	Ministério Público
Lucas Sampaio Maia	Assessor	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas e para as Pessoas com Deficiência
Italo Gutierrez Pereira Soares	Representante	CREACE
Francisco Alexandre Dourado Mapurunga	Assessor	Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa
Daina Leyton	Colaboradora	Pesquisadora
Katia Lucy Pinheiro	Representante	Professora Universidade Federal do Ceará
Samuel Chaves da Silva	Representante	Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência
Lara Andrade Lima	Representante	Membro GT de Acessibilidade
Jéssica Bezerra Oliveira Leite	Representante	Conselho Estadual de Políticas Culturais - Conselheira Rede Cultura Viva
Wesley Lyeverton Correia Ribeiro	Representante	Conselho Estadual de Políticas Culturais - Conselheira Literatura
Glicia Gadelha Teixeira	Representante	Conselho Estadual de Políticas Culturais - Conselheira Fotografia
Gislana Maria do Socorro Monte do Vale	Representante	Membro GT de Acessibilidade
Aila Pequeno Holanda Porto	Representante	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas e para as Pessoas com Deficiência

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº086/2021

I - ESPÉCIE: 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA E O CONSÓRCIO CONSTRUTOR, COM A INTERVENIÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.563/0001-68; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes, nº 1820, Bairro São Gerardo, Fortaleza (CE), CEP nº 60.325-901; IV - CONTRATADA: Empresa Líder **CONSTRUTORA ALICERCE LTDA**, com CNPJ Nº 15.844.260/0001-10; V - ENDEREÇO: Av. Santos Dumont, nº 2789, Sala 506, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.150.165; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente TERMO ADITIVO reger-se-á por toda a legislação aplicável, especialmente pelo artigo 65, I, a, da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo nº. 07562993/2022 e Parecer Jurídico nº. 805/2022.; VII- FORO: As partes elegem, de comum acordo, o foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, como o único competente para resolver questões relacionadas a este Termo Aditivo, não resolvidas por meios administrativos, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser; VIII - OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por finalidades a **dilação do prazo** de execução do contrato nº 086/2021, que é de 10 (dez) meses, conforme cláusula quarta, celebrado com a Consórcio Construtor, com interveniência da Superintendência de Obras Públicas - SOP, cujo objeto consiste na construção do novo acesso, portaria, estacionamento e novo galpão da CEASA, no município de Maracanaú- CE, conforme anexo A - planilha de preços básicos e anexo C, especificações técnicas, partes integrantes deste contrato, independente de transcrição, em Regime de Empreitada por Preço Unitário, por mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia 05 de outubro de 2022; IX - VALOR GLOBAL: Este aditivo não trata de valor; X - DA VIGÊNCIA: Este aditivo não trata de prazo; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas e condições do CONTRATO nº. 086/2021 ora aditado, não modificadas, ficam ratificadas e em pleno vigor; XII - DATA: Fortaleza/CE, 20 de outubro de 2022.; XIII - SIGNATÁRIOS: ANA TERESA BARBOSA DE CARVALHO Secretária do Desenvolvimento Agrário; JOÃO DA CRUZ SILVA RIBEIRO Representante legal e FRANCISCO QUINTINO VIEIRA NETO Superintendência de Obras Públicas – SOP.

Jose Erenarco da Silva
COORDENADOR DA ASJUR

*** *** ***

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº003/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº. 003/2022 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA E O MUNICÍPIO DE JUCÁS/CE. O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de sua SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA, com endereço na Av. Bezerra de Menezes, nº. 1820, São Gerardo, Fortaleza, Ceará, CEP nº 60.325-901, inscrita no CNPJ nº. 07.954.563/0001-68, doravante denominada CONCEDENTE, resolve alterar o Convênio nº. 003/2022, conforme Processo nº. 08985413/2022 e pelas cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO E INSTRUMENTO VINCULANTE 1.1. O presente Termo altera o Convênio nº. 003/2022 celebrado entre a SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – SDA E O MUNICÍPIO DE JUCÁS/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.541.279/0001-60, que tem por objeto serviços de 300 (trezentas) horas de trator para preparação de área de agricultores familiares no Município de Jucás/CE, conforme Plano de Trabalho e seus anexos. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO 2.1. Constitui objeto deste termo a **alteração do GESTOR** no SACC referente ao Convênio Nº 003/2022 – SACC Nº 1201650 firmado com o Município de Jucás/CE – CNPJ: 07.541.279/0001-60, atribuindo como GESTOR: ROBERTO VIRGÍNIO E SOUSA, CPF: 061.583.743-34, Matrícula: 300000-2-1. CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO 3.1. Permanecem inalteradas as



**ANEXO B – PROPOSTA FORMATIVA PARA GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICA EM
TRADUÇÃO CULTURAL**

GRUPO DE ESTUDOS E PRÁTICA EM TRADUÇÃO CULTURAL

COORDENAÇÃO: Vinicius Scheffer - Pinacoteca do Ceará

PÚBLICO: Tradutores e intérpretes de Libras dos equipamentos culturais

DURAÇÃO: 02h por encontro // Total de 08h primeiro módulo

APRESENTAÇÃO

Compreendendo o novo espaço que se constrói através da contratação de intérpretes de Libras em equipamento cultural, percebemos que existem desafios e conquistas acerca da atuação do novo profissional da cultura. Dessa forma, o grupo de estudos e práticas com profissionais da tradução e interpretação dos equipamentos culturais geridos pelo Instituto Mirante de Cultura e Arte, como Pinacoteca do Ceará, Estação das Artes, Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS e Centro Cultural do Cariri - CCC, tem por objetivo aproximar institucionalmente esses profissionais e promover um espaço de discussão sobre a atuação na área cultural. Ou seja, tem-se a finalidade de nos conhecermos e conhecer um pouco sobre a atuação de cada equipe de intérpretes que atuam pela Mirante nos diferentes equipamentos, a fim de possibilitar trocas e fomentar uma elaboração educativa realizada coletivamente entre as equipes.

No primeiro encontro faremos a apresentação da equipe de acessibilidade da Pinacoteca do Ceará, do espaço e das atividades que vêm sendo realizadas. Como também conhecermos os intérpretes de libras e o trabalho que eles vêm realizando nos equipamentos citados acima. E inicialmente já elencarmos as necessidades e interesses de formações, os desafios encontrados em relação às condições de trabalho e a prática tradutória e ações que vem resultando positivamente.

A organização do grupo de estudo será no formato de laboratório de tradução e interpretação voltada ao público interno de tradutores/intérpretes de libras. O laboratório consiste em espaço de estudo e discussões sobre os desafios do trabalho de tradução e construção de possibilidades de lidar com estes desafios, com o estudo prático de textos, de terminologias, de estratégias de tradução e principalmente, como espaço de acolhimento e trocas.

Propomos encontros mensais, a serem realizados em Fortaleza-Ce de forma presencial em um dos equipamentos da Mirante, como a Pinacoteca do Ceará, Estação das Artes e MIS e de forma remota para o equipamento do Centro Cultural do Cariri - CCC. Sugerindo que aconteça mensalmente na última semana do mês.

PINACOTECA DO CEARÁ

Rua 24 de maio, Praça da Estação, s/n, Centro, Fortaleza-CE
 contato@pinacotecadoceara.org.br www.pinacotecadoceara.org.br

ENCONTROS / CRONOGRAMA

Primeiro Encontro - Organização do Grupo e Próximos encontros

Dia: 23 de maio
Horário: 10h
Local: Pinacoteca do Ceará
Mediador: Vinicius Scheffer

Segundo Encontro - Tema escolhido pela equipe

Dia: 28 de junho
Horário: 10h
Local:
Mediador:

Terceiro Encontro - Tema escolhido pela equipe

Dia: 26 de julho
Horário: 10h
Local:
Mediador:

Quarto Encontro - Tema escolhido pela equipe

Dia: 30 de agosto
Horário: 10h
Local: Centro Cultural do Cariri
Mediador:

RECURSOS DIDÁTICOS

- Computador
- Internet
- Espaço para o encontro nos equipamentos
- Google Classroom - Veiculação de materiais e informes
- Google Meet - Suporte para os encontros síncronos

AVALIAÇÃO

- Instrumento de avaliação e relatório
- Certificado de 08h ao fim de um módulo de encontro para frequência acima de 75%

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Festival de Folclore Surdo: o filme. Disponível em: <https://vimeo.com/198998948>
- ALBRES, Neiva de. Os espaços da Libras em contextos artístico-culturais e literários e a formação de tradutores e intérpretes de Libras-português. Revista Linguagem & Ensino, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/18467>

PINACOTECA DO CEARÁ

Rua 24 de maio, Praça da Estação, s/n, Centro, Fortaleza-CE
 contato@pinacotecadoceara.org.br www.pinacotecadoceara.org.br



- Arte e acesso | Renata Rezende - Disponível em: <https://youtu.be/8KPLqRa1oTg>

PINACOTECA DO CEARÁ

Rua 24 de maio, Praça da Estação, s/n, Centro, Fortaleza-CE
 contato@pinacotecadoceara.org.br www.pinacotecadoceara.org.br



ANEXO C – NORMA TÉCNICA N° 001/2023



NORMA TÉCNICA N.º 001/2023

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

**FORTALEZA – CEARÁ
NOVEMBRO/2023**



SECRETARIA DA CULTURA



Este documento tem como objetivo estruturar a atuação dos Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP), com o intuito de estabelecer e descrever as atividades e serviços prestados pelos TILSP culturais atuantes nos equipamentos de cultura da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará geridos pelo Instituto Mirante de Arte e Cultura para a promoção da acessibilidade e inclusão cultural, com foco nas pessoas com surdez, possibilitando a esse público acesso à toda programação cultural do equipamento e institui o Grupo de Estudos e Práticas em Tradução Cultural.

1. Apresentação

Do que se trata o profissional Tradutor e Intérprete de Libras/Português (TILSP)?

De acordo com a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, o profissional Tradutor e Intérprete de Libras/Português é aquele que traduz e/ou interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.

O que é interpretação ?

A Febrapils explica que se trata de uma atividade de versar um texto/ discurso, de uma língua para outra de maneira instantânea, (de forma simultânea, intermitente ou consecutiva), é, portanto, uma atividade efêmera.

O que é tradução?

Ainda de acordo com a Febrapils, tradução é a atividade de estudo de um texto publicado (escrito, em áudio, ou em vídeo) para torná-lo acessível por meio de uma publicação em outra língua.



2. Orientações gerais

Para todas as atividades dos equipamentos culturais que necessitem de acessibilidade em Libras, recomenda-se passar pelo setor de acessibilidade, quando houver, para que se construa espaços mais acessíveis.

Em caso de visitação espontânea, a recepção aciona o intérprete que, então, vai ao encontro do visitante surdo com o intuito de facilitar a comunicação nos espaços expositivos. Para as demais atividades, faz-se necessário agendamento prévio e o envio de materiais com tempo hábil para a familiarização com o tema abordado; a pesquisa de referenciais dos conteúdos traduzidos/interpretados e a busca de melhores estratégias de tradução adequadas à linguagem de cada texto. Para que o trabalho ocorra com qualidade, é imprescindível que os TILSP contem com a estrutura de apoio e equipamentos adequados para cada modalidade de interpretação/tradução.

3. Atuação do Tradutor e Intérprete de Libras no contexto Cultural e Artístico

São atividades pertinentes aos TILSP que atuam nos equipamentos do Instituto Mirante de Cultura e Arte:

- Acompanhar visitantes surdos espontâneos (verificar disponibilidade);
- Acompanhar grupos agendados que tenham pessoas surdas juntamente com os mediadores responsáveis;
- Interpretação em eventos públicos em geral;
- Tradução de materiais audiovisuais;
- Interpretações em reuniões;
- Contribuir para a promoção da acessibilidade linguística da população surda;
- Contribuir para o desenvolvimento profissional da categoria de intérpretes de Libras do contexto artístico-cultural;

Para que o trabalho ocorra com qualidade, é imprescindível que os TILSP contem com a estrutura de apoio e equipamentos adequados para cada modalidade de interpretação/tradução.

3.1 Interpretação em Libras-Português

As atividades de Interpretação simultânea deverão ser solicitadas com, **no mínimo, 1 (uma) semana de antecedência**, por e-mail ou através da Agenda Institucional contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Data e horário;
- Temática;
- Local do evento;
- Release e roteiro;
- Informações sobre os palestrantes;
- Materiais audiovisuais que serão utilizados no evento;
- Materiais diversos que serão projetados no evento;
- Duração;
- Formato (híbrido/remoto/presencial);

Necessidades dos TILS para cada tipo de evento:

Atividade	Equipamentos/Estrutura/Necessidades
Interpretação cênica/teatral até 2 horas	<ul style="list-style-type: none">- 2 (dois) Intérpretes do Mirante- Iluminação;- Fone de retorno de palco;- Posicionamento de palco;- Retorno de vídeo.
Interpretação cênica/teatral de mais 2 horas	<ul style="list-style-type: none">- 2 (dois) Intérpretes do Mirante- Iluminação;- Fone de retorno de palco;- Posicionamento de palco;- Retorno de vídeo;- Espaço reservado em frente ao palco para posicionamento do intérprete de apoio.
Interpretação em shows com duração de até 2 horas	<ul style="list-style-type: none">- 2 (dois) Intérpretes do Mirante- Iluminação;- Fone de retorno de palco;- Posicionamento de palco;- Espaço reservado em frente ao palco para posicionamento do intérprete de apoio.



Interpretação em shows com duração de mais de 2 horas	<ul style="list-style-type: none"> - 2 (dois) Intérpretes do Mirante - Contratação de intérprete extra (TR); - Iluminação; - Fone de retorno de palco; - Posicionamento de palco; - Espaço reservado em frente ao palco para posicionamento dos intérpretes de apoio (cadeiras).
Interpretação em eventos como palestras, conferências e seminários.	<ul style="list-style-type: none"> - Iluminação; - Posicionamento de palco (cadeira); - Espaço reservado em frente ao palco para posicionamento do intérprete de apoio (cadeira); - Contratação extra para cada turno de trabalho (dupla); - Retorno de vídeo.
Interpretação em eventos com duração acima de 6 horas	<ul style="list-style-type: none"> - Iluminação; - Posicionamento de palco (cadeira); - Contratação de intérprete extra (RT); - Espaço reservado em frente ao palco para posicionamento dos intérpretes de apoio (cadeiras).
Reuniões de até 1 horas de duração	<ul style="list-style-type: none"> - Pautas com antecedência - Falar pausadamente - Iniciar reunião com apresentação e autodescrição.
Interpretação de mediações educativas em Museus até 2 horas	<ul style="list-style-type: none"> - Momento em que o mediador irá explicar resumidamente como será a mediação; - Material enviado pelo mediador contendo o planejamento e descrição das atividades e obras abordadas com antecedência de no mínimo 03 dias.

- Para eventos com duração de 4 horas ou mais, há necessidade de pelo menos um intervalo de 30 minutos. Sugestão de haver um intervalo de 30 minutos a cada 2 horas de evento.

A. Materiais Audiovisuais





Ao enviar materiais audiovisuais de estudo é importante a legenda, para ser de fácil compreensão sobre o que o áudio emite, já que existe vídeo com ruído, falhas de sons ou palavras com difícil compreensão.

Acrescentando que os materiais audiovisuais, tanto os utilizados nas exposições como os apresentados durante os eventos devem conter Legenda Descritiva. A Legenda Descritiva contempla não somente as pessoas surdas como também as pessoas ensurdecidadas, com deficiência auditiva, que não fazem uso da língua de sinais.

Respeitando a Instrução Normativa nº 145/2018 - A Legenda Descritiva é também chamada Legenda para surdos e ensurdecidados, e se refere a utilização da legendagem acrescida de informações como efeitos sonoros, música, sons do ambiente, silêncios significativos e aspectos paralinguísticos do discurso perceptíveis pela entonação ou pela emissão de sons não verbais – como choro ou riso –, bem como adicionada a identificação dos falantes.

B. Músicas

As músicas utilizadas durante os eventos que não forem repassadas com a devida antecedência necessária para a tradução textual não serão interpretadas.

As músicas em línguas estrangeiras e músicas remixadas não serão interpretadas para Libras, por não se tratarem do par linguístico Libras-Português.

As músicas autorais deverão ser encaminhadas para tradução com, **no mínimo, 2 (duas) semanas** de antecedência.

3.2 Tradução em Libras-Português

Todos os materiais audiovisuais a serem produzidos em Libras devem passar pelas etapas de: tradução, gravação, edição e revisão, respectivamente. Portanto, torna-se necessário que as solicitações de Tradução para Libras, como stories, reels, feeds de redes sociais, janelas de Libras, vídeos em Libras etc, sejam enviadas por email para os profissionais envolvidos conforme especificações abaixo:

- Traduções em Libras de vídeos de até 05 min.: 01 semana de antecedência
- Traduções em Libras de vídeos com tempo de 06 a 10 min.: 02 semanas de antecedência
- Traduções em Libras de vídeos com mais de 10 min.: 03 semanas de antecedência





4. Tradutor-intérprete surdo

O termo "tradutor surdo" é usado para destacar que a pessoa que desempenha essa função é surda e, portanto, tem conhecimento e experiência da cultura e das experiências da comunidade surda, o que pode ser fundamental para uma tradução e interpretação mais precisa e culturalmente sensível.

São atribuições comuns do tradutor surdo:

- Auxiliar dando feedback a equipe de TILSP em todas as demandas (eventos, espetáculos, palestras etc);
- Converter informações faladas em língua de sinais, tornando-as acessíveis para a pessoa surda;
- O tradutor Intérprete surdo pode ser uma ponte de comunicação entre uma pessoa surda não sinalizante e aqueles que compreendem a língua de sinais.

5. Espaço e equipamentos de trabalho

5.1 Materiais

Sala/estúdio de gravação para cada equipamento: Centro Cultural do Cariri, Estação das Artes, MIS (Museu da imagem e do som) e Pinacoteca do Ceará.

A gravação dos vídeos de Libras deve ser realizada em estúdio adequado que dispõe dos seguintes materiais e equipamentos:

- 01 (uma) câmera;
- 01 (um) tripé para câmera;
- 02 (dois) softboxes;
- 01 (um) fundo chromakey;
- 01 (um) tripé para o chromakey.

5.2 Espaços Intra-equipamentos

Os equipamentos que contam com equipes de interpretação são: Estação das Artes, Museu da Imagem e do Som e Pinacoteca do Ceará. Os outros cinco equipamentos sob gerência do Instituto Mirante podem solicitar os profissionais intérpretes supracitados, porém deve-se seguir um protocolo de empréstimo:

Antecedência de no mínimo 15 dias, atendendo as solicitações do ponto **3.1**, levando em consideração que cada equipamento tem suas especificidades técnicas, e logísticas o que exige mais tempo de estudo e preparo para o atendimento da demanda.



Também é importante que o solicitante do empréstimo acompanhe os TILSP prestando informações básicas, por exemplo, localização de banheiros, copa e onde é possível pegar água.

Entendendo que além de meio de acessibilidade, o TILSP também é funcionário do Instituto Mirante, as equipes de intérpretes também devem receber orientações e formações assim como qualquer outro funcionário, não podendo absorver os conteúdos abordados no Ciclo, tendo em vista que no momento da interpretação em Libras, o intérprete está concentrado em melhor passar a informação para o público-alvo.

A sugestão é que em eventos que envolvam formação ou lazer dos funcionários, as equipes de intérpretes também tenham direito de usufruir tanto quanto os outros funcionários.

6. Relações intra e institucionais a nível mirante.

Relações interinstitucionais:

- Encontros quinzenais com a equipe de acessibilidade do equipamento;
- Disponibilizar estudos semanais de acordo com a programação prevista;
- Manter a equipe de TILSP ciente de programações e eventos que serão realizados;
- Formação interna em parceria com instituições de surdos locais.

Relações dos equipamentos culturais do mirantes:

- Reuniões dos TILSP dos equipamentos mirante a cada 1 mês com data a ser definida;

7. Formações continuadas:

Participar de formações permite que os profissionais se mantenham atualizados em suas áreas de atuação. É importante também promover essas oportunidades dentro dos equipamentos pois não apenas investem em seu próprio aprimoramento, mas também enriquecem o ambiente de trabalho de maneiras inestimáveis.

Compreender novas metodologias, tecnologias e melhores práticas não só aperfeiçoa as habilidades individuais, mas também aumenta a eficiência e a produtividade da equipe como um todo. A troca de experiências pode expandir redes profissionais, criando um ambiente propício para a colaboração e o compartilhamento de conhecimento.

A formação continuada envolve:

- Convidar pessoas surdas para realizar as ações dentro dos equipamentos



- como: palestras, atividades artísticas, oficinas, mediações dentre outras;
- Formação continuada em cursos para o desenvolvimento profissional;
 - Participar das ações de outros equipamentos culturais.

8. Estágio Supervisionado

Os Tradutores e Intérpretes de Libras-Português (TILSP) do Instituto Mirante de Cultura e Arte poderão contar com parcerias de instituições de ensino que tenham o curso técnico ou superior em Tradução e Interpretação de Libras para para o estágio obrigatório, onde o estagiário é supervisionado e pode não ter remuneração, e o estágio não obrigatório, opcional, podendo ser sem ou com remuneração (o que é considerado estágio remunerado) nesta área dentro dos equipamentos culturais. A exemplo:

Instituição de ensino: Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Joaquim Nogueira.

Detalhamento: No segundo semestre de todo ano, os estudantes do curso técnico em Tradução e Interpretação de Libras necessitam cumprir carga horária de estágio obrigatória no turno da tarde. O Instituto Mirante de Cultura e Arte atuaria no oferecimento de um campo de estágio para esses estudantes.

Remuneração: Será feito pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC).

9. Alteração de carga horária.

No dia 25 de outubro de 2023, foi sancionada a Lei nº 14.704, que altera a Lei nº 12.319/2010, regulamentando a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A nova lei dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho desses profissionais.

De acordo com a nova lei é estabelecido que a atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Língua Portuguesa pode ser realizada em qualquer área ou situação em que pessoas surdas ou surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.

A nova lei também estabelece condições para o exercício profissional da atividade de tradutor, guia-intérprete e intérprete da Língua Brasileira de Sinais para redução de carga horária de 44(quarenta e quatro) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais ou divididas 6 (seis) horas diárias, garantindo a integridade da saúde física e mental do profissional na atuação diária laboral, e que segue as propostas criadas pela Federação

Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils.

Portanto, por meio deste documento é solicitada a alteração da carga horária para estar de acordo com a legislação vigente.

10. Da validade deste documento

Este documento tem validade de um ano a partir da data de assinatura, devendo ser reavaliado ao final de seu prazo de vencimento para possível reestruturação.

11. Referências Bibliográficas.

BRASIL. Decreto nº 5626. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005

BRASIL. Lei nº 10.436. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 12.319. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2010.

BRASIL. Lei 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015.

BRASIL. Lei 14.704. **Altera a Lei Nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).** Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS (Fortaleza - Ce) (org.). **CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA.** 2014. Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Codigo-de-Conduta-e-Etica.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROFISSIONAIS TRADUTORES E INTÉRPRETES E GUIA-INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS (org.). **Guia de Contratação de Serviços TILS.** Disponível em: <https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Guia-de-Contratacao-de-Servicos-TILS.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.



ANEXO D – REGULAMENTO PESSOAL DO INSTITUTO DRAGÃO DO MAR
(REVISÃO 2024)



REGULAMENTO DE

PESSOAL



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS	4
CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	7
Seção I Regras gerais	7
Seção II Seleções Advindas de Contrato de Gestão	8
Seção III Seleções com processo simplificado	8
CAPÍTULO 4 - ADMISSÃO E RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	9
Seção I Contratação da pessoa candidata	9
Seção II Encerramento do Contrato de Trabalho	10
CAPÍTULO 5 - DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO CORPO COLABORATIVO	10
CAPÍTULO 6 - GESTÃO DA JORNADA DE TRABALHO	11
Seção I Horário e duração do trabalho	11
Seção II Registro e Gestão da frequência	11
Seção III Férias	11
CAPÍTULO 7 - BENEFÍCIOS	12
Seção I Benefícios para todo o Corpo Colaborativo	12
Seção II Licença maternidade e paternidade	12
CAPÍTULO 8 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	12
CAPÍTULO 9 - VIAGEM A SERVIÇO	13
Seção I Autorização de viagem	13
Seção II Utilização de Transporte próprio ou alugado para viagens	13
Seção III Da concessão de diárias	13
Seção IV Da concessão de hospedagem e passagens aéreas e/ou terrestres	14
Seção V Prestação de contas	14
CAPÍTULO 10 - CONDUTAS E DEVERES	14
CAPÍTULO 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS	16



APRESENTAÇÃO

1. O Regulamento de Pessoal constitui, observados os preceitos legais que disciplinam as relações de trabalho, o conjunto de normas de gestão de pessoas do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR, referentes à:
 - **Estrutura Organizacional:** Grupos e estrutura de cargos.
 - **Política de Pessoal:** Admissão e Rescisão de Contrato de Trabalho; Gestão da Jornada de Trabalho; Benefícios; Viagem a Serviço
 - **Política de Desenvolvimento Humano:** Processo de Recrutamento e Seleção; Desenvolvimento e Capacitação do Corpo Colaborativo; Segurança e medicina do Trabalho; Condutas e deveres.
2. O regime de trabalho dos funcionários do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
3. O INSTITUTO DRAGÃO DO MAR observará, na execução das disposições deste Regulamento, os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da eficiência, da transparência, da isonomia e da publicidade.



CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS

1. A política de Gestão de Pessoas do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR é pautada no respeito e na valorização de seu corpo colaborativo, para assegurar uma cultura organizacional que reflete os valores e princípios éticos adotados pelo Instituto.
2. Para tanto, o INSTITUTO DRAGÃO DO MAR deve:
 - a) Prezar pela qualificação de seu corpo colaborativo, de modo a garantir o alcance dos objetivos institucionais e a boa execução de suas atividades, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural através da gestão de experiências de formação e fruição cultural.
 - b) Desenvolver as lideranças para que possam construir um relacionamento com suas equipes pautado no diálogo, na participação, na colaboração, no respeito mútuo e no profissionalismo.
 - c) Promover a integração e a cultura de rede entre as equipes e unidades administrativas do IDM, reconhecendo, valorizando e reverberando a pluralidade de conhecimentos e a diversidade de pessoas que constituem o Instituto.
 - d) Fomentar um ambiente favorável para que seus colaboradores apresentem ideias criativas e inovadoras que sejam valorizadas e contribuam para o melhor desempenho das atividades executadas no Instituto.
 - e) Garantir o cumprimento de todos os direitos e deveres do trabalhador assegurados pelas legislações aplicáveis e normas internas do IDM, construindo um ambiente de relações profissionais saudáveis, éticas e transparentes.
 - f) Promover em seu corpo colaborativo uma cultura sólida de diversidade e respeito às diferenças étnicas, raciais, religiosas, sociais, culturais, políticas, estéticas, etárias, física, mental, de gênero, de orientação sexual e outras, promovendo o tratamento igualitário a todas e todos e atuando na promoção da inclusão, equidade e combate à discriminação.
 - g) Atuar em consonância com os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.



CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. A Estrutura Organizacional do Instituto é formada por uma rede integrada composta pelas áreas administrativas e operacionais da sede que interagem com as suas unidades administrativas (equipamentos e projetos geridos pelo IDM).
2. A estrutura organizacional do Instituto Dragão do Mar - IDM é composta por grupos de cargos e carreiras que se integram em diferentes níveis hierárquicos para definir com clareza as atribuições e responsabilidades de seu quadro de pessoal.
3. A Estrutura de Cargos do IDM é composta por cinco **grupos**, organizados da seguinte forma:
 - 3.1. **Administrativo:** composto por diferentes cargos das áreas administrativas responsáveis pela condução dos processos de suporte.
 - 3.2. **Operacional:** cargos que atuam nas atividades finalísticas dos equipamentos, programas e projetos executados pelo IDM.
 - 3.3. **Assessoramento:** cargos de apoio à gestão ou de alto nível de especialização técnica.
 - 3.4. **Gestão Tática:** formada por Gerentes e Coordenadores.
 - 3.5. **Gestão Estratégica:** integram a alta gestão do IDM os cargos de presidente, diretor, superintendente e gerente executivo.
4. A Estrutura de Cargos do IDM se organiza nos seguintes níveis hierárquicos: Diretor Presidente; Diretor; Superintendente; Gerente Executivo; Assessor; Gerente; Coordenador; Supervisor; Analista; Técnico; Assistente; e Auxiliar.
5. No exercício de suas atividades e programas, o IDM desenvolve as seguintes áreas de carreira:

CARREIRAS	ÁREAS	FOCO DE ATUAÇÃO
ESTRATÉGIA E GESTÃO	GESTÃO ESTRATÉGICA	Diretoria, gestão dos equipamentos e assessorias de gestão
	COMUNICAÇÃO E MARKETING	Comunicação, Marketing, captação e mobilização de recursos
	INOVAÇÃO E TI	Inovação e Tecnologias da Informação



CARREIRAS	ÁREAS	FOCO DE ATUAÇÃO
ADMINISTRATIVO	MONITORAMENTO E CONTROLE	Processos de prestação de contas física e financeira de contratos de gestão e projetos captados. Monitoramento e Execução Financeira.
	ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	Processos Administrativos, de Compras, Contratos, Financeiro, Tesouraria, Contábil e Controle Interno.
	SEGURANÇA E INFRAESTRUTURA	Saúde e Segurança do Trabalho, Infraestrutura, Manutenção e Conservação.
	GESTÃO DE PESSOAS	Desenvolvimento Humano e Departamento Pessoal
ARTICULAÇÃO E CIDADANIA	ARTICULAÇÃO	Articulação institucional, gestão de parcerias, articulação da rede, comitês e GTs.
	CIDADANIA CULTURAL	Articulação territorial, promoção de direitos, políticas afirmativas, ações culturais de caráter social e inclusivas.
AÇÃO CULTURAL	AÇÃO CULTURAL	Planejamento e execução de ações finalísticas de fruição cultural, ambiental e esportiva. Concepção das linhas programáticas, projetos e ações.
	PRODUÇÃO	Produção de atividades finalísticas, da pré à pós-produção.
	ÁREAS TÉCNICAS	Especialidades das áreas técnicas na produção cultural, nas áreas de teatro, palco, som, luz, etc.
FORMAÇÃO	ESCOLAS	Coordenações de Formação e cargos específicos da área pedagógica e nas áreas de conhecimento, ligados aos cursos livres, técnicos e profissionalizantes.
	AÇÃO EDUCATIVA	Atuação em núcleos educativos, visitas mediadas, acompanhamento de grupos e ações formativas de curta duração, como oficinas e vivências.

CARREIRAS	ÁREAS	FOCO DE ATUAÇÃO
OPERAÇÃO	OPERAÇÃO	Atividades relacionadas ao funcionamento do equipamento e atendimento ao público, como bilheteria, recepção, etc.
ÁREAS ESPECÍFICAS	ACERVO E PATRIMÔNIO	Funções especializadas em Bibliotecas, Museus, Conservação e Restauro, Gerenciamento de Acervos
	CINEMA E AUDIOVISUAL	Funções especializadas em cinemas, planetário e núcleos de produção audiovisual.
	ESPORTE	Funções especializadas na área esportiva
	GASTRONOMIA	Funções especializadas na de gastronomia social e cultura alimentar
	MEIO AMBIENTE	Funções especializadas na área ambiental.

CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Seção I Regras gerais

1. A contratação de pessoal estará condicionada à disponibilidade de vagas, atendendo aos limites orçamentários definidos pelo Conselho de Administração do IDM, no plano de trabalho dos contratos de gestão e na legislação que rege as organizações sociais.
2. O IDM acredita fortemente na importância de reverberar a diversidade e inclusão em seu corpo colaborativo e trabalha com o compromisso de realizar processos seletivos que visam identificar a aderência da pessoa candidata à cultura do Instituto, bem como as competências técnicas e comportamentais necessárias para assumir a vaga.
3. A condução do processo de seleção do IDM compete à área de Gestão de Pessoas em parceria com as lideranças visando uma avaliação sistêmica das competências técnicas e comportamentais da pessoa candidata.
4. O processo de recrutamento e seleção do IDM pode ocorrer através de recrutamento externo e/ou interno. Fica a critério da área de gestão de pessoas escolher a modalidade, de acordo com a estratégia a ser adotada



para melhor atender a necessidade da área solicitante e as especificidades da vaga a ser preenchida.

- 4.1. Entende-se por recrutamento externo a busca de pessoas no mercado de trabalho para compor o processo seletivo das vagas do instituto.
- 4.2. Entende-se por recrutamento interno a busca de pessoas no corpo colaborativo do IDM. Essa modalidade tem como premissa o compromisso de valorizar e reconhecer seu corpo colaborativo promovendo espaço para o desenvolvimento e ascensão profissional.
5. Prezando pela transparência, clareza e profissionalismo do processo de seleção, o IDM estruturou duas formas de realização do seu processo de recrutamento e seleção, de acordo com as fontes orçamentárias que lhe custeiam, a saber: a) admissões advindas de contrato de gestão; b) outros tipos de admissões, oriundas de recursos próprios ou recursos públicos de outra origem.
6. Quando o cargo for financiado por recursos públicos, a admissão deverá seguir os padrões definidos na legislação pertinente. No caso da legislação não prever procedimento próprio, aplica-se o processo de recrutamento e seleção simplificado previsto neste Regulamento.

Seção II Seleções Advindas de Contrato de Gestão

7. Em se tratando de processo de seleção a ser custeado com recursos provenientes de Contratos de Gestão firmados pelo IDM com o Poder Público, o processo seletivo se dará mediante Edital, contendo requisitos, a formação necessária e demais critérios, de acordo com as atribuições de cada cargo.
8. Reitera-se que essas contratações devem respeitar as vagas previstas no contrato de gestão, sendo responsabilidade da área de Gestão de Pessoas e alta gestão do Instituto (gestão estratégica) zelar por essa adequação. O edital deverá ser autorizado pelo Secretário de Estado ou autoridade competente do órgão contratante, e publicado, no mínimo, na rede mundial de computadores.

Seção III Seleções com processo simplificado

9. As admissões para os cargos provenientes de recursos próprios do IDM e aquelas que não possuam regramento próprio previsto em lei estão desobrigadas de realizar edital de seleção. Todavia, devem passar por processo de recrutamento e seleção simplificado, conduzido pela área de Desenvolvimento Humano em parceria com a área solicitante, através da divulgação externa ou interna da vaga pelos meios e canais que o instituto



utiliza para esse fim, assegurando as estratégias técnicas de seleção relativas à análise e avaliação das pessoas candidatas.

10. Os cargos de **confiança e comissionados** são compostos pelos grupos de Assessoramento, Gestão Tática e Gestão Estratégica, sendo assim classificados por contemplarem funções que exigem alta especialidade técnica ou função de gestão e liderança. Estes cargos, **independentemente da origem do recurso financeiro que lhe custeia**, estão desobrigados de processos seletivos através de edital. Contudo, deverão passar, preferencialmente, por processo seletivo simplificado ou pela análise da área de Gestão de Pessoas, que poderá elaborar parecer técnico a ser compartilhado com o Gestor do Equipamento, sede e/ou Diretoria do IDM.

CAPÍTULO 4 - ADMISSÃO E RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

1. O Instituto Dragão do Mar segue a legislação da CLT respeitando com lisura todos os direitos e deveres que a constituem. O processo de admissão de pessoas para o corpo colaborativo do IDM se dá a partir da finalização do recrutamento e seleção. Feito isso, inicia-se o processo de admissão que possui outras etapas obrigatórias e necessárias para garantir a transparência e segurança para o instituto e a pessoa candidata.

Seção I Contratação da pessoa candidata

2. O IDM disponibilizará uma lista de documentos necessários para o processo de admissão que devem ser entregues pela pessoa candidata para a área de Gestão de Pessoas.
3. O envio dessa documentação da pessoa candidata para admissão junto ao IDM constitui uma etapa eliminatória do processo de contratação. É necessária a apresentação de todos os documentos solicitados, no prazo definido, sem exceção.
4. A entrega do exame admissional comprovando aptidão para a vaga é indispensável nesse processo, sendo a sua ausência motivo de desclassificação da pessoa candidata em caso de inaptidão à função, tendo em vista os pré-requisitos previstos nos editais e descrição das vagas.
5. Pensando no processo de socialização da pessoa candidata, o IDM realizará um programa de integração que visa apresentar as principais diretrizes do instituto bem como facilitar o processo de adaptação à cultura organizacional.
6. O contrato de experiência do IDM obedecerá ao que está pautado na CLT, inclusive no que tange ao período de experiência que reza o prazo de 90 dias.



7. A pessoa candidata também será regida por esse Regulamento de Pessoal bem como outros documentos normativos do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR.

Seção II Encerramento do Contrato de Trabalho

8. A finalização do contrato de trabalho poderá ocorrer a qualquer tempo e hora, por ambas as partes, IDM ou pessoa colaboradora.
9. Será respeitada a legislação vigente que se refere ao cumprimento do aviso prévio, sendo ele trabalhado ou indenizado, de acordo com a escolha da parte que tem o interesse de rescindir o contrato.
10. O exame demissional é parte integrante e indispensável do encerramento de contrato de trabalho, exceto nos casos de demissão por justa causa, encerramento do contrato de trabalho no período de experiência ou em caso de exame ocupacional realizado recentemente, desobrigando a realização de novo exame.

CAPÍTULO 5 - DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DO CORPO COLABORATIVO

1. Capacitar e desenvolver pessoas é uma das premissas fundamentais para a área de Gestão de Pessoas do IDM. Para tanto, essa área, desenvolve uma trilha de capacitações anuais levando em consideração as Necessidades de Treinamentos identificadas, visando agregar conhecimento para o seu corpo colaborativo, bem como facilitar espaço para o desenvolvimento de competências necessárias, contribuindo para a entrega de um trabalho de excelência e alcance dos objetivos estratégicos do instituto.
2. A área de Gestão de Pessoas mapeará através do levantamento de necessidades de treinamento as capacitações, cursos, workshops e oficinas que necessitem de uma empresa, consultoria ou profissionais com plena expertise técnica para facilitação desses treinamentos, se assim for necessário.
3. O orçamento financeiro a ser destinado para esse fim deverá ser analisado pela diretoria do IDM e validado de acordo com a realidade orçamentária vigente.
4. Visando o desenvolvimento e capacitação dos jovens aprendizes e estagiários, o IDM poderá realizar iniciativas voltadas a este público, potencializando o desenvolvimento de competências comportamentais e técnicas necessárias para a atuação dessas pessoas em sua trajetória profissional para além do instituto.
5. O IDM implementará metodologias de avaliação de desempenho que serão detalhadas em suas políticas de desenvolvimento humano.



CAPÍTULO 6 - GESTÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Seção I Horário e duração do trabalho

1. O INSTITUTO DRAGÃO DO MAR fomenta uma jornada de trabalho compatível com as previsões da CLT, garantindo o compromisso de assegurar uma jornada de trabalho saudável, obedecendo os limites, deveres e direitos nela previstos.
2. A jornada de trabalho do IDM segue o que está descrito nos editais de seleção, políticas de gestão de pessoas, contrato de trabalho, Convenção Coletiva do Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que garantem a jornada de 40 horas semanais.
3. O respeito às folgas e pausa para alimentação são direitos inegociáveis, sendo entendidos pelo instituto como facilitadores da saúde e bem-estar físico e mental do seu corpo colaborativo.
4. Conforme o Artigo 386 do Capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata da proteção do trabalho da mulher, todas as colaboradoras que trabalham aos domingos têm direito a uma folga quinzenal aos domingos. Essa escala de revezamento pretende garantir o repouso dominical, um direito assegurado por lei.

Seção II Registro e Gestão da frequência

5. No IDM, a gestão da frequência é realizada de forma eletrônica, sendo os gestores (de equipamento, área de trabalho, setor e/ou departamento) responsáveis pela gestão de ponto de suas equipes de trabalho.
6. O registro de ponto é uma responsabilidade pessoal e intransferível, sendo o dever de cada pessoa colaboradora realizar os devidos registros conforme orientações previstas na CLT e Política de Pessoal.
7. Os cargos considerados de confiança - coordenadores, gerentes, assessorias, superintendência e diretoria -, bem como aqueles que se enquadram no artigo 62 da CLT, não serão obrigados a realizar o registro de ponto.

Seção III Férias

8. O planejamento de férias do IDM é uma premissa importante e visa a organização assertiva das atividades do seu corpo colaborativo e o cumprimento do direito de férias, quando houver período aquisitivo que lhe conceda o direito, conforme o descrito na CLT e Política de Pessoal do IDM.



9. É de responsabilidade de cada gestor (de equipamento, setor e área de trabalho) a organização anual da escala de férias do seu time, que deverá ser compartilhada com antecedência para a área de Gestão de Pessoas a fim de seguir os trâmites que lhe compete.
10. O acompanhamento dos períodos aquisitivo e concessivo e data limite para gozo de férias do time é de responsabilidade do gestor imediato, sendo concedido o direito de férias tão logo se complete o período aquisitivo.

CAPÍTULO 7 - BENEFÍCIOS

Seção I | Benefícios para todo o Corpo Colaborativo

1. O INSTITUTO DRAGÃO DO MAR ratifica o compromisso em proporcionar um ambiente de trabalho saudável para o seu corpo colaborativo, proporcionando benefícios que agregam valor e fazem a diferença no cotidiano das pessoas.
2. Visando proporcionar transparência ao seu corpo colaborativo, em relação aos benefícios ofertados pelo IDM, fica disponível na Intranet uma cartilha contendo todos os detalhes desses benefícios.

Seção II | Licença maternidade e paternidade

3. A licença-maternidade é o afastamento da pessoa colaboradora para repouso antes e depois do parto, e será concedida pelo prazo legal de 120 (cento e vinte) dias ou outro prazo maior previsto em lei, desde que cumpridos os requisitos legais.
4. A licença paternidade é o afastamento da pessoa colaboradora imediatamente após o nascimento do filho e será concedida pelo prazo de 5 dias ou outro prazo maior previsto em lei, desde que cumpridos os requisitos legais.

CAPÍTULO 8 - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

1. O INSTITUTO DRAGÃO DO MAR assegura a preservação da integridade física de seus funcionários, através do combate às condições e atos inseguros, bem como zelando pela adequação e condições ambientais dos locais de trabalho e das instalações e equipamentos.
2. A organização mantém programa de controle de medicina e saúde ocupacional, observada a legislação vigente, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – NR's referentes à Medicina e Segurança do Trabalho, a fim de criar condições indispensáveis



para o atendimento à saúde dos colaboradores no que concerne aos programas de saúde, prevenção de doenças e recuperação da saúde.

3. O INSTITUTO DRAGÃO DO MAR, anualmente, elege representantes para compor a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, obedecendo às normas vigentes que disciplinam o assunto.
4. Em conjunto com a organização o colaborador deve fomentar e cumprir com as disposições legais e regulamentares sobre saúde e segurança do trabalho.

CAPÍTULO 9 - VIAGEM A SERVIÇO

Seção I Autorização de viagem

1. Viagem a serviço é o afastamento do funcionário de sua sede de trabalho e de seu domicílio para outra localidade, a fim de prestar serviço ou participar de treinamentos, congressos, seminários, encontros, reuniões e eventos de interesse do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR.
2. A autorização de viagens deverá ser concedida: a) pelo Diretor-Presidente, no caso de viagens realizadas pelos gestores dos equipamentos, e equipe da Sede do Instituto. b) pelos gestores dos equipamentos, no caso das equipes das unidades.
3. O planejamento e a execução de qualquer viagem a serviço estão sujeitos à prévia verificação, sendo a autorização concedida exclusivamente em conformidade com a disponibilidade orçamentária do Instituto.

Seção II Utilização de Transporte próprio ou alugado para viagens

4. O funcionário do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR pode utilizar veículo próprio ou alugado para a viagem a serviço, desde que comprovada a impossibilidade ou inconveniência de utilização de transporte coletivo, mediante prévia autorização do Diretor-Presidente do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR.
5. Pela utilização de transporte próprio, o funcionário receberá o valor equivalente ao abastecimento do veículo, conforme procedimento específico.

Seção III Da concessão de diárias



6. A diária é uma compensação financeira destinada a cobrir despesas com alimentação, transporte e outras despesas pessoais que o colaborador possa ter durante uma viagem a trabalho ou treinamento.
7. Serão elegíveis para o recebimento de diárias, colaboradores celetistas que realizam viagens a trabalho com duração superior a 24 horas, que exigem pernoite fora do município da instituição.
8. A concessão da diária está vinculada à autorização formal da viagem a serviço, conforme Seção I, deste Capítulo.
9. A solicitação deve ser acompanhada de um formulário específico e, quando aplicável, do convite ou comprovante de participação no evento ou treinamento.
10. Não será devido nenhum outro tipo de ajuda de custo, adicional ou ressarcimento pelo INSTITUTO DRAGÃO DO MAR, para custeio de despesas de colaboradores durante as viagens a serviço.
11. Os valores das diárias e demais critérios sobre sua concessão são definidos pela Diretoria do Instituto, em procedimento específico, e poderão ser atualizados mediante portaria do Diretor-Presidente.

Seção IV Da concessão de hospedagem e passagens aéreas e/ou terrestres

12. Compete à área Administrativo-Financeira do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR realizar todos os processos inerentes à concessão de passagens e hospedagem, tais como reservas, marcações, remarcações, reembolsos, etc.
13. Nos processos de concessão de passagens e hospedagens, deverá ser observado o Regulamento de Contratações do Instituto.

Seção V Prestação de contas

14. O funcionário deve prestar contas das diárias e demais vantagens recebidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do seu regresso, mediante a entrega do Relatório de Viagem, conforme [modelo](#) disponibilizado pelo INSTITUTO DRAGÃO DO MAR.
15. O funcionário que receber diárias e não realizar a viagem prevista deve prestar contas imediatamente, com a devolução dos valores pagos a título de diárias.

CAPÍTULO 10 - CONDUTAS E DEVERES

1. São deveres do corpo colaborativo:



- a) exercer as atribuições do cargo com zelo e dedicação;
 - b) ser leal à organização;
 - c) conhecer e cumprir as diretrizes, normas e direcionamentos elencados no Código de ética do IDM;
 - d) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
 - e) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
 - f) zelar pela economia do material e conservação do patrimônio;
 - g) prestar contas dos valores percebidos a título de diárias em viagens a serviço do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR;
 - h) conhecer e cumprir as conformidades previstas na LGPD, bem como cuidar dos dados internos do IDM ;
 - i) manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
 - j) ser assíduo e pontual ao serviço; e
 - l) tratar as pessoas com urbanidade.
2. É vedado ao corpo colaborativo:
 - a) ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do gestor imediato;
 - b) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da organização;
 - c) atribuir a pessoa estranha à organização, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
 - d) receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
 - e) praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - f) proceder de forma desidiosa; e
 - g) utilizar pessoal ou recursos materiais da organização em serviços ou atividades particulares.
 3. De acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, o funcionário pode sofrer penalidade de advertência, suspensão ou despedida por justa causa, através da abertura de sindicância ou da instauração de processo disciplinar, assegurando a ampla defesa do acusado.
 4. Compete ao Diretor-Presidente punir e demitir funcionário.



CAPÍTULO 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Este Regulamento deve ser interpretado a partir da legislação brasileira vigente, com todas as suas alterações porventura vindouras;
2. Os casos omissos e que não contrariam as disposições legais e normativas serão resolvidos pela Diretoria do INSTITUTO DRAGÃO DO MAR.

Membros do Conselho de Administração do Instituto Dragão do Mar

**ANEXO E – REGULAMENTO PESSOAL INSTITUTO MIRANTE DE ARTE E
CULTURA**

REGULAMENTO DE PESSOAL

**INSTITUTO MIRANTE
DE CULTURA E ARTE**

Aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de dezembro de 2021.

(Consolidado com as 1^a, 2^a e 3^a Alterações aprovadas pelo Conselho de Administração em 30/08/2022, 12/12/2023 e 02/05/2024, respectivamente)

PREÂMBULO

O Estado do Ceará tem se mostrado pioneiro em políticas públicas para a área cultural, a exemplo da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, que é a pasta estadual de cultura mais antiga do Brasil. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE foi constituído em 2021 por um grupo de cidadãos com formação e atuação profissional em áreas diversas com objetivo de contribuir com essa importante história na gestão de políticas culturais estadual por meio da proteção, da valorização, do incentivo e do fomento às iniciativas artístico – culturais e ao patrimônio histórico e cultural, tangível e intangível, em todas as suas formas e expressões, inclusive seus recursos naturais, assim como a promoção da difusão, fruição e ampliação do seu acesso.

Nesse sentido, o INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE foi qualificado pelo Poder Executivo do Estado do Ceará como Organização Social, na forma da Lei estadual nº 12.781, de 30 de Dezembro de 1997 e suas alterações posteriores, mediante a edição do Decreto nº 34.237, de 13 de setembro de 2021, o qual elencou como um de seus objetivos no tocante à formação de parceria com o ente público estadual o tendo como objetivos a proteção, a valorização, o incentivo e o fomento do patrimônio histórico e cultural, tangível e intangível, em todas as suas formas e expressões, inclusive seus recursos naturais, assim como a promoção da difusão, fruição e ampliação do seu acesso.

Diante dessa qualificação, a presente instituição, embora se constitui com uma associação civil, tendo a natureza de jurídica de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, dada a possibilidade de gerir recursos públicos, passa a adotar procedimentos análogos aos provenientes da gestão pública, sempre com intuito de garantir uma gestão de excelência, mediante o atendimento ao interesse público presente em suas ações institucionais, o que se vê refletido no presente Regulamento.

Deve-se esclarecer, por oportuno, que as Organizações Sociais não realizam concurso público em seus processos de contratações, mas devem observar o disposto neste regulamento, conforme já assentado no art. 17, da Lei federal nº 9.637/1998 (art. 18, da Lei estadual nº 12.781/1997), entendimento já sedimentado e pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 1.923/DF). Isto porque tais entidades não integram a Administração Pública, mas sim o Terceiro Setor, este formado por entes da sociedade civil que são instituídos para a prestação de serviços públicos não-exclusivos e que atuam, muitas vezes, em regime de parceria com o Estado.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
CAPÍTULO II - DOS CARGOS E FUNÇÕES E DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO	5
CAPÍTULO III - DO INGRESSO DE PESSOAL E DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	6
Seção I - Do processo seletivo, da admissão e da nomeação	6
Seção II - Do Contrato Por Prazo Determinado	7
Seção III - Da Rescisão de Contrato de Trabalho	7
Seção IV - Dos Contratos de estágio e menor aprendiz	8
CAPÍTULO IV - DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	8
CAPÍTULO V - DA POLÍTICA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO E DESEMPENHO PROFISSIONAL	9
Seção I - Do Treinamento	9
Seção II - Da Avaliação	9
Seção III - Aperfeiçoamento Profissional	10
CAPÍTULO VI - BENEFÍCIOS E VANTAGENS	10
Seção I - Do Horário, da Espécie e da Duração do Trabalho	10
Seção II - Licenças	11
Seção III - Subsídio Alimentar	11
Seção VI - Do Plano de Saúde	11
CAPÍTULO VII - VIAGEM A SERVIÇO	12
Seção I - Autorização de Viagem	12
Seção II - Da Concessão de Diárias	12
Seção III - Da Prestação de Contas	13
CAPÍTULO VIII - DA DISCIPLINA	14
CAPÍTULO IX – DOS ANEXOS	15
ANEXO I - Da Estrutura de Cargos e do Sistema de Remuneração	18
ANEXO II – Dos Valores das Diárias	18



CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento de Pessoal baseia-se nos preceitos legais que disciplinam as relações de trabalho, constituindo o conjunto de normas de recursos humanos do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE, respeitando os princípios constitucionais, em especial o da isonomia, moralidade, impessoalidade e publicidade.

Art. 2º. O regime de trabalho dos funcionários do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE é disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único. A prestação de serviço, seja por pessoa física ou jurídica, é disciplinada por regulamento próprio - de compras e contratações, não sendo objeto deste instrumento.

Art. 3º. Os casos em que for verificado omissão da lei e, desde que não contrariem o dispositivo legal e normativo serão resolvidos pela Diretoria do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE.

Art. 4º. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE observará, na execução das disposições deste Regulamento, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e da transparência, da isonomia e da publicidade.

Art. 5º. A política de pessoal do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE é pautada no respeito e na valorização do trabalho para assegurar produtos e serviços de qualidade ao seu público-alvo, constituindo-se uma organização social moderna e eficiente.

Art. 6º. A implementação do presente regimento deve ser gradual e sempre considerar (i) a responsabilidade financeira e fiscal da entidade; (ii) a legalidade e eficiência e (iii) eventuais direitos adquiridos pelos funcionários.

Art. 7º. Este Regulamento dispõe sobre os seguintes assuntos, dentre outros:

- I.seleção prévia para admissão de pessoal;
- II.casos de dispensa de seleção prévia;
- III.sistematização e organização de cargos e funções comissionadas;
- IV.diretrizes gerais voltadas para a política de gestão e desenvolvimento dos talentos humanos;
- V.salários, benefícios e vantagens pessoais;
- VI.instituição de ações de diversidade e representatividade;
- VII.deveres dos empregados;
- VIII.regime disciplinar, com regras de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades.

Art. 8º. Todos os funcionários e colaboradores se submetem a este regulamento, bem como aos demais normativos deste instituto, sujeitando-se em caso de descumprimento as sanções aqui previstas.

Art. 9º. O servidor público de qualquer dos Poderes da União, do Estado, e Municípios, suas autarquias ou fundações, poderá integrar o quadro de empregados deste Instituto, desde que respeitada a compatibilidade de horários e observados os requisitos específicos estabelecidos na legislação em vigor. É vedada a contratação de servidor público que:

- I.exerça, no serviço público, cargo em comissão ou função de confiança;
- II.when possua atribuições de fiscalização, avaliação ou liberação de recursos em relação a esta entidade;
- III.when haja qualquer relação que possa ensejar conflito de interesse.

Art. 10. Os atos decorrentes do poder diretivo a ser exercido pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE entre os seus funcionários são privativos do Diretor Presidente, o qual poderá delegar parte dele a outro Diretor, nos termos do Regimento Interno.

§1º As lacunas decorrentes de sua aplicação e os casos expressamente não previstos neste Regulamento serão resolvidos mediante Portaria do Diretor Presidente do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE, observada a legislação de regência da matéria.

§2º Fica autorizado o Diretor Presidente a assinar Acordos Coletivos e Individuais de Trabalho junto ao e/ou com a intermediação de órgão de representação sindical dos funcionários do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE, sempre objetivando a melhoria dos trabalhos da instituição e o bem-estar dos trabalhadores.

§3º Outros benefícios trabalhistas não contemplados expressamente neste Regulamento poderão ser usufruídos pelo corpo funcional do Instituto, na forma dos §§1º e 2º deste artigo.

CAPÍTULO II - DOS CARGOS E FUNÇÕES E DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO

Art. 11. A estrutura de cargos e funções do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE compõe-se de 04 (quatro) grupos, ou seja: Grupo de Gestão (GG) – dividido nos subgrupos Gestão Estatutária (GE) e Gestão Regimental (GR); Grupo Técnico (GT); Assessoramento e Apoio (GA); e Grupo de Suporte (GS). *(redação alterada em 02/05/2024)*

Art. 12. O Sistema de Remuneração do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE está consubstanciado no Anexo I deste Regulamento.



Art. 13. As remunerações constantes no Anexo I devem estar condizentes com as planilhas orçamentárias dos Contratos de Gestão firmados pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE com o Poder Público, podendo sofrer alterações mediante Convenções ou Acordos Coletivos/Individuais de Trabalho, normas de qualificação e valorização do trabalhador ou por força de outro ato que modifique a remuneração em vigor.

§1º O Diretor - Presidente do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE poderá atualizar os dados constantes no Anexo I mediante Portaria, a qual deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração para fins de incorporação a este Regulamento.

§2º Os valores constantes no Anexo I poderão ser também modificados conforme política de gestão e desenvolvimento dos talentos humanos a ser adotada pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE.

Art. 14. A vacância de cargos será ocupada conforme avaliação de conveniência e oportunidade do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE.

Art. 15. Para a manutenção atualizada dos dados contábeis da folha de pessoal poderá ser mantido ‘livro de empregado’, preferencialmente em formato digital, e observada a Lei Geral de Proteção de Dados.

CAPÍTULO III - DO INGRESSO DE PESSOAL E DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Seção I - Do processo seletivo, da admissão e da nomeação

Art. 16. Em se tratando de admissões de pessoal a serem custeadas com recursos provenientes de Contratos de Gestão firmados pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE com o Poder Público, o processo seletivo de que trata o presente Capítulo será publicado no mínimo na rede mundial de computadores, no qual deverão conter os requisitos e a formação necessária, de acordo com as atribuições de cada cargo.

§1º Para eventuais contratações de cargos provisionados em Contrato de Gestão firmado pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE com o Poder Público Estadual, o Edital de que trata este artigo será precedido de aprovação do Secretário de Estado ou autoridade competente do órgão contratante.

§2º O processo seletivo será conduzido por comissão designada pelo Diretor Presidente, formada por no mínimo 3 (três) pessoas sob orientação, supervisão e acompanhamento da Diretoria requisitante, através de empresa especializada ou instituição de ensino, quando a natureza do cargo justificar tal iniciativa, cabendo à Diretoria deliberar sobre o assunto.

§3º O processo seletivo será iniciado a partir da solicitação do Diretor Administrativo e Financeiro, mediante requisição de pessoal pela unidade solicitante.

Art. 17. Os cargos definidos como parte do GG e do GA, conforme art. 11, possuem natureza comissionada, não estando sujeitos à seleção pública para sua contratação.

§1º Os cargos de natureza comissionada não devem ultrapassar o limite de 40% (quarenta por cento) do total de empregados.

§2º Ficam dispensadas do processo seletivo, a que se refere o artigo 14, as admissões para os cargos de natureza comissionada, cabendo à Diretoria definir os respectivos critérios para seleção e nomeação.

Art. 18. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE poderá, mediante autorização do Diretor – Presidente, promover Seleção Interna voltada exclusivamente para o seu quadro de funcionários, a qual terá efeito de promoção para o profissional que for selecionado, dispensados os procedimentos do artigo 14.

§1º Na hipótese do item anterior, somente será possível a realização de Seleção Interna, caso haja compatibilidade das aptidões formais do funcionário com o cargo. *(redação alterada em 02/05/2024)*

§2º Nos casos em que houver readequação e/ou redefinição da nomenclatura de cargos, fica dispensada a seleção interna para os trabalhadores que exerciam as atividades alcançadas pela alteração, mesmo que em cargo de remuneração inferior, mediante autorização do Diretor – Presidente. *(redação alterada em 02/05/2024)*

Art. 19. A nomeação para o exercício de cargos é da competência do Diretor- Presidente do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE.

Seção II - Do Contrato Por Prazo Determinado

Art. 20. É facultado ao INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE a celebração de contrato por prazo determinado, inclusive contrato de experiência, desde que observados os requisitos da legislação trabalhista e os fundamentos constitucionais.

Art. 21. Contrato de experiência é o contrato por prazo determinado celebrado entre o empregado e o empregador, com prazo conforme legislação trabalhista podendo ser rescindido no vencimento por qualquer das partes.

Seção III - Da Rescisão de Contrato de Trabalho

Art. 22. Compete ao Diretor-Presidente rescindir o contrato de trabalho do pessoal do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE que poderá se dar por:



- I. demissão a pedido;
- II. acordo;
- III. despedida sem justa causa;
- IV. despedida por justa causa;
- V. término de contrato por prazo determinado;
- VI. aposentadoria
- VII. falecimento.

Seção IV - Dos Contratos de estágio e menor aprendiz

Art. 23. Os contratos de Estágio e Menor Aprendiz seguirão a legislação de regência da matéria.

Art. 24. É facultado ao INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE realizar parcerias com a finalidade de melhorar ou subsidiar o processo pedagógico, permitindo o acompanhamento e seleção por meio das instituições parceiras, preferencialmente de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO IV - DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Art. 25. O respeito à diversidade étnica, racial de gênero, cultural e religiosa é condição *sine qua non* para atuação junto a esta entidade.

Parágrafo único. Todos os funcionários deverão saber respeitar os demais funcionários, colaboradores, público externo e saber identificar e combater práticas atentatórias aos direitos humanos.

Art. 26. A política de treinamento prevista neste regulamento deverá sempre contemplar módulos específicos sobre direitos humanos, assédio moral e sexual no trabalho.

Art. 27. Fica reservado, nas seleções públicas para contratações para Grupo Técnico (GT) e Grupo de Suporte (GS), aos candidatos com alguma deficiência, enquadrados nas categorias definidas no art. 4º, do Decreto Federal no 3.298/99, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas.

Art. 28. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE deverá estimular a formação e treinamento do seu pessoal para potencializar a política de inclusão.

Art. 29. Fica reservado, nas seleções públicas para contratações para Grupo Técnico (GT) e Grupo de Suporte (GS), para pessoas autodeclaradas como negras (de cor preta ou parda), ou como indígenas, o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas, desde que o número de vagas permita a aplicação do referido percentual.

Parágrafo único. A direção poderá estabelecer por meio de Portaria normas específicas para contemplar a reserva de vaga de outros públicos não previstos neste regulamento.

Art. 30. A comissão designada para apurar irregularidades, quando for apurar infração de direitos humanos, será composta, sempre que possível, com a participação de membro pertinente à população ofendida.

CAPÍTULO V - DA POLÍTICA DE INCENTIVO À FORMAÇÃO E DESEMPENHO PROFISSIONAL

Seção I - Do Treinamento

Art. 31. Aplicando-se a todo o corpo funcional, o treinamento tem a finalidade de capacitar, desenvolver e acompanhar os recursos humanos do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE , visando atender às demandas do exercício profissional.

Art. 32. Por ocasião da proposta do orçamento e da proposta do programa de investimento anuais são previstos os gastos com treinamento, de acordo com levantamento de suas necessidades.

Art. 33. A direção deverá estabelecer política de treinamento, especialmente para novos funcionários, que contemplem no mínimo conhecimentos sobre:

- I. Objetivos e funcionamento do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE;
- II. Direitos e Deveres dos empregados;
- III. Terceiro Setor e Organizações Sociais;
- IV. Direitos Humanos e Direitos Culturais;
- V. Avaliação e Monitoramento sobre Políticas Públicas Culturais.

Seção II - Da Avaliação

Art. 34. Os funcionários do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE , à exceção dos integrantes da Diretoria, poderão ser avaliados, anualmente, utilizando-se sistema baseado na lógica da avaliação 360 graus, onde gestor avalia subordinado e este avalia gestor. Os diretores farão avaliação em separado sobre sua equipe que complementará o relatório.

Art. 35. O resultado da avaliação será discutido entre avaliador e avaliado, servindo como orientação para correção de desvios de performance e como referencial para progressão funcional.

Seção III- Aperfeiçoamento Profissional

Art. 36. É recomendável o estabelecimento de políticas de metas e produtividades, de forma a incentivar o aperfeiçoamento profissional, as quais serão objeto de portarias do Diretor Presidente, e quando aprovadas pelo Conselho de Administração, serão incorporadas a este Regulamento.

Art. 37. É lícito e coaduna com os fins deste instituto o estabelecimento de parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de cursos, inclusive de pós-graduação *latu-sensu*, especializados nas áreas de atuação do Instituto.

CAPÍTULO VI - BENEFÍCIOS E VANTAGENS

Seção I - Do Horário, da Espécie e da Duração do Trabalho

Art. 38. A jornada de trabalho dos funcionários do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE terá a duração regular de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, observadas regras laborais quanto ao descanso semanal remunerado e aos serviços extraordinários.

§1º A jornada estabelecida poderá ser modificada mediante a adoção dos regimes de escala diferenciados e/ou mediante compensação de horários, ambas a serem adotadas na forma estabelecida pela legislação trabalhista.

§2º As jornadas dos estagiários, aprendizes, vigilantes e técnicos serão reguladas pela legislação específica de regência.

Art. 39. O trabalho noturno e possíveis horas-extra, assim como insalubres ou perigosos, serão remunerados conforme a legislação trabalhista em vigor.

Art. 40. Todo funcionário tem direito, anualmente, ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração cuja definição, critérios e valores seguirão as normas estabelecidas pela legislação trabalhista em vigor.

Parágrafo único. Compete ao Diretor do equipamento ou Gerente de unidade da sede ao qual o trabalhador esteja vinculado aprovar requerimento de férias, cabendo a um Diretor Estatutário autorizar a concessão. (redação alterada em 12/12/2023)

Art. 41. Na ausência temporária de até 30 (trinta) dias, por férias, licenças saúde, vacância ou outras, de trabalhadores do Grupo de Gestão (GG) e de trabalhadores do Grupo de Assessoramento e Apoio (GA) que ocupem cargo de gestão de equipe, poderá ser indicado trabalhador do Instituto Mirante para substituição do ausente. (redação alterada em 12/12/2023)



§1º A substituição ocorrerá por indicação do Diretor do Equipamento ou Gerente de Unidade da Sede com a anuênciade um Diretor Estatutário. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§2º Quando o Substituído for um Diretor Estatutário ou um Diretor de Equipamento, a anuênciade caberá exclusivamente ao Diretor – Presidente. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§3º O substituto exercerá, pelo tempo determinado, as atribuições do cargo do substituído cumulativamente com as atribuições do cargo que já exerce. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§4º A substituição de que trata este Artigo será remunerada com a diferença entre o salário do substituto e o salário do substituído, proporcional aos dias de substituição. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§5º As ausências temporárias superiores a 30 (trinta) dias serão tratadas em portarias específicas pelo Diretor-Presidente. *(redação alterada em 12/12/2023)*

Seção II - Licenças

Art. 42. Licença-saúde é destinada à ausência do funcionário, que se encontra doente, seja por conta de acidente em ambiente de trabalho ou fatos alheios à relação empregatícia, comprovada necessidade por atestado médico e adoção dos procedimentos e critérios definidos pela CLT e/ou na legislação que trata da seguridade social.

Art. 43. É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, a transferência de função nas hipóteses em que as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

Art. 44. A licença-maternidade é paga pelo empregador que efetivará sua compensação junto à Previdência Social quando do recolhimento das contribuições sobre as folhas de salário.

Seção III - Subsídio Alimentar

Art. 45. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE mantém um sistema de subsídio alimentar destinado aos seus funcionários, sendo distribuídos mensalmente no valor do vale-alimentação, nos termos estabelecidos em Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, nos períodos em que efetivamente estiver trabalhando ou valor proporcional aos dias efetivamente laborados.

Seção VI - Do Plano de Saúde

Art. 46. O INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE deverá garantir a opção de plano de saúde para todos os seus funcionários em regime de coparticipação.

Parágrafo único. O valor máximo a ser custeado com fontes do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE é de 70% (setenta por cento), sendo opcional a adesão do funcionário.



CAPÍTULO VII - VIAGEM A SERVIÇO

Seção I - Autorização de Viagem

Art. 47. Viagem a serviço consiste no afastamento do funcionário de sua sede de trabalho e de seu domicílio para outra localidade, com o intuito de prestar serviço ou participar de treinamentos, congressos, seminários, encontros, reuniões e eventos de interesse do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE.

Art. 48. Compete a um dos Diretores Estatutários, preferencialmente aquele que vincule a área do trabalhador beneficiário, autorizar as viagens a serviço dos trabalhadores, a concessão de passagens aéreas e/ou terrestres, de hospedagem e de diárias, atendendo a solicitação da Direção dos Equipamentos ou Gerências da sede do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE. *(redação alterada em 12/12/2023)*

Art. 49. Compete à Diretoria Administrativa e Financeira do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE, com apoio das Diretorias dos Equipamentos vinculados e das Gerências da sede, a realização e fiscalização de todos os processos inerentes à concessão de diárias e passagens, tais como reservas, marcações, remarcações, reembolsos, etc. *(redação alterada em 12/12/2023)*

Art. 50. Nos processos de concessão de passagens, deverá ser observado o Regulamento INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE de procedimentos para a contratação de obras, serviços, compras e alienações.

Parágrafo único. Não será autorizada nenhuma espécie de reembolso ou multa decorrentes de passagens concedidas pelo Instituto a funcionários em viagens a serviços, exceto nas hipóteses em que restem configurados casos fortuitos ou de força maior, os quais deverão ser atestados e comprovados perante a Diretoria Administrativa Financeira para autorização prévia.

Seção II - Da Concessão de Diárias

Art. 51. Art. 51. Nas viagens a serviço, o trabalhador recebe diárias para cobertura de despesas com alimentação e locomoção urbana. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§1º Nos casos em que o transporte local seja disponibilizado pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE, será realizado desconto de 20% (vinte por cento) do valor da diária vigente. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§2º A concessão de diárias e o pagamento de hospedagem pelo INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE está restrita ao período dos treinamentos, congressos, seminários, encontros, reuniões ou eventos, objeto da autorização, limitado a 5 (cinco) dias de viagem. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§3º Os limites estabelecidos no parágrafo anterior somente serão ultrapassados em caráter excepcional, devidamente justificado e autorizado pelo Diretor - Presidente do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE. *(redação alterada em 12/12/2023)*



Art. 52. As diárias são contadas por dia corrido, a partir do dia de saída e até o dia de regresso do funcionário, levando em consideração a localidade onde for o trabalhador fizer viagem a serviço do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§1º A contagem de dias a que se refere o caput deste artigo é iniciada às 12 (doze) horas do dia da partida e finalizada às 12 (doze) horas do dia da chegada. *(redação alterada em 12/12/2023)*

§2º Não serão concedidas diárias nos casos de deslocamento para localidade situadas até 50 (cinquenta) km da origem. *(redação alterada em 12/12/2023)*

Art. 53. Para a viagem com partida e regresso no mesmo dia, o funcionário fará jus à 1/2 (meia) diária.

Art. 54. Os valores das diárias são fixados pela Diretoria do Instituto, de acordo com os critérios e valores constantes no Anexo II, os quais poderão ser atualizados mediante Portaria do Diretor Presidente, a qual, após aprovação pelo Conselho de Administração, será incorporada a este Regulamento.

Seção III - Da Prestação de Contas

Art. 55. É necessário que o funcionário preste contas das diárias percebidas do Instituto, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do dia do seu regresso, mediante a entrega do Relatório de Viagem, no qual deverão ser descritas de forma detalhada todas as atividades realizadas.

§1º O Relatório de Viagem deve ser assinado pelo funcionário e pelo respectivo superior hierárquico, sendo entregue posteriormente à Diretoria Administrativa Financeira.

§2º Caso haja discordância entre o descrito pelo funcionário e as razões de fato apontadas por seu superior hierárquico ou pela Diretoria Administrativa Financeira, ou ainda na hipótese do colaborador não prestar contas, este será convocado para prestar esclarecimentos no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas.

§3º Não comparecendo o funcionário no prazo previsto no subitem anterior ou não acatadas as suas justificativas, o valor das diárias será devidamente glosado no próximo pagamento que for devido ao colaborador.

Art. 56. Considera-se não prestadas as contas do funcionário que perceber as diárias e não realizar a viagem, razão pela qual deve devolver imediatamente a quantia paga.

Parágrafo único. Na hipótese do subitem anterior, o colaborador que não realizar o imediato ressarcimento será convocado para fazê-lo no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, findo o qual o valor pago a título de diárias será devidamente glosado no próximo pagamento que lhe for devido.



Art. 57. O colaborador que atrasar a prestação de contas das diárias percebidas por 03 (três) vezes consecutivas ou não será devidamente sancionado mediante a adoção das penalidades previstas na legislação trabalhista.

CAPÍTULO VIII - DA DISCIPLINA

Art. 58. De acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, o funcionário poderá sofrer penalidade de advertência, suspensão ou despedida por justa causa, através da abertura de sindicância ou da instauração de processo disciplinar por meio de uma Comissão a ser designada pelo Presidente, assegurando a ampla defesa do acusado.

Art. 59. O processo de sindicância deverá ser autorizado pela presidência do Instituto, definido por meio de portaria:

I.a comissão que julgará o caso e

I. os procedimentos para a garantia do devido processo administrativo e da legalidade.

Art. 60. Compete ao Presidente punir e demitir funcionário.

Art.61. Constituem obrigações para todos os funcionários:

- I.Exercer suas atribuições com profissionalismo e eficiência;
- II.Cumprir todas as normas legais e regulamentares;
- III.Garantir o cumprimento das ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- IV.Garantir o atendimento ao público com presteza e urbanidade, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;
- V.Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VI.Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio;
- VII.Prestar contas dos valores percebidos a título de diárias em viagens a serviço do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE;
- VIII.Guardar sigilo sobre assunto da organização;
- IX.Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X.Ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI.Cumprir o Código de Ética e Conduta
- XII.Respeitar aos Direitos Humanos;



Art. 62. Ao funcionário é terminantemente proibido:

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do gestor imediato;
- II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da organização;
- III. Delegar a pessoa estranha à organização, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- IV. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer em razão de suas atribuições;
- V. Praticar usura sob qualquer de suas formas;
- VI. Proceder de forma desidiosa;
- VII. Discriminar qualquer colaborador ou cidadão por sua cor, raça, sexo, opção sexual, opção religiosa ou outro.

CAPÍTULO IX – DOS ANEXOS

Art. 63. Constituem anexos deste Regulamento:

Anexo I – Da Estrutura de Cargos e do Sistema de Remuneração;

Anexo II: Dos Valores das Diárias.

ANEXO I - DA ESTRUTURA DE CARGOS E DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO

1. ESTRUTURA DOS CARGOS

1.1. A estrutura de cargos e funções do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE compõe-se de 04 (quatro) grupos, ou seja: Grupo de Gestão (GG) – dividido nos subgrupos Gestão Estatutária (GE) e Gestão Regimental (GR); Grupo Técnico (GT); Assessoramento e Apoio (GA); e Grupo de Suporte (GS).

- **Grupo de Gestão (GG)** compreende os seguintes subgrupos com os cargos a seguir:

Gestão Estatutária (GE): Diretor - Presidente (Estatutário), Diretor Administrativo - Financeiro (Estatutário), Diretor Executivo (Estatutário).

Gestão Regimental (GR): Diretor I, Diretor II, Diretor III e Gerente.

- **Grupo de Assessoramento e Apoio (GA)** compreende os cargos: Assessor I,

Assessor II, Assessor III, Assistente, Coordenador I, Coordenador II, Especialista Acervo e Pesquisa, Engenheiro, Produtor, Psicólogo, Secretária, Superintendente, Supervisor e Tesoureiro.

- **Grupo Técnico (GT)** compreende os cargos: Analista, Analista de Pesquisa, Arte Educador, Bibliotecária, Designer, Engenheiro de Som, Encarregado de Loja, Fotógrafo, Intérprete de Libras, Museólogo, Impressor, Programador, Técnico Especialista I, Técnico Especialista II, Técnico de Tecnologias, Técnico de Equipamentos, Técnico de Pesquisa Videomaker, Assistente Social e Educador Social.
- **Grupo de Suporte (GS)** compreende os cargos: Auxiliar de Manutenção, Auxiliar Educativo, Eletricista, Galerista, Operador de Equipamentos, Repcionista e Vendedor.
-

2. SISTEMA DE REMUNERAÇÃO

2.1. O Sistema de Remuneração do INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE está consubstanciado no quadro a seguir:

Grupo de Gestão (GG)

Gestão Estatutária (GE)**		
Cargos	Salário ***	
Diretor Presidente	20.582,10	
Diretor Administrativo Financeiro	18.144,00	
Diretor Executivo	18.144,00	
Gestão Regimental (GR)***		
Cargos	Salário ***	
Diretor I	17.577,00	
Diretor II	13.324,50	
Diretor III	9.695,70	
Superintendente	13.608,00	
Gerente	11.340,00	

Grupo de Assessoramento e Apoio (GA)

Cargos	Salário ***
Assessor I	13.608,00
Assessor II	11.340,00
Assessor III	9.072,00
Assistente	2.857,68
Coordenador I	9.072,00
Coordenador II	6.804,00
Engenheiro	12.474,00
Especialista em Acervo e Pesquisa	13.608,00
Museólogo	6.804,00
Produtor	4.536,00
Psicólogo	7.938,00
Secretária	3.118,50
Supervisor	4.536,00
Tesoureiro	6.804,00

Grupo Técnico (GT)

Cargos	Salário ***
Analista	3.175,20
Analista de Pesquisa	4.536,00
Arte Educador	3.402,00
Assistente Social	4.536,00
Bibliotecária	6.804,00
Designer	6.237,00
Educador Social	2.857,68
Encarregado de Loja	3.402,00
Engenheiro de som	6.804,00
Fotógrafo	6.577,20
Impressor	3.402,00
Interprete de Libras	2.857,68
Programador	10.206,00
Técnico de Equipamentos	3.402,00
Técnico de Tecnologia	6.804,00
Técnico Especialista I	9.072,00
Técnico Especialista II	4.536,00
Técnico Pesquisa	6.804,00
Videomaker	6.804,00

Grupo de Suporte (GS)

Cargos	Salário ***
Auxiliar Educativo	2.268,00
Auxiliar de Manutenção	2.268,00
Eletricista ****	2.835,00
Galerista	1.701,00
Operador de Equipamentos	1.701,00
Recepcionista	1.701,00
Vendedor	2.268,00

** A quantidade de cargos do subgrupo Gestão Estatutária (GE) encontra-se definida no Estatuto do Instituto Mirante de Cultura e Arte.

** A quantidade de cargos do subgrupo Gestão Regimental (GR), do Grupo de Assessoramento e Apoio (GA), Grupo Técnico (GT) e Grupo de Suporte (GS) é variável, de acordo com os Panos de Trabalho que definem as metas e o orçamento para cada equipamento e a sede do Instituto Mirante de Cultura e Arte.

*** Os valores base dos salários mensais consignados neste anexo foram definidos quando da aprovação original do Regulamento de Pessoal e estão atualizados até o Acordo Coletivo de Trabalho firmado em 01/05/2023.

**** Adicional de periculosidade incluso no valor do salário.

(redação do Anexo I alterada em 02/05/2024)

ANEXO II – DOS VALORES DAS DIÁRIAS

	VALOR NO ESTADO DO CEARÁ	VALOR FORA DO ESTADO DO CEARÁ		VALOR FORA DO PAÍS (US\$)*
		Região Nordeste	Demais Regiões	
		(R\$)	(R\$)	
Diretor Presidente	180,00	380,00	480,00	350,00
Diretores	160,00	350,00	350,00	300,00
Demais Cargos do Grupo de Gestão	130,00	300,00	300,00	280,00
Grupos de Assessoramento e Apoio	130,00	300,00	300,00	280,00
Demais Grupos	110,00	280,00	280,00	250,00

* os valores das diárias para fora do país são fixados em dólares norte americanos, pago em reais, calculados com base na cotação do dólar turismo em período anterior ao do pagamento da diária.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO MIRANTE DE CULTURA E ARTE

custodiogrego@gmail.com



Custódio Luís Silva de Almeida

Presidente do Conselho de Administração –
Representante dos Associados

zelmadeira@yahoo.com.br



Maria Zelma de Araújo Madeira

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

zelmadeira@yahoo.com.br

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA

zelmadeira@yahoo.com.br

Vice-Presidente do Conselho de Administração
– Representante da Sociedade Civil

ronaldo.borges@seinfra.ce.gov.br



Ronaldo Lima Moreira Borges

Conselheiro - Representante do Poder
Executivo do Estado do Ceará (SEINFRA)

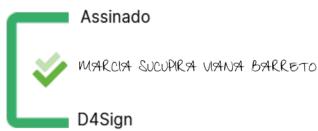
caio.carlos@secult.ce.gov.br



Caio Anderson Feitosa Carlos

Conselheiro - Representante do Poder
Executivo do Estado do Ceará (SECULT)

marciasucupira@gmail.com



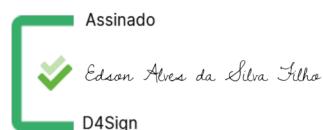
Marcia Sucupira Viana Barreto

Conselheira - Representante da Sociedade Civil

Antônio Álamo Feitosa Saraiva

Conselheiro - Representante Notório Saber

edsonalvesfilho@gmail.com



Visto: **Edson Alves da Silva Filho**

Assessoria Jurídica

OAB-CE 20.602